

DENILSON CARIGNATTO

“MILAGRE ECONÔMICO”, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: uma
história ambiental da microrregião de Assis (1968 – 1974)

ASSIS
2010

DENILSON CARIGNATTO

“MILAGRE ECONÔMICO”, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: uma
história ambiental da microrregião de Assis (1968 – 1974)

Dissertação apresentada à
Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista
para a obtenção do título de
Mestre em História. (área de
conhecimento: História e
Sociedade)

Orientador: Carlos Alberto Sampaio Barbosa

ASSIS
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C277m	<p>Carignatto, Denilson</p> <p>Milagre econômico, agricultura e meio ambiente: uma história ambiental da microrregião de Assis (1968-1974) / Denilson Carignatto. Assis, 2010</p> <p>179 f. : il.</p> <p>Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.</p> <p>Orientador: Carlos Alberto Sampaio Barbosa</p> <p>1. Brasil – Condições econômicas. 2. Meio ambiente – São Paulo (Estado). 3. Assis (SP) – Aspectos ambientais. 4. Agricultura – Aspectos ambientais. 5. Desmatamento.</p> <p>I. Título.</p> <p>CDD 338.1</p> <p>574.5</p>
-------	--

À minha mãe, Irene dos Santos Carignatto, ao meu Pai, Danilo Valdemar Carignatto, que sempre me apoiaram e incentivaram em todos os momentos, apesar das grandes dificuldades.

Dedico também à Cíntia com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

Em especial ao meu bebê.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho só foi possível devido à participação de algumas pessoas às quais agradeço com toda a sinceridade.

Aos meus pais, sempre amorosos e preocupados com meu futuro. Mesmo na adversidade, inerente às classes menos favorecidas no Brasil, me proporcionaram uma formação de qualidade.

À Cíntia, esposa e companheira na acepção plena da palavra. Mulher de fibra, exemplo de dedicação às suas pesquisas de mestrado e doutorado, sendo fonte de inspiração para mim.

Ao professor Carlos Alberto Sampaio Barbosa que me fez enxergar que a educação, a gentileza e a generosidade ainda são elementos presentes no mundo acadêmico. Professor em todos os sentidos, não restringiu sua orientação às questões teórico-metodológicas e indicações de fontes e leituras, mas me amparou e incentivou nos momentos mais críticos e foi o grande responsável pelo término desta pesquisa.

Ao professor Paulo Henrique Martinez que, desde a graduação, participou de forma efetiva na minha formação. Pessoa que me fortaleceu ao expor, durante nossa relação acadêmica, as características inerentes à humanidade.

Aos professores Claudinei Magno Mendes e Célia Reis Camargo que fizeram parte da banca do meu exame de qualificação e contribuíram com sugestões extremamente pertinentes à pesquisa.

À minha família que me amparou desde os primeiros anos da graduação: Daniela, irmã querida, Passadori, um verdadeiro irmão, Aninha e Lucas que trouxeram muitas

alegrias, tia Inês, sempre demonstrando orgulho por mim, tia Diva e tio Nadir, *os tios verdadeiros*.

Aos amigos Paulo Sérgio, Livia Turra Bassetto, Rafael Canaveze, Elisangela Piva Fantin, Camila Bueno Grejo, Pablo Gomes Kiipper, Wendell Pereira, Fernando Comiran e Luciana Muniz de Freitas.

Finalmente à CNPq, instituição que me proporcionou uma bolsa de estudos fundamental para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente texto é um trabalho de História Ambiental sobre a localidade que compreende a microrregião de Assis. Procurou analisar as relações entre as pessoas e o meio ambiente por meio da investigação em fontes como jornais, Censos Agropecuários e depoimentos de moradores da região. Buscou entender os problemas ambientais ocorridos atualmente, fazendo uma análise do passado. Para entender a dinâmica histórica, foram estudadas informações referentes à ocupação iniciada ainda no século XIX; o potencial agrícola e a substituição da mata nativa por agricultura – primeiramente pelo café e posteriormente pela soja e pelo trigo – e a influência das ações governamentais federais, entre os anos de 1968 e 1974, sobre as maneiras da sociedade se relacionar com seu ambiente. Portanto, este é um trabalho de História que procura entender a relação entre sociedade e meio ambiente de uma microrregião do estado de São Paulo, analisando seu passado em três dimensões: local, nacional e global.

Palavras-chave: Meio ambiente, agricultura, História Ambiental, microrregião de Assis, desmatamento.

ABSTRACT

The present text is a work of Environmental History about the locality that comprises the micro-region of Assis. It has tried to analyze the relations between people and the environment through the investigations in sources as newspapers, Agropecuary Censuses and region dwellers' declarations. It has aimed to understand the environmental problems occurred nowadays, making an analysis of the past. To comprehend the dynamic history, it was necessary to study the information referent to the occupation began still in XIX century, the agricultural potential and the substitution of the native forest for agriculture – firstly for coffee and then for soya and the wheat – and the influence of federal governmental actions, between 1968 and 1974, about the manners of the society behave towards the environment. Therefore, this is a work of History that aims to understand the relation between society and environment of a micro-region of São Paulo state, analyzing its past in three dimensions: local, national and global.

Keywords: Environmental, agriculture, Environmental History, micro-region of Assis, deforestation.

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS E TABELAS.....	p. 10
INTRODUÇÃO.....	p. 11
1. REFERENCIAL TEÓRICO, AMBIENTE, REGIÃO, RELATOS ORAIS E FONTES	p. 15
1. 1. História Ambiental.....	p. 15
1. 2. História, Agricultura e Meio Ambiente.....	p. 17
1. 3. Teoria, Método e Fontes.....	p. 19
1. 3. 1. História Ambiental.....	p. 20
1. 3. 2. História e Região.....	p. 26
1. 3. 3. Relato Oral, Jornais e Dados Estatísticos como Fontes.....	p. 29
2. A MICRORREGIÃO DE ASSIS.....	p. 40
2. 1. A Ocupação.....	p. 42
2.2. A Fundação de Assis.....	p. 52
2.3. A Soja e o Trigo Substituem o Café.....	p. 54
2.4. Historiografia Sobre a Região.....	p. 60
3. O MILAGRE E AS MUDANÇAS NA MICRORREGIÃO DE ASSIS.....	p. 93
3. 1. Concentração de Renda.....	p. 110
3. 2. Incentivo ao Plantio e à Agroindústria.....	p. 114
3. 3. A Destruição Ambiental na Região.....	p. 123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 134
FONTES.....	p. 139
BIBLIOGRAFIA.....	p. 140
ANEXO A.....	p. 148
ANEXO B.....	p. 167
ANEXO C.....	p. 174

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Imagem I: Microrregião de Assis	p. 40
Imagem II: Ferrovias no Estado de São Paulo em 1900.....	p. 50
Imagem III: Ferrovias do Estado de São Paulo em 1920.....	p. 51
Imagem IV – Composição da Cobertura Vegetal na Microrregião de Assis.....	p. 94
Imagem V – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação primitiva.....	p. 96
Imagem VI – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo em 1854...	p. 96
Imagem VII – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo em 1886..	p. 97
Imagem VIII – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo em 1920.	p. 97
Imagem IX – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo em 1952...	p. 98
Imagem X – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo em 1973.....	p. 98
Imagem XI - Mapa dos Remanescentes Florestais do Estado de São Paulo.....	p. 103
Tabela 1. Financiamentos – São Paulo.....	p. 114
Tabela 2 – Indicadores de Tecnificação Agrícola (1970 – 1975). Brasil e Unidades da Federação (% total de estabelecimentos).....	p. 117
Tabela 3. Quantidade de equipamentos – São Paulo.....	p. 117
Tabela 4. Número de estabelecimentos e área ocupada – São Paulo	p. 124
Tabela 5 – Conteúdo nas propriedades – São Paulo.....	p. 124
Tabela 6 – Soja Produzida – São Paulo.....	p. 126
Tabela 7 – Trigo produzido – São Paulo.....	p. 126
Tabela 8 – Taxas de crescimentos do setor financeiro brasileiro.....	p. 131
Tabela 9 – Lavouras presentes na Microrregião de Assis no período de 1970 a 1975.....	p. 132

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida desde março de 2008. Seu objetivo foi produzir uma História Ambiental da microrregião de Assis, analisando as relações entre as pessoas e o meio ambiente. Procurou entender os problemas ambientais na atualidade ocorridos na região fazendo uma análise do passado. Foram estudadas informações referentes à ocupação da região, que remonta ao século XIX; o potencial agrícola e a substituição da mata nativa por agricultura – primeiramente pelo café e posteriormente pela soja e o trigo – e a influência das ações governamentais federais, entre 1968 e 1974, sobre as maneiras da sociedade se relacionar com seu ambiente. Este, portanto, é um trabalho de história que procura entender a relação entre sociedade e meio ambiente de uma localidade do estado de São Paulo.

O conhecimento sobre o passado das relações entre sociedade e ambiente pode ajudar não apenas na compreensão da atualidade, mas na realização de ações que visam melhorar o presente e, por consequência, o futuro também.

O grande interesse pelo assunto *meio ambiente* surge de uma mudança social que decorre, principalmente do enorme valor econômico que a natureza e sua biodiversidade ganharam e da visibilidade de catástrofes ambientais ocorridas, sobretudo, nos últimos cinquenta anos. Questões que despertam atenções para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades.

Nesse sentido, a História Ambiental pode oferecer uma grande contribuição no esforço de se entender o mundo atual. O ambiente constitui uma possibilidade para a

compreensão de todas as sociedades inclusive a brasileira, além de ser de grande valia para os estudos historiográficos oferecendo muitas possibilidades de problematizar o presente e buscar respostas a partir da investigação do passado. Passando a ser, assim, um eficiente método para se compreender as sociedades ao longo do tempo.

Este trabalho de História Ambiental pode contribuir para a compreensão de problemas ambientais que ocorrem na localidade compreendida pela microrregião de Assis. Uma parte do estado de São Paulo que comporta dezessete municípios e teve sua origem ainda no século XIX. Região que tem a agricultura como base econômica desde a povoação até os dias atuais. Fato que colabora para o quadro de grande devastação ambiental e que ganhou muita força durante os anos do chamado *milagre econômico* brasileiro, entre 1968 e 1975.

Um dos objetivos do presente trabalho é compreender como a política econômica do regime militar, durante o referido período, contribuiu para o quadro de aumento da área ocupada pela agricultura e diminuição das matas originais da localidade. Para tanto, foram realizadas análises em algumas fontes de informações como o jornal *Voz da Terra*, publicado em Assis e distribuído na região; depoimentos de pessoas que viviam na zona rural durante o período; além de dados estatísticos dos Censos Agropecuários do Estado de São Paulo publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes aos anos de 1970 e 1975.

Essas fontes trazem informações sobre a situação das dinâmicas agrícola e ambiental antes e depois do *milagre econômico*. São capazes de apresentar elementos que nos ajudam a entender algumas das mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais da região. Na maioria das vezes, uma fonte corrobora com outra no entendimento das informações, ajudando no processo de interpretação do assunto tratado por elas: as notícias

dos jornais sobre aumento das atividades agrícolas em um determinado ano foram, na maioria das vezes, confirmadas pelos Censos Agropecuários realizados tempos depois; além deste aumento ter sido percebido pelas pessoas entrevistadas que notaram, também, as mudanças ocorridas entre os anos de 1968 e 1974.

Como referencial teórico-metodológico, a pesquisa se balizou em autores com produções, sobre História e meio ambiente, conhecidas no mundo acadêmico. Os trabalhos desses pesquisadores são de grande importância para o historiador que pretende trabalhar com a temática ambiental. Foi imprescindível, dessa forma, a leitura das obras de Donald Worster, José Augusto Drumond, Keith Thomas, Vitor Leonard, Warren Dean, Paulo Henrique Martinez e Jozimar Paes de Almeida. São autores que vêm, nos últimos anos, elevando o status da História Ambiental no mundo acadêmico.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos, cujo primeiro trata de uma introdução que busca evidenciar a importância da História Ambiental como instrumento para se construir o conhecimento histórico sobre uma determinada sociedade; procura também explicar como é possível trabalhar com uma região tendo como objeto o seu ambiente;¹ aponta ainda as possibilidades da investigação histórica em jornais; bem como busca demonstrar como a história oral pode ser um bom instrumento de obtenção de informações sobre o período pesquisado e uma ferramenta pertinente ao historiador que pretende trabalhar com um período relativamente recente da história de uma localidade; além de expor as possibilidades de análise de uma sociedade por meio de dados estatísticos

¹ Vale lembrar que o uso da palavra região para se referir à “microrregião de Assis” se faz aqui apenas para defini-la como uma localidade do estado de São Paulo, e que as palavras “microrregião” e “região” não são sinônimas. A primeira é um termo administrativo e a segunda é um conceito geográfico. Não acredito ser oportuno, no momento, discutir o emprego de conceitos como “região”, “localidade”, “área”, “espaço” ou “território”. São palavras empregadas, no presente trabalho, de forma genérica para designar o “espaço físico” de atuação de uma sociedade que vive em uma área pertencente à divisão administrativa chamada “Microrregião de Assis”.

encontrados em Censos Agropecuários realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O segundo capítulo trata de um levantamento historiográfico sobre os trabalhos que têm a área do Vale do Paranapanema como objeto de estudo e possibilita a compreensão dos processos de formação e consolidação das sociedades na região. O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos com a análise de fontes como o jornal *Voz da Terra* (1968 a 1974), de dados estatísticos dos *Censos Agropecuários do Estado de São Paulo*, dos anos de 1970 e 1975,² e de entrevistas concedidas por pessoas que viveram durante o período do *milagre* na microrregião de Assis.

² O Censo agropecuário de 1975 pode ser usado aqui para analisar o ano anterior, pois 1975 é o ano da publicação do documento que foi produzido com dados pesquisados em 1974, ano que encerra o recorte cronológico da presente pesquisa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO, AMBIENTE, REGIÃO, RELATOS ORAIS E FONTES

1. 1. História Ambiental

Esse tipo de abordagem, analisando o passado do relacionamento dos seres humanos com o ambiente, para tentar compreender sua problemática no presente é relativamente recente e torna-se cada vez mais importante.

O escritor britânico Clive Ponting, em sua obra *Uma História Verde do Mundo* coloca em evidência a relação entre os seres humanos e o meio ambiente ressaltando o fato de que a humanidade não pode ser compreendida isoladamente do mundo natural. Para o autor, a existência dos homens na terra depende de como as sociedades se relacionam com seu ambiente, uma vez que a existência dos seres humanos dependeria de sua influência mútua, no mundo natural, com um intrincado sistema de inter-relações dos processos biológicos, físicos e químicos.³

Tal constatação de Ponting aponta para uma mudança na maneira do homem pensar a natureza. Se os seres humanos passaram a ter a noção de que sua relação com o ambiente é muito estreita, esse ambiente torna-se, portanto, objeto de estudos para se compreender a própria história da humanidade.

Os problemas ambientais, o surgimento dos movimentos ecológicos e a noção da intensidade da ação humana no ambiente, fizeram com que as ciências humanas, a partir da

³ PONTING, Clive. *Uma História Verde do Mundo*. Cidade, São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1995, p 30

segunda metade do século XX, tivessem uma mudança significativa de postura. Sob influência dessas tendências, as Ciências Humanas, na busca da compreensão das relações entre o homem e o ambiente, passaram a se aproximar das Ciências Naturais.

O desenvolvimento da História Ambiental se dá sob força de tal contexto e ganha status acadêmico nas décadas de 1980 e 1990. Nos Estados Unidos, a História Ambiental ganhou grande impulso com a criação de cursos de pós-graduação, de revistas como a *Environmental History* e de uma sociedade norte americana denominada *American Society for Environmental History*. No final da década de 1990, na Europa, foi fundada outra sociedade importante para essa nova abordagem da História a *European Society for Environmental History* e mais um periódico chamado *Environmental and History*.

As revistas e as sociedades de historiadores preocupados em estabelecer diálogos e discussões sobre História e Meio Ambiente demonstram como esses pesquisadores buscaram desenvolver, na academia, teorias e metodologias para essa nova faceta de Clio.

O historiador Marc Bloch nos ensina que *são as indagações do presente que fazem com que os historiadores se voltem para o passado*. Segundo o autor, devemos investigar o passado problematizando-o e estabelecendo sua relação com o presente; temos de ter um ponto de partida, e esse deve ser um problema do presente. Se para Bloch, *os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais*,⁴ talvez não exista assunto mais peculiar em nossos dias do que os problemas ambientais.

Apesar de todos os esforços por parte de alguns historiadores, da importância adquirida como tema recorrente em toda a sociedade e sendo considerado um dos assuntos

⁴BLOCK, Marc L. Benjamim. (1886-1944). *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Prefácio, LE GOFF, Jacques; apresentação à edição brasileira, SCHWARCZ, Lilia Moritz; Tradução, TELLES, André. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p 60.

mais relevantes da atualidade, o meio ambiente ainda não encontrou o espaço devido nos estudos históricos. Essa nova abordagem da História se apresenta como uma grande oportunidade analítica dos processos sociais ao longo dos tempos, e um importante instrumento de compreensão da atualidade.

A possibilidade de entender o presente analisando o assunto *meio ambiente* consiste no fato de que as sociedades vivem e relacionam com o ambiente, transformando-o e sendo influenciadas por essas transformações. Nessa dinâmica, o Estado e a sociedade determinam as formas de acesso e a relação dos indivíduos, grupos e classes sociais de diferentes regiões com recursos naturais fundamentais, como água, terra, vegetação, diversidade biológica etc.

1. 2. História, Agricultura e Meio Ambiente

Existem processos de apropriação, de exploração, de comercialização de recursos naturais e de produção agrícola participantes das relações de trabalho, dos mecanismos legais e da ação do Estado, que proporcionam ao historiador a chance de analisar as relações sociais. O pesquisador pode historicizar os grupos sociais suscitando uma história (das técnicas e estratégias de domínio do meio físico e natural, de ocupação dos espaços e de exploração da natureza para consumo, produção e trocas econômicas) que pode esclarecer as formas de organização das atividades econômicas, das produções agrícolas e da conduta do Estado e suas conseqüências para o ser humano e seu ambiente.

Segundo o preceito de Marc Bloch, devemos partir do presente ao iniciarmos uma pesquisa que investiga o passado, evidenciamos que as condições sócio-ambientais atuais são fruto de séculos de relacionamento entre seres humanos e natureza. Desde a pré-história

o homem interage com o ambiente em busca de abrigo, alimento e sobrevivência. Conforme as civilizações foram se modificando e crescendo, as necessidades de utilização dos recursos naturais aumentavam. Já nos séculos XVIII e XIX, com a *Revolução Industrial* e a necessidade de carvão vegetal para as fornalhas das máquinas, as florestas foram sendo destruídas ao serem utilizadas como combustíveis. Nas primeiras décadas do século XX ocorreu uma profunda mudança na produção agrícola e alimentar nos países mais ricos. As máquinas foram aprimoradas de tal maneira que ocasionaram um crescente desenvolvimento econômico e um aumento na destruição do ambiente natural.⁵

Já os países mais pobres do sistema de Divisão Internacional do Trabalho passaram a se especializar em produtos ligados à monocultura para exportação e começaram a concorrer entre si no mercado global⁶. É nesse momento que a microrregião de Assis passa a abrigar grandes fazendas de produção de café, fato que corrobora para o início da destruição ambiental da região. Foi essa produção a primeira responsável por parte da substituição de mata nativa por agricultura neste território.

Na disputa, entre países que concorriam para ganhar o mercado externo de gêneros agricultáveis, ocorreu grandes investimentos em aperfeiçoamento e aumento da produção e da produtividade, ocasionando devastação em vários de seus ecossistemas. As necessidades alimentares e econômicas que envolvem a agricultura acarretaram mudanças ambientais que influenciaram direta ou indiretamente a sociedade desses países e do mundo todo.

Para compreender tais mudanças é preciso ter bem clara a idéia de que a agricultura envolve uma série de elementos como o trabalho, a terra e a tecnologia que existem dentro de condições sociais específicas e atuações políticas determinantes. Tais elementos devem

⁵ TRIGUEIRO, André. *Meio Ambiente no Século XXI*. Sextante, Rio de Janeiro, 2003.

⁶ BRANT, Vinícius Caldeira. “Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis”, In *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 19: 39 – 91, 1977.

ser investigados dentro de seus contextos regionais, nacionais e globais. É possível fazer uma análise capaz de perceber o processo histórico da agricultura e como esse processo vem influenciando a relação entre seres humanos e o meio ambiente.⁷

1. 3. Teoria, Método e Fontes

Seguindo tal sentido de produção dentro do sistema econômico capitalista internacional associado a um pensamento imediatista de lucro, no Brasil, durante o século XX, a ocupação do espaço apresentou um formato de *conquista*, que tem raízes na sua origem colonial, sendo realizada com intensa velocidade e gerando degradação ambiental. Essa ocupação sempre foi acompanhada de atividades de monocultura realizadas, na maioria dos casos, em grandes latifúndios. Nesse mesmo sentido, houve a ocupação do espaço no estado de São Paulo que obedeceu a essa mesma dinâmica, responsável pela destruição de grandes espaços de vegetação natural para dar lugar, principalmente, aos cafezais do final do século XIX até meados do século XX.

A degradação ambiental, que já era presente na região desde o final do século XIX, pode ter sido agravada pela ação do Estado durante os anos dos governos militares⁸. Nesse período, a produção agrícola foi estimulada de forma bastante acentuada ocasionando a substituição das vegetações nativas por cultivos de gêneros alimentícios como a soja e o trigo. Tal dinâmica ocorreu, principalmente, em razão de um contexto internacional específico, de valorização de determinados produtos e de uma política nacional econômica

⁷ LINHARES, Maria Yedda in CARDOSO, Ciro Flamarion & ODINFAS, Ronaldo (órg). Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Campos, 1997. p 178

⁸ A ditadura militar, no Brasil, foi um governo iniciado em abril de 1964, após um golpe articulado pelas Forças Armadas, em 31 de março do mesmo ano, contra o governo do presidente João Goulart. Durou até 1985 com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves.

de grande incentivo à produção, característica do chamado *milagre econômico*, momento de grande aumento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro entre os anos de 1968 e 1974⁹.

1. 3. 1. História Ambiental

Para entender como o *milagre* influenciou o ambiente e a sociedade da microrregião de Assis, foram analisadas várias fontes de informações que vão desde jornais veiculados na região, depoimentos de pessoas que viveram esse período na localidade, até dados dos Censos Agropecuários do Estado de São Paulo publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes aos anos de 1970 e 1975,¹⁰ sempre tendo como base teórica e metodológica considerações de autores renomados que trabalham com o ambiente como objeto de estudo. São, portanto, de grande importância, para o presente trabalho, as obras de Donald Worster, José Augusto Drumond, Keith Thomas, Vitor Leonard, Warren Dean e Paulo Henrique Martinez.

Worster é um historiador ambiental de grande prestígio internacional. A leitura de seu artigo *Para Fazer História Ambiental* é indispensável para quem deseja pesquisar nessa área. Para o autor, a historiografia não pode mais entender o passado por meio da análise de alguns grandes personagens. A História deve se manter afastada da simplificação de apenas descrever fatos e relatar nomes. A investigação do passado não pode se resumir àquelas

⁹ O crescimento econômico brasileiro nesse período apresentava a mais alta taxa sustentada desde os anos cinquenta. O PIB subiu à média anual de 10,9 % de 1968 a 1974, as exportações aumentaram 126%. Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ Foram pesquisados, também, dados do Censo Agropecuário do Estado de São Paulo do ano de 1960. Porém, as informações nele contidas são organizadas de maneira diferente das publicações seguintes, além de serem referentes a um período distante oito anos do início do recorte cronológico da presente pesquisa. Por esses motivos não foram utilizados neste trabalho.

fontes restritas. Tão pouco ficar presa na superficialidade das fontes. Os pesquisadores têm que investigar *camadas longamente submersas, as vidas e os pensamentos das pessoas comuns* e dar novos conceitos à História de *baixo para cima*. Worster considera os historiadores ambientais constituintes de um novo grupo de *reformadores*, que pensam poder ir ainda mais fundo na busca do conhecimento histórico, conseguindo descobrir forças ainda mais fundamentais atuando sobre o tempo. Afirma que a História Ambiental é parte de um esforço revisionista para transformar a disciplina muito mais inclusiva do que ela tem sido. E mais, para esse estudioso, a História Ambiental *rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais*. Enfim, afirma que historiadores ambientais têm de historicizar as relações entre sociedades e seu ambiente e suas influências recíprocas, procurando mostrar as dimensões naturais e sociais dos problemas ambientais.¹¹

Em seu artigo *Transformações da Terra: Para uma Perspectiva Agroecológica na História*¹², Worster põe em realce a base que levou profissionais da História a preocuparem-se com as temáticas ambientais e descreve alguns passos básicos que o historiador ambiental deve seguir para fazer um bom trabalho. O autor afirma que esse novo tipo de História começou a tomar forma na década de 1970, quando houve diversas conferências sobre meio ambiente. A História Ambiental, à medida que amadurecia, *tornava-se um empreendimento intelectual que não tem qualquer agenda moral ou política simplista ou única para promover*. Para o autor, o historiador ambiental deve trabalhar em três níveis. O primeiro envolve *a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes*

¹¹ WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, 4 (8): 198-215, 1991.

¹² WORSTER, Donald. *Transformações da Terra: Para uma Perspectiva Agroecológica na História*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf> . Acesso em 07/07/2010.

naturais do passado, ou seja, deve-se entender a própria natureza como funcionava e estava organizada. Para tanto é necessário buscar o auxílio de um amplo conjunto de *ciências naturais* e basear-se em suas metodologias, fontes e evidência. O segundo nível se concentra na tecnologia produtiva – equipamentos e técnicas de cultivo – na medida em que esta interage com o meio ambiente. Para interpretar essa interação é preciso compreender como a tecnologia na produção agrícola reestruturou as relações entre sociedade e ambiente. No terceiro nível, está a análise das *percepções, ideologias, ética, leis e mitos que se tornaram parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza*¹³. Tais padrões de percepção humana, de ideologia e de valores têm influenciado na reorganização do ambiente.¹⁴

Se para Worster, entender o relacionamento das pessoas com o meio é estudar a experiência humana que se desenvolveu sem restrições naturais, para José Augusto Drummond, História Ambiental é combinar História Social com História Natural. Drummond afirma: *colocar a sociedade na natureza implica necessariamente atribuir aos componentes naturais “objetos” a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas*. Delineia algumas características metodológicas e de análise para a História Ambiental. Uma delas é que, em quase todos os trabalhos, as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural. Para o autor, este novo tipo de História Ambiental revela ligação também com a História Regional, pois focaliza processos sociais e naturais geograficamente circunscritos. Outra característica é o *diálogo com as ciências naturais*, no qual o historiador procura entender o funcionamento dos ecossistemas para analisar com maior eficácia, em seu interior, as sociedades. Enfim,

¹³ Nesse ponto, as informações pesquisadas no Jornal Voz da Terra podem ser de grande valia.

¹⁴ WORSTER, Donald. Transformações da Terra: Para uma Perspectiva Agroecológica na História. Ambiente e Sociedade. V.5, n.2 . Campinas, 2003

para Drummond, a originalidade da História Ambiental está na sua disposição de *colocar a sociedade na natureza* buscando compreender a influência mútua entre os seres humanos e o mundo natural.¹⁵

Keith Thomas é outro grande historiador. Segue o pensamento de que fazer história não significa tratar apenas das elites e que *fazer história dos meios populares não significa esquecer o pensamento* e ver só os movimentos sociais. Em *O Homem e o Mundo Natural*, Thomas abre mais um campo à indagação histórica, propondo questões novas utilizando uma vasta documentação. Procura entender as mudanças e permanências nos modos de viver, sentir e pensar o mundo natural pelos homens nos trezentos anos que inauguram a modernidade e quais conseqüências políticas e sociais essas mudanças e permanências trouxeram ao convívio dos homens e suas implicações ao mundo natural.¹⁶

O historiador Victor Leonardi também traz uma grande contribuição à História Ambiental: a fuga do determinismo geográfico. Incorpora o estudo das determinantes naturais à compreensão da cultura das sociedades humanas que habitaram toda a região estudada. Uma das principais características de sua análise – assim como a de Drummond, focaliza uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural – é entender a história do lugar estudado não apenas dentro do quadro local, mas inseri-la no contexto geral da história da região e do nacional. Entretanto, para o autor, isso não significa desprezar as determinantes regionais. Por exemplo: a história do malogro de uma cidade

¹⁵ DRUMMOND, José Augusto. “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.177-197.

¹⁶ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

não é apenas a história do seu desaparecimento, mas é a história da multiplicidade de questões que envolvem as relações do lugar e de etnias que habitaram e habitam a região.¹⁷

Outro historiador de prestígio é Warren Dean. Bastante conhecido no país por seus livros sobre a História Social e Econômica do Brasil, traz um grande aporte para a História Ambiental, em especial, com duas obras, *A ferro e fogo* – sobre a mata Atlântica – e *A luta pela borracha no Brasil* – enquanto a segunda trata do contrabando e exploração de uma planta, a seringueira, a primeira aborda a queima das florestas e o nomadismo praticado por fazendeiros, ou mesmo por pequenos proprietários, no decorrer do século XIX. Questões que acabaram por criar um modo de ver os recursos naturais como se fossem passageiros, sem terem a preocupação de preservá-los, ou mesmo de repô-los.

Em suas obras, o conjunto de fontes reunido é abundante: utiliza dados censitários, jornais, publicações governamentais, manuais técnicos, entrevistas, discursos, anais de conferências e congressos, discursos parlamentares, leis e regulamentos, arquivos de institutos de pesquisas botânicas de todo o mundo. O autor também não deixa de contextualizar aspectos locais com regionais, nacionais e globais. Suas obras são de leitura obrigatória para os historiadores ambientais.

Outro autor que contribui para a pesquisa em história ambiental é Wenceslau Gonçalves Neto que, em seu livro *Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*, investiga o setor agrário dentro da perspectiva das transformações que ocorreram no Brasil no período entre 1960 e 1980. Para tanto, o autor procura compreender o debate que acompanhou as transformações no campo, mas também o *conjunto das propostas que se apresentavam para toda a sociedade*. Um

¹⁷ LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios*. Brasília: UNB/ paralelo 15, 1999.

dos pontos essenciais de sua reflexão relaciona-se com a preocupação em entender quais foram as características desta transformação tão profunda num curto intervalo de tempo, problematizando, com isso, o sentido da modernização e dos interesses que impulsionou as mudanças. O eixo central de sua análise encontra-se no estudo sobre o papel do Estado no processo de “desenvolvimento” e na compatibilização de interesses diversos. O autor mostra como a política agrícola do governo atendeu a um projeto mais geral de “modernização” da economia, que se apresentou desigual favorecendo os grandes produtores e as culturas de exportação.¹⁸

Ainda no âmbito da pesquisa sobre história e meio ambiente, em seu livro, *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*, Paulo Henrique Martinez afirma que essa forma de trabalhar história, tendo o ambiente como objeto, deve se inserir na constituição de uma problemática que acompanha as relações sociais e suas ligações com o espaço físico que influenciam e transformam territórios e o mundo natural. A História Ambiental trata, deste modo, de entender as formas de extração, de apropriação, de utilização de recursos naturais, de políticas ambientais e econômicas e de suas conseqüências para o ambiente e a sociedade.

Dessa maneira, Martinez avalia que o objeto da História Ambiental é o meio ambiente, porém, este deve ser acompanhado da análise das relações entre os seres humanos e destes com seu mundo natural. Contudo, para o autor, o historiador que pretende se aventurar nessa área tem que, em seus trabalhos, procurar um sentido amplo que atinja a

¹⁸ NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

sociedade, afinal, é necessário, para este pesquisador, realizar um *projeto social*, um sentido para o conhecimento histórico.¹⁹

Enfim, os estudos dos autores acima referidos trazem a noção de que o ambiente constitui uma possibilidade para a compreensão de todas as sociedades, inclusive a brasileira, além de ser de grande valia para os estudos historiográficos oferecendo muitas possibilidades de problematizar o presente e tentar entendê-lo a partir da investigação do passado. Portanto, a história ambiental passa a ser, assim, um eficiente método para se compreender as sociedades ao longo do tempo. Acreditando em tais pressupostos, esse trabalho de história ambiental sobre a microrregião de Assis pretende ajudar a compreender aspectos, nem sempre tão claros, sobre a sociedade e a natureza na própria localidade.

1. 3. 2. História e Região

Para fazer uma análise dessa determinada localidade do estado de São Paulo, este trabalho procura entender a região. Aliás, reiterando, *região* é um conceito geográfico diferentemente de *microrregião* que é uma divisão administrativa estadual. Porém, uma microrregião não deixa de ser uma pequena região do estado, podendo, portanto, ser analisada como tal.

Ao investigar uma localidade não se deve restringir uma análise apenas ao espaço geograficamente regional. A pesquisa de um determinado espaço pode levar a reformulações longamente assentadas sobre a história nacional. Uma microrregião pode ser capaz de expor suas crises, sua demografia, suas maneiras específicas de viver, trabalhar,

¹⁹ MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo. Cortez, 2006.

produzir e reproduzir-se sem deixar de ser estritamente ligada com outras esferas maiores. É necessário nunca isolar o micro-espço do macro, assim como uma sociedade que vive em um ambiente, relativamente, reduzido com o restante da sociedade do país. Ter em mente, ainda, que a economia global e a nacional são importantes para se entender a economia local. E por fim, não deixar de considerar, também, o contexto político nacional, pois tal falha provavelmente levaria a erros sobre a própria política local.

Trabalhar com um espaço relativamente reduzido, a microrregião, como objeto de estudo exige, ainda, um esforço na busca de aprimorar a análise histórica da localidade. A pesquisa que procura entender a sociedade de um determinado local deve procurar não se isolar em sua área, como em muitos casos em que geógrafos escolheram apenas a Geografia para elaborarem seus estudos; em outros, tão somente os sociólogos com base na Sociologia; historiadores, focando apenas as teorias e metodologias historiográficas etc.

Um grande momento dentro da busca do entendimento da região ocorreu quando as diversas disciplinas se enquadraram na nova realidade do mundo acadêmico, na qual nenhuma das ciências existe por si só, nenhuma é capaz de totalizar as diferentes formas de abordagem e assim definir isoladamente tal conceito.

Essa nova realidade faz-se, dentro do mundo acadêmico, ramificada e interligada, na qual a individualidade dos conhecimentos não se sustenta e não faz jus a uma credibilidade consistente nas esferas conceituais. Existe, assim, a busca da interdisciplinaridade na união dos diferentes campos do conhecimento humano que procura interpretações para realidade física e conceitual. O presente trabalho busca, por exemplo, melhorar o entendimento histórico sobre microrregião de Assis analisando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e também trabalhos como o *Inventário florestal da vegetação*

natural do Estado de São Paulo que é uma publicação de Engenharia Ambiental, mas ajuda a compreender aspectos da formação vegetal da localidade estudada.²⁰

Buscando novos objetos e formas de estudo, a história local se vale da interdisciplinaridade na procura do entendimento histórico sobre a região. Nesse sentido, a presente pesquisa procura se esforçar para buscar nas estatísticas geográficas, nos dados da engenharia ambiental, nas informações sobre economia e nos conhecimentos da ecologia, informações que ajudem a análise histórica sobre a relação entre a sociedade da microrregião de Assis com o seu ambiente.

Esse esforço interdisciplinar se fez também na busca do entendimento do termo região em autores como Janaina Amado, historiadora, Milton Santos, geógrafo, Pierre Bourdieu, sociólogo, além de Giselda Durigan, engenheira ambiental²¹. Suas obras ajudaram a entender a região como um território não apenas geográfico, mas também delimitado pelas especificidades dos fenômenos sociais, culturais e políticos que nele ocorrem. Havendo, assim, a percepção de que elementos constitutivos de uma região são capazes de apreender as diferenças, as contradições e as relações geradas pelas ações dos homens em diferentes momentos em uma determinada localidade, que pode ser influenciada pelas maiores dimensões espaciais, sociais, políticas, culturais e econômicas.

O estudo da relação do homem com o ambiente em uma perspectiva regional também se torna de grande valia para se entender grupos sociais.

²⁰ KRONKA, Francisco José Do Nascimento ; NALON, Marco A ; MATSUKUMA, Ciro K ; KANASHIRO, M. M. ; YWANE, M. S. S. ; PAVAO, M. ; DURIGAN, G. ; LIMA, L. M. P. R. ; GUILLAUMON, João Regis ; BAITELLO, J. B. . *Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. v. 01. 200 p.

²¹ AMADO, Janaína. "História e região: reconhecendo e construindo espaços". IN: Silva, Marcos A. *Republica em migalhas: história regional e local*, 1990.

BOAS, Osmar Vilas; DURIGAN, Giselda. (org) *Pesquisas em conservação e recuperação ambiental no Oeste Paulista: resultados da cooperação Brasil/Japão*. 1 ed. São Paulo: Páginas e Letras, 2004, v.1, p. 409-418.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*, Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

A história ambiental também pode ser um instrumento eficiente de compreensão da sociedade de uma determinada região na medida em que procura compreender a dinâmica das mudanças na relação entre sua sociedade com o ambiente em que vive e suas influências mútuas – ou seja, a maneira da sociedade se relacionar com o ambiente pode nele provocar mudanças que influenciarão essa mesma sociedade. Um trabalho de história ambiental tem muito a contribuir na busca do conhecimento de uma localidade. A organização espacial sempre se constitui em uma categoria social, fruto do trabalho humano e da forma dos homens se relacionarem entre si e a natureza.²²

1. 3. 3. Relatos Oraís, Jornais e Dados Estatísticos como Fontes

Com a preocupação de realizar um trabalho que pudesse trazer à sociedade da região conhecimentos que ajudassem a entender o seu relacionamento com o ambiente, a presente pesquisa buscou informações em várias fontes. Procurou, também, analisar e interpretar essas informações com métodos da História Ambiental inspirados nos autores anteriormente referidos, além de premissas referentes à História Oral e Regional.

Durante as pesquisas iniciais, foram encontrados dados que apontavam mudanças nas formas de produzir gêneros agrícolas que alteravam o ambiente da região. Tais informações eram encontradas em fontes como jornais e censos agrícolas. Porém, em se tratando de uma investigação sobre um período relativamente recente da história local, o presente trabalho lançou mão de um expediente de grande ajuda para quem pretende encontrar respostas sobre questões que envolvem a sociedade: a História Oral. O fato de o

²² SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*, Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

recorte cronológico desta pesquisa se situar entre as décadas de 1960 e 1970, ajudou a colocar em prática um dos ensinamentos de Marc Bloch segundo o qual *os homens não devem ignorar a imensa massa dos testemunhos não-escritos*, como os relatos orais.²³

A história oral tem como elemento de composição a possibilidade de aproximação da realidade das pessoas. Concebe memória não apenas como preservação de informações para as quais nos reportamos somente com o intuito de conhecer o passado. Pelo contrário, as lembranças dos entrevistados são como um processo constante de atribuição de significados, não para o passado, mas para o presente, ou seja, a história oral é mais um instrumento para o pesquisador que se aventura a entender a relação entre passado e presente.

Não se trata simplesmente, quando se trabalha com história oral, de entrevistar pessoas e depois utilizar suas respostas como verdade absoluta sobre o assunto investigado. Pelo contrário, o procedimento usado pelo historiador deve ser bastante metódico com muito embasamento teórico que ajude o pesquisador a conseguir resultados que serão importantes para a pesquisa.

Esse método de coleta de dados em história é relativamente recente, porém bastante explorado e muito discutido. A primeira geração de historiadores orais surgiu nos Estados Unidos na década de 1950, com o propósito de reunir material para pesquisadores futuros. Tendo ainda, como característica, privilegiar as ciências políticas e se ocupar da história dos mais abastados.

²³ BLOCK, Marc L. Benjamim. (1886-1944). *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Prefácio, LE GOFF, Jacques; apresentação à edição brasileira, SCHWARCZ, Lilia Moritz; Tradução, TELLES André. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p 42.

Segundo Philippe Joutard, a segunda geração de historiadores orais surgiu no México registrando as memórias e recordações dos chefes da revolução mexicana. Esta segunda geração, diferentemente da primeira que privilegiava os *notáveis*, foi marcada por uma nova concepção da oralidade, reportando-se aos relatos das minorias étnicas, dos iletrados, dos marginalizados entre outros. Era uma história vista como alternativa a todas as construções historiográficas baseadas no escrito.²⁴

A *Nova História Oral* ganhou maior destaque com a adesão de vários estudiosos que caracterizaram a chamada terceira geração, entre eles Paul Thompson na Inglaterra, Mercedes Vilanova na Espanha e Danièle Hanet na França. Essa terceira geração de historiadores concretizou esse tipo de investigação a partir do *XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco*, em 1975 e do primeiro *Colóquio Internacional de História oral realizado em Bolonha*.²⁵

No Brasil, em junho de 1973, foi criado o *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)*, que buscava, através dos relatos orais, *pensar e entender melhor o Brasil daquele período*²⁶.

A fundação da *Associação Brasileira de História Oral (ABHO)*, em 1994, durante o *Segundo Encontro Nacional de História Oral* no CPDOC-FGV, congregou historiadores orais de diferentes Estados fortalecendo as trocas de experiências entre os mesmos. Essa comunhão de pesquisadores possibilitou a realização de outros eventos no país, fato que culminou com a escolha do Brasil para sediar o *X Congresso Internacional de História*

²⁴ JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. cap. 4, p. 267-277.

²⁵ FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. 204 p.

²⁶ CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. *Como a história oral chegou ao Brasil*, (entrevista). **História oral**. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.167-179, 1999.

Oral em 1998, no Rio de Janeiro, incentivando a criação de uma revista semestral e de núcleos de estudos de história oral em diferentes instituições.²⁷

Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho, tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho.

Apesar de alguns estudiosos da história oral, entre eles José Carlos Sebe Bom Meihy, caracterizarem esta como uma disciplina²⁸, o presente trabalho serve-se da história oral como um método de pesquisa para coleta de dados e como fonte de informação sobre o período estudado.

Para tanto, esta pesquisa vale-se de cuidados metodológicos, ao utilizar esse recurso, observando o trabalho de alguns autores. Cuidados esses, que trouxeram a percepção de que trabalhar com a fonte oral implica pensar a subjetividade do historiador, um indivíduo que participa de forma efetiva na elaboração do documento. O pesquisador é quem faz as perguntas e precisa estar atento para não transferir suas próprias angústias ou de alguma forma influenciar o entrevistado a dar respostas que ele, o entrevistador, gostaria de ouvir. Tais cuidados permitem ao entrevistado, tanto quanto possível, manifestar-se livre de qualquer influência.

Mesmo com essas precauções, é preciso ter consciência dos limites dessa operação e procurar não ultrapassá-los, pois essa *liberdade em relação às influências* está

²⁷ CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. *Como a história oral chegou ao Brasil*, (entrevista). **História oral**. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.167-179, 1999.

²⁸ MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 86 p.

cercada de restrições. Nenhuma questão é elaborada de forma gratuita, isto é, o pesquisador a faz com a intenção de obter respostas para algo que investiga. Portanto, é preciso deixar claro que uma vez feita a pergunta, esta pode não estar totalmente isenta da subjetividade e da concepção que seu autor possui, por isso a necessidade do grande cuidado com essa questão para não existir um caminho pré-estabelecido, pelo entrevistador, para sua pesquisa.

É necessário, ainda, atentar para o uso que se faz do material, já que estamos lidando com experiências de sujeitos, de seres humanos; e isso exige sempre sensibilidade, respeito e ética. O pesquisador não deve se deixar tomar por preconceitos ou juízos de valores em relação ao entrevistado, pois existe, nesse tipo de trabalho, a convivência com pessoas das mais variadas escolaridades, costumes, religiões, condições econômicas, posições políticas entre outras coisas. Dessa forma, é preciso utilizar critérios bem estabelecidos para a análise desse documento criado a partir da entrevista e não do modo de ser e de viver do entrevistado.

A história oral, sendo utilizada por meio de critérios metodológicos definidos e cuidadosos, torna-se uma alternativa extremamente adequada na medida em que ela aparece para o pesquisador como uma oportunidade de conhecer melhor o período, as experiências e as mais variadas contradições da sociedade e ambiente do espaço pesquisado.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa, requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se o seu planejamento, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista marcada com antecedência existindo a certeza de ser

recebido; as condições favoráveis de garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e finalmente, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.²⁹

Quanto à formulação das questões, o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural, muitas vezes, não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado. Para um bom resultado, Pierre Bourdieu aconselha, na medida do possível, falar a mesma língua do pesquisado, ou seja, o pesquisador deve descer do *pedestal* cultural e deixar de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado possam se entender. Se isso não acontecer, provavelmente, o pesquisado se sentirá constrangido e a relação entre ambos se tornará difícil. O pesquisador deve fazer tudo para diminuir a *violência simbólica* que é exercida através dele mesmo.³⁰

Existem vários tipos de entrevistas recorrentes nos estudos de história oral, as formas de entrevistas aqui utilizadas são a semi-estruturada e a aberta, que possibilitam ao entrevistado discorrer com mais liberdade sobre o tema perguntado.

A técnica de entrevista aberta atende, principalmente, a finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos

²⁹ LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3^a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz o assunto e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. É utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos.³¹

No caso das entrevistas semi-estruturadas, elas combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha *fugido* ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

³¹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*.
2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também possibilitam uma abertura e uma proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Esses tipos de entrevistas colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador, que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.

Foram utilizadas, no trabalho, duas entrevistas, a de Sérgio Meloni e de Irma Baldo Dias. Meloni é proprietário de terras na zona rural do município de Cândido Mota, pertencente à microrregião de Assis. Além de agricultor é também diretor de um colégio particular da mesma cidade. Nascido em 1950, em Olímpia, estado de São Paulo, passou a viver na microrregião de Assis ainda com dois anos de idade. Morou na zona rural de Cândido Mota até 1982, quando mudou-se para a área urbana, sem deixar de ser proprietário rural e pequeno produtor de café até os dias atuais.

Irma Baldo Dias é proprietária de um colégio particular na cidade de Cândido Mota. Viveu na zona rural até 1968. Passou a morar na área urbana a partir desse ano, porém sempre manteve, após a mudança, grande contato com o campo por meio dos seus familiares que continuaram a viver e produzir na zona rural. A entrevistada nasceu em Cândido Mota em 1954. Seu pai, um imigrante italiano, chegou à região em 1941 e era

dono de uma agroindústria de produção e beneficiamento de mandioca. Nos dias atuais, no prédio onde funcionava essa indústria, existe o colégio pertencente à Irma.

Os depoimentos de Sérgio Meloni e Irma Baldo Dias trazem contribuições importantes para a compreensão das transformações sócio-ambientais na região. Ajudam a entender como o café foi substituído como gênero agrícola predominante para dar lugar às culturas temporárias como a soja e o trigo; possibilitam melhor entendimento sobre as transformações no tamanho das propriedades, na concentração de terra e no êxodo rural; além de trazerem informações importantes para o conhecimento do surgimento de problemas ambientais na região durante o período em questão.

Outra fonte de informações para esta pesquisa é o jornal *Voz da Terra*, da cidade de Assis, fundado em 14 de Julho de 1963, que teve tiragem semanal até 1966, quando começou a ser distribuído diariamente. No período pesquisado, esse jornal abrangeu quase toda a microrregião de Assis e tratava não só de assuntos locais, mas regionais, nacionais e até, em menores proporções, mundiais. Seu posicionamento político variava conforme os interesses de seus dirigentes. Quando o jornal apoiava o então prefeito de Assis, Tufi Jubran, partidário da ARENA, o periódico mantinha posições contrárias ao MDB, porém começa a apoiar o MDB, quando o prefeito, em 1971, passa a fazer parte desse partido³². Sua linha editorial, nesse período, foi conduzida pelas mesmas pessoas que o fazem hoje. O diretor responsável é Egídio Coelho da Silva e o editor é Eli Elias. Sua renda era baseada nas propagandas de estabelecimentos das cidades da região, principalmente de Assis.

Esse jornal serve como fonte de informação, já que suas páginas trazem reportagens, matérias, crônicas, editoriais e artigos que tratam de assuntos diversos,

³² Jornal *Voz da Terra*, 1971

incluindo notícias ou comentários sobre problemas ambientais, produção agropecuária, utilização de insumos e venda de maquinário – propaganda também –, além de relatar grande número de ações políticas sobre incentivos ao aumento da produção e da produtividade na microrregião.

Para melhor analisar as informações contidas nas páginas do jornal, foi realizada uma lista baseada na cronologia de fatos que está anexada ao presente texto (ANEXO A). A proposta, ao utilizar tal cronologia, não é fazer apenas uma seqüência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses eventos, mas também destes nas estruturas e instituições e, principalmente, nos modos de pensar, realizando uma análise crítica sobre o período.

Essa atividade é relevante para a pesquisa, à proporção que o entendimento dos fatos e acontecimentos se mostra importante para a análise histórica. Assim como explica Pierre Nora (1976):

O acontecimento pertence por natureza a uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais. Mas no interior de sua categoria bem marcada, o acontecimento se faz assinalar por sua importância.³³

Mais uma fonte de dados analisada na presente pesquisa são os Censos Agropecuários de 1970 e 1975, produzidos pelo IBGE.

O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é um organismo importante tanto no campo do reconhecimento físico e econômico do território nacional, quanto no

³³ NORA, Pierre. *O Retorno do Fato*: In: *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

segmento de regionalização dos espaços, nas diferentes escalas, macro, meso e micro, elaborando procedimentos que possibilitam subsídios para o planejamento territorial do Brasil. Para tanto, realiza uma ampla rede de coleta de dados nas unidades da federação e seus respectivos municípios. Cria como mecanismos, dentre outros, os Censos Agropecuários que são de fundamental importância para a compreensão dos ambientes, da economia e da sociedade do país por meio da análise das atividades agropecuárias.

O Censo Agropecuário é o levantamento de informações sobre estabelecimentos agropecuários, florestais e aquícolas de todos os municípios de um país. O primeiro foi realizado em 1920, o seguinte ocorreu em 1940 e, deste ano até 1970, foi feito de forma decenal, passando a ser produzido a cada cinco anos até 1990. Os últimos Censos Agropecuários realizados foram os de 1996 e o de 2007.

Os dados dessa fonte contêm informações sobre as atividades no campo e a formação vegetal do Estado de São Paulo e de suas microrregiões, inclusive a do município de Assis.

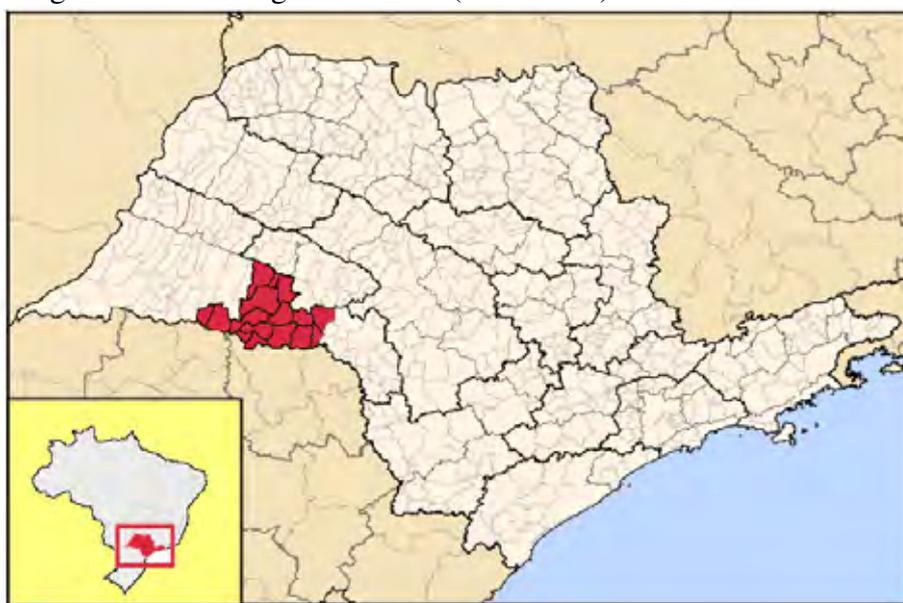
O Censo Agropecuário publicado em 1970 teve seus dados colhidos em 1969 e contém um panorama das atividades rurais e da formação vegetal na microrregião de Assis, ainda no início do período estudado neste trabalho.

A comparação dos dados de 1969 aos do Censo Agropecuário de 1975, que foi produzido em 1974 (ano que encerra o recorte cronológico da presente pesquisa), pode contribuir para a análise dos processos de mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais na região estudada. Afinal, a comparação de dados do início e do final do período estudado pode ajudar a compreender seus processos de mudanças e permanências.

2. A MICRORREGIÃO DE ASSIS

A microrregião de Assis (*imagem I*) encontra-se no Vale do Paranapanema, na parte centro-ocidental do Estado de São Paulo, limitando-se ao sul com o Estado do Paraná; é composta por dezessete municípios³⁴, compreende uma área total de 7.141,738 km² e a sua população é de 265.736 habitantes (IBGE, 2006).

Imagem I – Microrregião de Assis (sem escala)



Disponível em: <http://upload.wikimedia.org>³⁵. Acesso em 07/07/2008.

Tal microrregião tem sua localização no Planalto Ocidental, a sudoeste do Estado de São Paulo, entre os Rios Peixe e Paranapanema, afluentes do Rio Paraná; sua maior

³⁴ A microrregião de Assis é compreendida pelos seguintes municípios: Assis, Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Florínia, Ibirarema, Iepê, Lutécia, Maracá, Nantes, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Quatá e Tatumã.

³⁵ A imagem foi retirada da página da rede mundial de computadores <http://upload.wikimedia.org>, consultada no dia 02/04/2008. Mostra o mapa do Brasil no canto inferior esquerdo, destacando em vermelho o estado de São Paulo, o próprio mapa do Estado de São Paulo ampliado e em destaque (também na cor vermelha) a microrregião de Assis e os contornos dos limites dos municípios pertencentes a ela.

extensão é tomada por solos de *terra roxa* (Latosolos Roxos e Latossolos Vermelhos) considerados apropriados para agricultura;³⁶ as temperaturas médias oscilam entre 15°C e 23°C e tem uma precipitação pluviométrica anual de cerca de 1 150 mm³; seu clima tropical é comumente chuvoso no verão e seco no inverno; a vegetação primitiva era constituída por mata latifoliada (Floresta Estacional Semi-decidual, que constitui a vegetação típica da Mata Atlântica), cerrados e cerradões nos vales principais e de campos nos topos dos interflúvios.

A microrregião de Assis se localiza no Médio Paranapanema, uma das três divisões do Vale do Paranapanema, que tem ainda o Alto Paranapanema e o Pontal do Paranapanema.

O Paranapanema é um dos rios mais importantes de São Paulo. Ele marca os limites entre as regiões Sudeste e Sul, sendo divisor natural dos territórios pertencentes aos estados de São Paulo e do Paraná. Tem uma extensão total de 929 quilômetros em um desnível de 570 metros. Desenvolve-se no sentido geral leste-oeste até o rio Paraná em uma altitude de 239 metros, aproximadamente. Suas nascentes se localizam na serra Agudos Grandes, em Capão Bonito, próximo aos municípios de Eldorado e Ribeirão Grande, no Sudeste de São Paulo, a uma distância aproximada de 100 quilômetros da costa Atlântica, numa latitude de cerca de 900 metros acima do nível do mar.

³⁶ Latossolos são solos cuja cor é igual ou mais vermelha que 2,5YR (muito escura, quase roxa). Os materiais de origem destes solos são geralmente rochas máficas, tais como basalto, uma rocha muito rica em nutrientes, o que faz do latossolo o solo mais fértil do Cerrado. Os latossolos ocupam, no Cerrado, áreas dissecadas pelos principais rios. Nessas áreas, o basalto que estava coberto por outras rochas e sedimentos foi exposto pela ação dos rios possibilitando a formação dos latossolos. Este tipo de solo encontra-se em áreas, como a microrregião de Assis, suavemente onduladas em baixas altitudes (~550 m). (EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro: Embrapa-CNPS, 1997. Cap. 1: Introdução, p. 1-2. (Co-autoria: Itamar Antonio Bognola, Embrapa-NMA).

Das nascentes até a foz, o rio percorre território paulista; a jusante deste ponto faz fronteira entre os estados do Paraná e de São Paulo.³⁷

2.1. A Ocupação

Esta região do Estado de São Paulo passou a ser explorada em fins do século XIX e tem tradições agrícolas muito fortes desde sua ocupação até os dias atuais.

A degradação vegetal, nessa localidade, não é um fenômeno recente ou exclusivo da época do *milagre econômico*. Após a ocupação da região, no final do século XIX, e a criação dos povoados, houve devastação de sua cobertura vegetal nativa para a criação de cafezais³⁸. O crescimento da cafeicultura, a implantação das ligações rodoviárias e ferroviárias com todo o Estado de São Paulo e a intensificação do povoamento dessa região foram alguns elementos responsáveis por essa destruição que se acentuou ainda mais após a segunda metade do século XX³⁹. A atuação dos produtores com suas práticas agrárias, desde o final do século XIX, fez da localidade um espaço com enorme potencial agrícola e muito devastado ambientalmente.

Nos dias atuais, é comum, para quem vive na microrregião de Assis ou observa seu ambiente, a idéia de que a vegetação natural que fora substituída deu lugar exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar ou de soja e trigo. Todavia a análise do passado revela que a grande *vedete* da produção agrícola, até o final dos anos 1960, foi a cafeicultura. Os produtores de café aproveitaram o contexto internacional de mercado, os incentivos

³⁷Conforme o site: <ftp://geofp.ibge.gov.br/MME2007/SP/CAPAO%20BONITO.pdf>, consultado no dia 8 de abril de 2010.

³⁸BRANT, Vinícius Caldeira. “Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis”, In *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 19: 39 – 91, 1977.

³⁹SILVA, Ricardo Siloto da. *Urdiduras e Tessituras Urbanas. Na história das Cidades, a Estrutura Territorial de Assis*. Tese de Doutorado pela UNESP – Campus de Assis, 1996.

governamentais e as condições de clima e solo da região e tornaram-se os grandes responsáveis pela ocupação desse território.

O povoamento do lugar onde se localiza a microrregião de Assis iniciou-se ainda no século XIX e fora influenciado por diversos fatores como o inchaço demográfico de Minas Gerais, a Guerra do Paraguai e a ascensão do café como produto principal na pauta dos gêneros exportáveis e de grande valor no mercado externo.

A quantidade volumosa de moradores em Minas Gerais no século XIX sem que a maioria tivesse boas condições de vida, obrigou muitas pessoas a procurarem novas terras. O Vale do Paranapanema, na província de São Paulo, tornou-se um dos lugares de refúgio desses mineiros. A partir da fixação nessas terras, os novos moradores passaram a desenvolver lavouras de subsistência e de café, no início produzido para consumo doméstico e posteriormente ocupando lugar de destaque não apenas na região como também no cenário nacional.⁴⁰

Desde o fracasso da mineração e o declínio econômico, no final do século XVIII e começo do XIX, a região das minas passou a ter maior diversificação nas suas atividades e a produção de alimentos tornou-se o *carro chefe* de sua economia. Nessa época, a província de Minas Gerais não formava um território homogêneo; era dividido em várias regiões distintas e pouco interligadas, resultado da pouca eficiência das vias de comunicações. Uma dessas regiões era a Zona da Mata, na qual se localizavam as cidades de Juiz de Fora e Leopoldina. Essa área apresentava a cafeicultura como atividade principal e tinha bastante influência do Rio de Janeiro. Outra região era o Vale do São Francisco,

⁴⁰ ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944)*. Tese de Doutorado, UNESP – Assis [s.n.], 2004. p. 53.

cuja criação de gado fora a principal atividade econômica. Essa localidade mantinha um contato muito mais estreito com a província baiana, maior do que com o restante do seu próprio território. Por sua vez, a área localizada mais ao sul, onde se situavam as cidades de Passos e Pouso Alegre apresentava um vínculo maior com a província de São Paulo e com a cidade do Rio de Janeiro.⁴¹

Sendo, portanto, uma região heterogênea em sua economia e produtora de gêneros que abasteciam, basicamente, o mercado interno (apesar de também produzir o café), Minas Gerais ficava à margem do novo contexto econômico mundial, que enriquecia as regiões que apostavam nos gêneros exportáveis.

Essa característica conferia aos mineiros uma desvantagem. Para aqueles que não produziam café as oportunidades eram menores e as dificuldades financeiras maiores, ocasionando a necessidade de procurarem outros lugares para viver. Diante desse quadro, muitos moradores de Minas Gerais saíram em busca de alternativas econômicas em regiões que pudessem oferecer terras férteis e apropriadas para o plantio do café. Um dos lugares encontrados foi o Vale do Paranapanema na província de São Paulo, que oferecia terras férteis, clima propício para lavoura e começava a ganhar visibilidade com o seu potencial agrícola.⁴²

Percebe-se, assim, que um dos aspectos do início da ocupação no Vale do Paranapanema esteve ligado ao contexto sócio-econômico de Minas Gerais, durante o século XIX; com sua grande população e pouca união territorial, ao mesmo tempo que a economia mundial e nacional favoreciam aqueles que plantavam café. O excedente

⁴¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 1996. p. 186.

⁴² ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944)*. Tese de Doutorado, UNESP – Assis [s.n.], 2004. p. 54.

populacional, principalmente nas regiões não dedicadas ao café, recorria à migração para sobreviver às dificuldades econômicas, fato considerável na formação e no povoamento da localidade ora estudada.

Outro fator que contribuiu para o início da ocupação do Vale do Paranapanema, segundo Pedro Paulo de Andrade, foi a Guerra do Paraguai. Esse conflito, segundo o autor, provocou a fuga de homens do território das Minas Gerais que tentavam escapar do alistamento compulsório feito pelo governo imperial o qual procurava encorpar seu contingente na luta contra o país vizinho. Dessa forma, muitos mineiros buscaram se estabelecer em uma área menos povoada e procurada pelo exército à “caça” de soldados: o Vale do Paranapanema.

Este trabalho não tem a intenção de discutir a Guerra do Paraguai, tão debatida e trabalhada por inúmeros pesquisadores na historiografia do Brasil e da América espanhola, apenas faz uma menção de sua influência na migração de pessoas que viviam na região de Minas Gerais para o Vale do Paranapanema.

A Guerra do Paraguai, chamada na América Espanhola de “A Guerra da Tríplice Aliança,” foi um conflito, acontecido no século XIX, entre os aliados Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai.

Ao mesmo tempo em que os produtores de café seguiam em direção ao Interior de São Paulo, a Guerra do Paraguai marcava a história do país e da América Latina. Esse conflito foi travado por um período relativamente longo, entre novembro de 1864 e março de 1870. O Brasil precisou de um número grande de soldados e isso fez com que o governo convocasse homens de todas as regiões do império. Essa convocação se fez em grande medida na província de Minas Gerais, a mais populosa e com um grande contingente para tal empreitada. Na ânsia de escapar ao alistamento compulsório dos homens, muitas

famílias evadiram-se de Minas Gerais. Essa migração aconteceu enquanto a província de São Paulo começava a ser ocupada em sua porção central e oeste, lugar escolhido por muitos para fixarem-se. Dessa forma, muitas pessoas se estabeleceram na região do Vale do Paranapanema. Esses migrantes foram um dos primeiros grupos a ocuparem a localidade, após os indígenas, e foram de grande importância para o começo do povoamento do território que hoje compreende a microrregião de Assis.⁴³

O contexto sócio-econômico de Minas Gerais e a Guerra do Paraguai não seriam fatores suficientemente fortes para influenciar a ocupação do Vale do Paranapanema sem a ascensão cafeeira no país. A planta foi introduzida no Brasil em 1727, no Pará. Primeiramente, o produto foi utilizado para o consumo familiar e chegou à província do Rio de Janeiro na década de 1760. A partir daí, seu plantio foi sendo associado a outros pequenos cultivos domésticos nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro.⁴⁴

Poucos anos depois, o café passou a ser lavrado em escala comercial e obteve ampla ascensão, tornando-se o produto principal na pauta dos gêneros exportáveis e de grande valor no mercado externo.

Ainda no século XIX, o café brasileiro teve boa valorização no exterior. Um dos motivos foi o fato de seus concorrentes diretos enfrentarem graves crises, todos ao mesmo tempo. Java (Indonésia) teve sua produção cafeeira prejudicada porque as lavouras foram atacadas por pragas, o que obrigou a ilha a erradicar suas plantações. O Haiti (no Caribe) passou por grave crise social com a revolução dos escravos, originando a sua independência, movimento que deixou muitas lavouras destruídas ou abandonadas. No Ceilão (atual Sri Lanka), os solos acabaram se esgotando, por falta de nutrientes essenciais

⁴³ Idem p. 55

⁴⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 1996. p. 187.

para as lavouras. Enquanto todos esses problemas aconteciam com os maiores produtores de café do mundo, ocorria uma grande expansão da demanda européia e americana por essa bebida. A somatória de todos esses fatores com o grande potencial de produção de café, envolvendo solo, clima, e muita terra ainda *virgem*, no Brasil, fez com que o país se tornasse o maior exportador mundial do produto.⁴⁵

Ao ganhar amplo espaço na pauta de produção agrícola no Brasil, o café foi responsável pelo desenvolvimento econômico de várias localidades do país e proporcionou a criação de grandes lavouras no Vale do Paraíba – região que compreende parte do nordeste de São Paulo e uma porção do sul do Rio de Janeiro.

Essa região já era conhecida e trilhada por alguns caminhos que foram muito importantes para o escoamento da produção aurífera das Minas Gerais, desde o século XVIII. Além do mais, a localidade oferecia terras ainda não exploradas e condições climáticas adequadas para o cultivo do café. Unia-se a essas características o fato de o Vale do Paraíba ser bastante próximo ao porto do Rio de Janeiro, facilitando o transporte do produto e seu escoamento para o exterior.⁴⁶

Além da relativa proximidade do porto, a região ganhou um novo alento a partir de 1855, com a criação da Ferrovia D. Pedro II (Central do Brasil). Logo, a Estrada de Ferro atingiu a região de Cachoeira, no Vale do Paraíba paulista e posteriormente chegou à cidade de São Paulo. Dessa maneira, completava-se a ligação entre a capital paulista e a cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁵ PRADO, Celso. *Incursões Predatórias em Territórios Indígenas do Vale do Paranapanema*. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, Nº de Registro 391.422 – Livro 728, Rio de Janeiro.

⁴⁶ JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1980. p162

Os investimentos dos cafeicultores e as características do local fizeram com que o Vale do Paraíba se tornasse, entre 1820 e 1875, o maior produtor de café do mundo. Contudo a produção do gênero não se limitou a essa área, espalhando-se para boa parte do território paulista.

A expansão cafeeira logo atingiu as localidades de Campinas e Ribeirão Preto e em 1863 chegou ao Vale do Paranapanema, região na qual foram desenvolvidas, posteriormente, as cidades que hoje formam a microrregião de Assis.⁴⁷

Essas regiões interioranas de São Paulo ficam muito distantes do litoral e conseqüentemente dos pontos de escoamento da produção cafeeira. A expansão das lavouras de café em São Paulo dependia necessariamente de transportes para um lugar que fizesse o embarque do produto para o exterior. Um desses pontos de embarque era o porto do Rio de Janeiro, um local relativamente longe das fazendas produtoras do interior. As dificuldades não terminavam na questão da distância, outro grande problema incidia em cruzar a Serra do Mar para chegar até a região litorânea. Tal dificuldade foi superada com a construção da estrada de ferro Santos – Jundiaí que começou a operar em 1867. Esse fato foi de grande importância para atrair maior número de investidores para a economia cafeeira. Desde então, grande parte da produção realizada em São Paulo, em vez de procurar a capital do império, tinha seu escoamento pelo porto da cidade de Santos, transformando esse município em um grande centro exportador.⁴⁸

A partir de Jundiaí a estrada deveria seguir até a cidade de Rio Claro, porém a empresa SPR (São Paulo Railway) se desinteressou pelo projeto de extensão da linha. Outra

⁴⁷ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A Propriedade da Terra no Vale do Paranapanema: a fazenda Taquaral 1850-1910*. São Paulo, 1987 (Doutoramento em História). Universidade de São Paulo. p. 125.

⁴⁸ Essa ferrovia fora construída por uma empresa de capital inglês chamada São Paulo Railway Co. Limited (SPR).

empresa, a brasileira Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tomou a frente de construção dessa via. A ela seguiram-se outras estradas, como a Mogiana e a Sorocabana.⁴⁹

Com a ajuda das ferrovias, a expansão dos cafezais foi acelerada e as regiões mais a oeste da província de São Paulo passaram a ser cada vez mais povoadas.

A Estrada de Ferro Sorocabana chegou a Assis somente em 1915, mas outros trechos de ferrovias já ajudavam na ocupação da região antes dessa data. Mesmo sem alcançarem exatamente a localidade, as estradas de ferro facilitavam o escoamento do café era embarcado cada vez mais próximo do Vale do Paranapanema. A inauguração das ferrovias Santos – Jundiá (1867), Paulista (1872) e Mogiana, em 1873 e suas expansões em direção ao oeste de São Paulo foram um grande incentivo para o produtor.⁵⁰

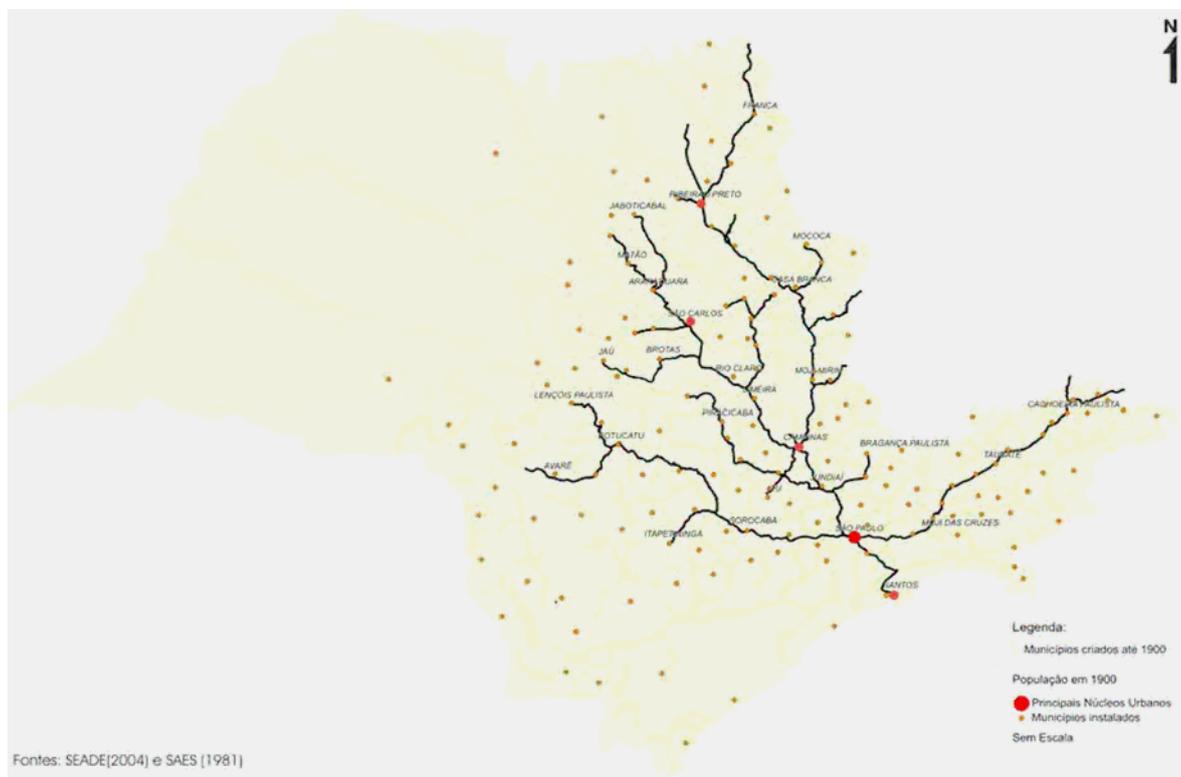
Com as estradas de ferro cada vez mais próximas, os cafeicultores passaram a investir na localidade e a atividade agrícola começou a atrair um número maior de pessoas para a região de Assis, mesmo antes da chegada da Sorocabana. Afinal, levar o café até Lençóis Paulista, Botucatu ou Avaré para embarcá-lo no trem era muito mais fácil do que transportá-lo até o litoral em lombo de mulas.

Para se ter uma idéia de como o café ganhou importância no quadro produtivo do país, basta analisar as informações de que em 1796 o Brasil exportou 2.120 sacas de 60 kg de café, na década de 1850 já ultrapassava a casa das vinte milhões de sacas exportadas (27.339.000), entre 1901 e 1910 atingiu 130.599.000.

⁴⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 1996. p. 200.

⁵⁰ ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944)*. Tese de Doutorado, UNESP – Assis [s.n.], 2004. p. 44.

Imagem II: Ferrovias no Estado de São Paulo em 1900.

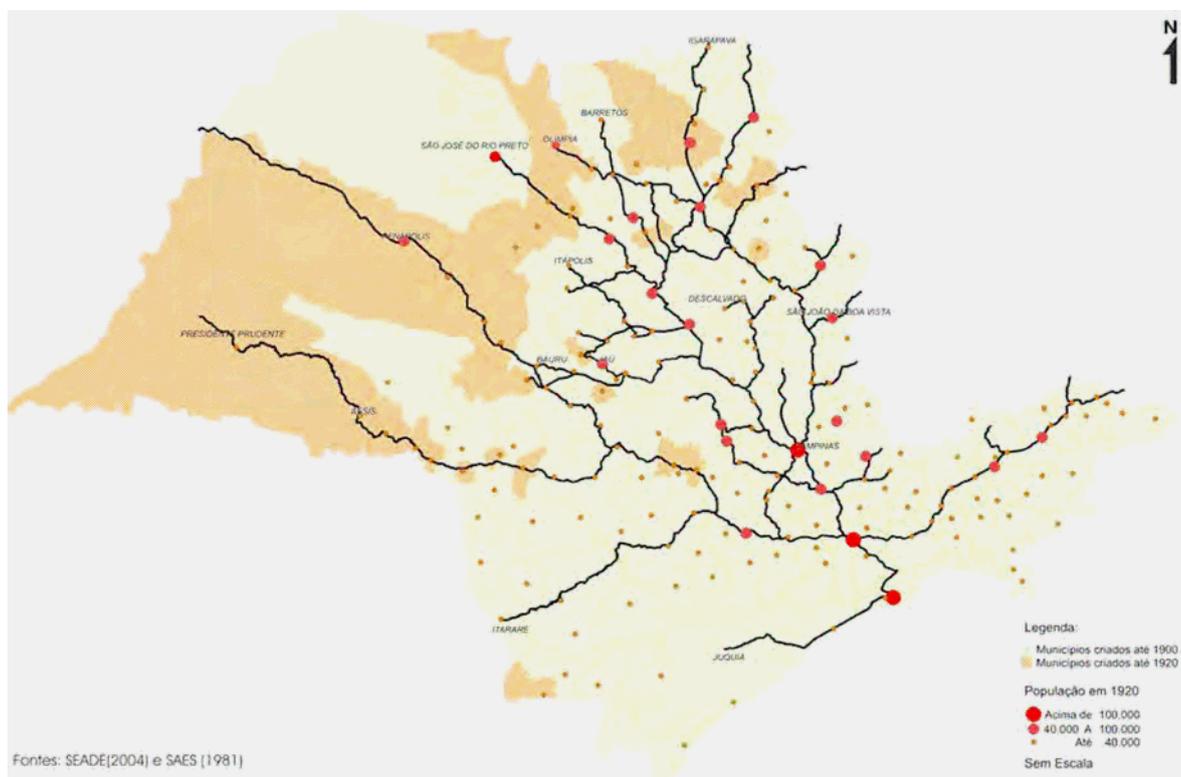


Conforme Luciano Ferreira da Luz, p. 42⁵¹

A chegada da Ferrovia Sorocabana em Assis, em 1915, fez a região tornar-se alvo de grande ocupação e de investimentos nas lavouras cafeeiras. Os povoados ascenderam à categoria de municípios; Assis tornou-se centro de operações da ferrovia e a maior cidade dessa região no Vale do Paranapanema.

⁵¹ LUZ, Luciano Ferreira da, *Os trilhos nas áreas urbanas: conflitos, desafios e oportunidades em dez cidades paulistas*. (Dissertação para a obtenção do título de mestre em ciências). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

Imagem III: Ferrovias do Estado de São Paulo em 1920.



Conforme Luciano Ferreira da Luz (Idem p. 45)

O primeiro povoado a tornar-se município foi o de Bela Vista, criado em 1885. Posteriormente surgiu, em 1900, Conceição do Monte Alegre que deu origem a Maracá, Paraguaçu Paulista, Quatá e Borá.

A Ferrovia Sorocabana chegou, em 1914, ao vilarejo que posteriormente tornou-se o município de Palmital. Em 1915, alcançou o núcleo populacional que se transformaria no município de Assis e, em 1916, a outro vilarejo, Paraguaçu Paulista.

A elevação ao status de municípios desses vilarejos se deu nos seguintes anos: Platina (1915), Assis (1917), Palmital (1919), Cândido Mota (1923), Maracá (1924),

Paraguaçu Paulista (1924) e Quatá (1925). A quantidade de habitantes da região saltou de 1.703 em 1900 para 120.423, em 1934.⁵²

2.2. A Fundação de Assis

O município de Assis fica a uma distância de 445 km da cidade de São Paulo. A história de sua fundação começou quando um mineiro da região de Pouso Alegre, José Teodoro da Fonseca, em uma viagem ao oeste de São Paulo em 1885, registrou o título de ocupação dessa área. As terras, anteriormente ocupadas pelos índios Kaingang, foram divididas em glebas e vendidas a outros desbravadores, sendo um deles Francisco de Assis Nogueira. O Capitão Assis, como era chamado Nogueira, criou uma grande fazenda na região com o nome de Taquaral. Esse foi o patrimônio que originou o município de Assis (nome dado em homenagem ao Capitão Assis). Em 1905, parte dessas terras, oitenta alqueires, foi desmembrada da fazenda Taquaral e doada para a construção de uma capela.

Após a construção da igreja, começaram a surgir, em suas cercanias, vários outros estabelecimentos como vendas e hotéis. Com o crescimento das atividades populacionais em torno da igreja e com a chegada da Ferrovia Sorocabana, em 1915, o povoado foi elevado ao status de Distrito e, apenas em 1917, tornou-se município.⁵³

O desenvolvimento do município girava em torno de um centro linear que era a Avenida Rui Barbosa. Essa via ligava a Estação Ferroviária à Igreja. Aos poucos, as

⁵² IBGE – Censo Agropecuário de 1900 e 1940: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

⁵³ DUTRA, Sandro Cássio de. *Teatro Amador em Assis: da faculdade para a cidade (1971 – 1980)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2002. p. 46.

construções foram sendo implantadas ao longo desse caminho que se tornou o local mais movimentado e desenvolvido da cidade.⁵⁴

Não só a urbe crescia, mas a região, ou melhor, as regiões que eram atingidas pelas ferrovias. Em 1890, as estradas de ferro cobriam 2.425 quilômetros do estado de São Paulo, distribuídos entre a Sorocabana, a São Paulo Railway, a Cia Paulista de Estrada de Ferro e a Cia Mogiana. Já em 1910, eram abrangidos pelos trilhos dos trens 5. 201 quilômetros.⁵⁵

Com toda a importância econômica que ganharam, as estradas de ferro proporcionaram, da mesma forma, um grande poder político para os municípios que faziam parte de suas rotas.

Aquelas cidades que abrigavam alguma atividade da ferrovia como as oficinas, os depósitos ou as garagens, tinham um maior potencial para o desenvolvimento. Por ocasião dessas atividades, as ferrovias apresentavam, não apenas um auxílio para investimentos na lavoura, como também traziam emprego para aqueles que se aventuravam a serem funcionários da própria companhia férrea. Assis foi um desses municípios. Tinha em um de seus bairros, a Vila Operária, grande contingente de trabalhadores de uma das oficinas da Sorocabana (cerca de quatrocentos funcionários).

Por esses motivos, Assis tornou-se um dos centros administrativos da Estrada de Ferro, além de um pólo de trabalho de vários engenheiros. Características que acabaram por diferenciar o ritmo de crescimento da cidade em relação às demais da região. Tal fator de destaque fez do município um ponto de convergência da localidade e a base de operações

⁵⁴ SILVA, Ricardo Siloto da. *Urdiduras e Tessituras Urbanas. Na história das Cidades, a Estrutura Territorial de Assis*. Tese de Doutorado pela UNESP – Campus de Assis, 1996. p. 200.

⁵⁵ DUTRA, Sandro Cássio de. *Teatro Amador em Assis: da faculdade para cidade (1971 – 1980)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2002. p. 47.

para a ocupação de parte do norte do Paraná. Assis passa a ser, dessa forma, ponto de referência regional do Vale do Paranapanema.⁵⁶

Todo esse aumento populacional, desenvolvimento urbano e econômico da região se deu à custa da economia cafeeira. A localidade era agroexportadora de um único produto e não havia nenhum motivo para mudanças, uma vez que o mercado foi favorável a essa lavoura até a década de 1960.

2.3. A soja e o trigo substituem o café

O contexto econômico mundial e nacional passa a ser menos favorável ao café quando a soja e o trigo ganharam a preferência na pauta de exportação do governo. Até então, a prática de utilização do dinheiro público para *salvar* os produtores de café não tinha sido abandonada.

O Governo Federal institucionalizou, a partir de 1930, as funções de política de fomento e de defesa comercial do produto no Departamento Nacional do Café. O DNC assumiu e financiou a retirada dos volumosos estoques de café do mercado: 78,2 milhões de sacas entre 1931 e 1944, destruindo-os. Posteriormente veio a ser reativado nos anos cinquenta, transformando em 1952 no Instituto Brasileiro do Café (IBC), para comandar em novo contexto internacional um novo ciclo da política valorizacionista.⁵⁷

Aproveitando tais facilidades governamentais e as boas condições de solo e clima da localidade, os agricultores continuavam investindo no café. Essa dinâmica econômica transformou o ambiente da região. As Matas e Cerradões, que formavam um vazio demográfico até o final do século XIX, cada vez mais perdiam terreno para o café que até

⁵⁶ Idem p. 48.

⁵⁷ DELGADO, Guilherme C. *Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980*. in: SZMRECSANYI, Tamas; SUZIGAN, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Hucitec, 2002. p. 209

1940 já dominara todo o cenário agrícola e grande parte do ambiente. Essa constatação é facilmente comprovada ao observarmos que nesse ano havia 8.875 estabelecimentos rurais constituídos em uma região em que até 1900 existia apenas uma tímida ocupação.⁵⁸

A cafeicultura, o *carro chefe* da economia do país foi, sem dúvida, a responsável pela ocupação e estabelecimento da agricultura na região. Mesmo com a dificuldade econômica dos agricultores, em todo o país, em razão da *Crise de 1929*, essa atividade continuou a existir na localidade e se manter relativamente forte mesmo com o advento de uma diversificação a partir da década de 1930, com a introdução do algodão e da cana-de-açúcar, principalmente, mas também do feijão, do milho e da mandioca.⁵⁹

De uma forma ou de outra, o café preparou a região para as atividades econômicas e agrícolas, introduzindo-a no mercado internacional, que a partir do final da década de 1960 passa a valorizar grandemente o cultivo da soja e do trigo em detrimento do café. Essa preparação diz respeito a toda uma infra-estrutura de transporte criada para o escoamento do café, primeiramente com as ferrovias e depois com as estradas de rodagens. Fatores esses que se uniram às boas condições climáticas, à presença de proprietários dispostos a substituir o café pelos novos cultivos e, principalmente, aos incentivos financeiros orquestrados pelo governo federal com o seu *milagre econômico*, para transformar a microrregião de Assis na maior produtora de soja (com 90% da produção) e trigo (com 95% da produção) de São Paulo até 1975.

Sem dúvida, a mudança na configuração da agricultura no final da década de sessenta na região foi sentida. Sergio Melone, em seu depoimento observou:

⁵⁸ BRANT, Vinícius Caldeira. *Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis*. **Estudos CEBRAP**, 1977, n° 19: 39 – 91

⁵⁹ O feijão e o milho eram plantados, geralmente, nas “ruas” dos cafezais (espaço entre uma fileira e outra de pés de café), ou seja, eram produzidos nos mesmos terrenos não sendo concorrentes do café. Já o arroz apenas utilizava os espaços de várzeas, impróprios para o café, também não prejudicando sua lavoura.

(...) a soja começou a ser o “el dorado” da região: fácil de plantar, fácil de colher, de seis em seis meses se tinha um orçamento aí, a chamada temporária*. No início era só soja, depois começaram a fazer a safrinha: perceberam que se tirassem a soja e plantassem logo em seguida o trigo, dava pra também colher uma outra safra em cima, então de seis em seis meses você tinha outra lavoura temporária com um orçamento.⁶⁰

Ainda sobre a introdução da soja e do trigo na região durante o período do *milagre*, Irma Baldo Dias, outra entrevistada, declarou:

Em sessenta e oito foi a época em que começou a entrar trigo e soja na nossa região. Até tinha uma propriedade vizinha a nossa que um pessoal de Pedrinhas (outro município pertencente a microrregião de Assis), italianos que vieram e começaram a introduzir a soja e o trigo.⁶¹

Essas mudanças e os bons resultados na lavoura da região se devem ao fato de que o governo federal estava empenhado, na década de 1960, a aumentar em todo o Brasil a produção de gêneros que se caracterizavam pelo grande valor no mercado externo. O ministro da fazenda do governo militar, Delfim Neto, explicava dois anos antes do *milagre*, como esse esforço de produção para a exportação se justificaria no Brasil:

(...) o desenvolvimento se realiza através de modificações estruturais do sistema econômico que possibilitam um aumento continuado da produtividade média da mão-de-obra. É claro que essas transformações estruturais vão assumindo novas formas à medida que o processo se realiza. Numa sociedade restrita às atividades de subsistência, as novas formas estruturais consistem, em geral, na instalação de um setor de exportação, onde os fatores de produção são aplicados a um nível de produtividade mais elevado do que o setor de subsistência. Enquanto a procura externa está em expansão, o poder de compra da sociedade no mundo exterior também aumenta, criando um mercado interno

* Quando o entrevistado disse “orçamento”, nesse momento, estava se referindo a colheita, ou melhor a alternância de colheitas entre trigo e soja.

⁶⁰ Entrevista com Sérgio Meloni, 59 anos, diretor de colégio, realizada por Denilson Carignatto, em Cândido Mota, 11 de março de 2009.

⁶¹ Entrevista com Irma Baldo Dias, 55 anos, professora aposentada, realizada por Denilson Carignatto, em Cândido Mota, 15 de maio de 2009.

para os produtos importados. Para tais sociedades o comércio externo constitui o caminho mais simples de desenvolvimento.⁶²

Esse tipo de prática trouxe grandes incentivos às exportações que foram absorvidos na microrregião de Assis, como mostra a seguinte manchete do jornal *Voz da Terra* em janeiro de 1969:

Em Assis, uma palestra aos exportadores para esclarecimentos da Lei 5.444 de 5/11/68 que dispõe a respeito da redução e isenção de impostos na exportação.⁶³

Essas ações foram primordiais para que a soja e o trigo ganhassem tanto espaço na microrregião de Assis, fazendo com que, não apenas os cafezais se reduzissem, como também as vegetações nativas que ainda restavam depois das atividades cafeeiras. Quanto mais lucro o grande produtor tinha, mais expandia suas posses, ou comprando terras dos pequenos ou avançando sobre as vegetações naturais. Em outras palavras, as ações governamentais em esfera nacional atingiram a microrregião de Assis e refletiram diretamente na produção agrícola e na relação entre sua sociedade e seu ambiente. Uma carta dos, então, ministros da Agricultura e da Fazenda, Cirne Lima e Delfin Neto, direcionada aos prefeitos e publicada no jornal *Voz da Terra*, em agosto de 1970, deixa clara essa atuação do governo federal na região:

Senhor Prefeito:

A esperança invade o campo. O governo federal está deflagrando, em toda a região Centro-Sul do País a Campanha da Agricultura. O êxito dessa campanha depende muito do seu prestígio, da sua liderança, do seu patriotismo. Vossa

⁶² NETO, Antonio Delfim. *Planejamento Para o Desenvolvimento Econômico*. EDUSP, São Paulo, 1966.

⁶³ *Voz da Terra* 13/01/1969, p. 1.

Senhoria está convocado para plantar o otimismo no seu município. Para quebrar todos os recordes de produtividade agrícola.

Estamos em tempo de vitória.

Todos os veículos de comunicação foram mobilizados pelo governo federal para conscientizar o agricultor da importância do seu trabalho para o progresso efetivo do Brasil.

Para informar o agricultor sobre medidas governamentais de estímulo ao plantio: crédito a juros reduzidos, para a aquisição de mudas e sementes selecionadas, inseticidas e fertilizantes, corretivos de solo, máquinas e equipamentos para alguns produtos, estímulos fiscais.

O banco do Brasil e todos os órgãos ligados aos Ministérios da Agricultura e da Fazenda estão empenhados nesse esforço de aumento e melhoria das próximas safras.

Vossa Senhoria está sendo convocado pelo Brasil, nesta hora, para assumir um posto de comando. Esclarecer a população. Use a sua influência. Enfeite a cidade. Idealize promoções e festas, com a participação do produtor agrícola. Institua concursos. Convoque o homem do campo para apressar o futuro.

Plante.

A queda de produtividade em seu município significará um passo a traz na arrancada brasileira em direção ao amanhã.

Estamos certos de que isso não vai acontecer, pois contamos com a sua total adesão ao esforço do Governo em favor do Brasil.

Estamos em tempo de vitória.

Plante⁶⁴

A pressão do governo federal não era isolada nessa empreitada de incentivos à agricultura, uma vez que o governo estadual atuava na mesma direção, dando ainda mais força à produção na região como pode ser constatado no trecho da reportagem do *Voz da Terra*:

Visando auxiliar o governo federal na campanha de incentivo a agricultura, o governador do Estado de SP determinou várias providências para aumentar a produção de sementes de milho, soja e amendoim. O governador pediu, ainda, ao Banco do Estado, uma dinamização no esquema de financiamento ao produtor de sementes. Também reservou recursos na ordem de 20 milhões de cruzeiros para pesquisas na área.⁶⁵

⁶⁴ Voz da Terra, 07/08/1970, pp. 1 e 3.

⁶⁵ Voz da Terra, 28/08/1970, p. 1.

Os efeitos desses esforços foram sentidos. O *Banco do Estado de São Paulo* passa a atuar também como um instrumento de auxílio à produção. Dois meses depois da determinação do governador surgiu uma campanha publicitária convidando os produtores ao crédito:

Queremos que a próxima safra seja a mais abundante e lucrativa de todos os tempos. Um dos principais objetivos do Banco do Estado de São Paulo é colocar a agricultura entre as atividades rendosas deste país⁶⁶

Todos os esforços conjuntos dos poderes públicos geraram resultados expressivos e atingiram o objetivo de produção na região.

A dinâmica do mercado internacional, de ampla valorização dos grãos de soja e trigo, somada ao contexto político e econômico do *milagre brasileiro*, transformou a sociedade e o ambiente da microrregião de Assis. Uma localidade que iniciou sua ocupação ainda no final do século XIX, assistiu à ascensão e queda do café e a sua substituição pela soja e o trigo, teve seu ambiente natural grandemente modificado sob força do povoamento, da economia internacional e das políticas econômicas dos governos. Na década de 1970, após o fracasso do *milagre*, a região fora, novamente, alvo da atuação do governo federal que, por força do Proálcool, influenciou a mudança do processo produtivo. O projeto do álcool fez com que grande parte das lavouras de soja e trigo fosse substituída por canaviais, mudando a dinâmica do trabalho e das relações entre homem e ambiente, mais uma vez na região de Assis.

Enfim, de um local com vegetação natural abundante e grande potencialidade para a agricultura, a região tornou-se uma das maiores produtoras de gêneros agrícolas, com grande concentração de renda e uma das mais devastadas do estado de São Paulo.

⁶⁶ Voz da Terra, 17/10/1970, p. 1.

2.4. Historiografia Sobre a Região

Existem muitas obras que investigam a história da região do Vale do Paranapanema. Economia, política, sociedade e cultura, são alguns dos aspectos estudados por vários pesquisadores. Não temos a pretensão aqui de expor ou discutir toda a historiografia existente sobre a região. A nossa intenção é apresentar apenas algumas interpretações sobre a sociedade, a política e a economia dessa região que podem ajudar na compreensão do seu processo histórico. Afinal, segundo Josep Fontana, a visão histórica e o trabalho do historiador apresentam uma sucessão ordenada de acontecimentos que se encadeiam até resultarem na realidade social em que vive e trabalha. Apresenta-se como uma averiguação objetiva do curso que vai do passado ao presente, mas que parte deste último para rastrear suas origens, buscando a compreensão de sua própria sociedade atual. Assim, para o autor, o historiador é uma peça fundamental para que uma sociedade conheça seu presente por meio do entendimento do passado, exercendo, portanto, com o seu trabalho, uma função social.⁶⁷

Os trabalhos de historiadores na região do Vale do Paranapanema ilustram bem a idéia de Fontana de que a história pode ajudar, por meio do estudo do passado, uma sociedade a entender sua realidade atual.

Uma das pesquisadoras que contribuem para a interpretação da realidade de sua sociedade é Maria do Carmo Sampaio Barbosa Di Creddo, que em seu livro *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*, procura entender a ocupação da região do Vale do Paranapanema contextualizando-a com o sistema capitalista da segunda

⁶⁷ FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Edusc, São Paulo, 1998. p. 9.

metade do século XIX, no Brasil⁶⁸. Essa ocupação da região, segundo a autora, insere-se na questão da terra que permeou toda a colônia e que passou por diversas fases no Vale; desde a disputa, com apropriações na forma de posse, com os indígenas (com a dispersão e até dizimação dos nativos), até a intervenção estatal do Governo Provincial. A atuação de tal poder público foi fundamental para a regulamentação das formas de apropriação das terras, por meio de legislações específicas e de organismos públicos, como a Comissão de Terras e Colonização.

Di Creddo procura contextualizar a história da região de maneira abrangente, busca apreender as especificidades do seu processo de povoamento pelos homens brancos, faz reflexões sobre a formação econômica e social que envolvem às origens e o desenvolvimento da propriedade da terra. Em uma perspectiva econômica, a autora contextualiza o advento do Vale do Paranapanema no sistema capitalista, com influências nacionais e internacionais, a partir de sua transformação em um espaço econômico por meio de sua ocupação por posseiros a partir de meados do século XIX. Para tanto a autora tomou como referência histórica, além da influência econômica externa, a Lei de Terras de 1850, um marco no processo de formação das propriedades no Brasil.

Segundo a pesquisadora, para entender o processo de formação da região, além da atuação governamental como a Lei de Terras, é necessário compreender um aspecto da relação entre homem e natureza: a de que o trabalho existente nessa relação é uma questão de existência social, ou seja, tal interação dos seres humanos com o meio ambiente faz parte de suas necessidades existenciais e sociais. Tal trabalho resulta na transformação do

⁶⁸ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo, Arte e Ciência, 2003.

espaço natural em espaço econômico, fruto das necessidades sociais de produção de bens materiais de uso e de troca. O espaço natural se transformaria em um espaço econômico por força do trabalho social realizado para uma existência social. Dessa maneira, Di Credo considera que a vida em sociedade é responsável por originar espaços econômicos e que, no caso do Vale do Paranapanema – inserido no processo capitalista de acumulação – essa origem esteve intimamente ligada ao povoamento da região. Portanto, a ocupação desta localidade teria como bases as relações de existência social humana com o ambiente, o sistema capitalista e a atuação governamental com suas legislações. Todos esses fatores teriam sido de grande importância para a formação das grandes propriedades no Vale e também para a dispersão das populações indígenas – que incomodavam aos seus primeiros proprietários de terras.

A autora ressalta a importância do Estado nesse processo histórico de criação de grandes propriedades de terras. Para ela, o Governo foi o artífice da formação das grandes propriedades; tornou-se o grande responsável por viabilizá-las, na medida em que era muito difícil para os proprietários se estabelecerem em uma área longe do litoral e inicialmente inóspita. Não seria possível, sem o apoio político governamental, superar adversidades como a falta de estradas que isolava os incipientes núcleos populacionais e as dificuldades de relacionamentos com os indígenas. A distância dificultava a obtenção de gêneros básicos para a sobrevivência e também atrapalhava a dispersão dos produtos gerados nas grandes propriedades; os indígenas ocupavam a região e tinham as suas atividades, consideradas pelo homem branco um obstáculo ao desenvolvimento econômico e por isso, uma barreira a ser derrubada.⁶⁹

⁶⁹ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo, Arte e Ciência, 2003. p. 133.

A política governamental passa a atuar tanto na questão da distância quanto no combate ao indígena. No esforço para organizar esse espaço produtivo, o Governo Provincial criou uma prática de povoamento *expressa*, incidindo em formações de aldeamentos e *picadões* que invadiam aldeias indígenas dispersando a população nativa. Essa prática se dava por uma questão *pragmática* de escoamento da produção agrícola colhida nas, recém criadas, grandes propriedades do Vale e pelo interesse dos grandes proprietários e do Governo Provincial no afastamento dos índios das regiões férteis, nas quais as populações brancas pudessem se estabelecer.⁷⁰ Nessa empreitada de proteção ao colonizador branco e perseguição do indígena, Di Credo aponta a ação do Estado não apenas sob a força da lei, mas também para atuações governamentais não formalizadas como práticas repressivas à sombra dos códigos legais.⁷¹

O governo não teria atuado apenas na proteção do grande proprietário, seria também o responsável pela sua existência inicial. Foi a atuação política que dificultou a formação de pequenas e apoiou o surgimento das grandes propriedades. Sob influência da *Lei de Terras de 1850*, e orientada para praticar a legislação fundiária, a formação da burocracia estatal administrativa se fez com a função de agilizar o funcionamento dos aldeamentos e para defender a propriedade de terras. A partir de 1850, a terra apenas poderia ser adquirida com a utilização de uma quantidade muito grande de dinheiro, proporcionando apenas à elite econômica a sua aquisição, ou seja, o Estado era orientado para facilitar as atividades dos mais abastados, dificultar a vida dos mais pobres e acabar com os indígenas.

⁷⁰ Esse esforço do Governo acabou por atrair pessoas, principalmente das Minas Gerais, para a região do oeste paulista. Uma das famílias que vieram a se estabelecer na localidade, no final do século XIX, foi a do capitão Francisco de Assis Nogueira, que primeiramente fez fortuna na região de Botucatu. No Vale do Paranapanema, Nogueira tornou-se um grande proprietário e foi o responsável pela doação de um patrimônio para a Igreja Católica que posteriormente tornou-se o povoado e o município de Assis.

⁷¹ Idem p. 135.

A formação da região do Vale, conforme Di Creddo, deu-se sob essas práticas que envolveram o poder econômico dos proprietários unido a uma forma privilegiada de intervenção governamental em favor desses, confirmada por, aquilo que a autora chamou de *caráter de classes de Estado* e pelas necessidades decorrentes do processo de acumulação capitalista no Brasil.

Di Creddo nos ajuda a entender a ocupação do Vale do Paranapanema como um processo da relação do homem com a natureza que gera atividades sociais e econômicas e que essas são responsáveis pela transformação de espaços naturais em econômicos. O vale teria sido uma dessas regiões que só foi viável pela atuação do Governo favorecendo, em sua criação, aos mais ricos em detrimento dos menos abastados e das populações indígenas.

Podemos considerar que a obra de Di Creddo faz uma análise de caráter econômico e político da formação de um espaço social; da constituição de uma região cuja maior preocupação, por parte de sua elite agrária, com o apoio estatal, era a defesa da grande propriedade e a constituição do domínio da terra fértil para a produção agrícola baseada em gêneros de grande valor no mercado externo. A divisão, partilha e desmembramento de muitas dessas grandes propriedades podem ser entendidos como condição de formação de múltiplas propriedades privadas – o que representou a constituição do grupo social formado pelos grandes proprietários – e de patrimônios que foram base para a criação de povoados e municípios como Platina e Assis.

Di Creddo é uma autora que teve sua obra bastante explorada pela historiografia sobre o Vale do Paranapanema. O livro *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do*

Paranapanema do ano de 2003 é desdobramento de sua tese de doutorado *A Propriedade no Vale do Paranapanema: a Fazenda Taquaral* apresentada no ano de 1987⁷².

Toda a base analítica do livro, publicado em 2003, é encontrada na tese defendida em 1987. As questões referentes à ocupação da região do Vale do Paranapanema no contexto do sistema capitalista da segunda metade do século XIX; a sua inserção na questão da terra; a disputa com apropriações na forma de posse com os indígenas e a atuação estatal do Governo Provincial, são encontradas nas duas obras, porém a tese de doutoramento é mais detalhada e abrangente. Vem sendo grandemente utilizada por muitos outros autores, inclusive aqueles citados no presente texto, quando se faz necessário conhecer a sociedade do Vale e sua origem.

Em sua tese, Di Creddo toma o Vale do Paranapanema como uma localidade que historicamente foi se constituindo em um espaço econômico com sua inserção no sistema capitalista no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Reflete, ainda, sobre o desenvolvimento de propriedades agrárias e os resultados de seus desmembramentos para a formação dos povoados e municípios da região. Para tanto, a autora, direciona suas análises à Fazenda Taquaral, a grande propriedade da região no século XIX. Esta pertenceu ao Capitão Francisco de Assis Nogueira e deu origem a patrimônios que se transformaram em municípios posteriormente.

Para entender o processo de formação das propriedades no Vale do Paranapanema a autora faz uma análise da Lei de Terras de 1850, no Brasil. Essa análise é amplamente utilizada por Maria Silvia Moraes Nórdia Moreli em sua dissertação de mestrado que

⁷² DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A Propriedade no Vale do Paranapanema: a Fazenda Taquaral*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em História. São Paulo, 1987.

procurou entender o processo de formação das propriedades no Vale e a criação do vilarejo de Conceição do Monte Alegre na dinâmica econômica e a política de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.⁷³ Moreli, interpretando Di Creddo, entende a Lei de Terras como um marco na legislação referente à terra no Brasil, pois teria estabelecido a compra como a única forma de acesso à terra e um meio de concentração do poder nas mãos da elite agrária, além de grande responsável pela formação dos latifúndios na região.

Ainda, segundo Di Creddo, a política de terras, que prevaleceu até 1850, previa que a terra pertencia à Coroa e era *meio* de recompensa por serviços prestados ao governo. Como um domínio real, a aquisição de um lote de terra só poderia ser feito mediante uma solicitação pessoal, atendida ou não, conforme critério da Coroa.⁷⁴

A partir de 1850, a Lei de Terras instituiu, legalmente, outra maneira de adquirir uma propriedade, confere-se, desde então, as obtenções da terra mediadas pelo mercado. Apenas era permitida a sua aquisição por meio da compra, não haveria mais doações, apenas vendas com valores a cima dos preços vigentes no país e mediante o pagamento à vista. Características que favoreciam a elite agrária e possibilitava a formação de grandes propriedades e concentração de terras. A Fazenda Taquaral surgiu nesse contexto e tornou-se a grande propriedade do Vale do Paranapanema.

Para entender a aquisição e desmembramento da Taquaral, Di Creddo analisa o estabelecimento da família Assis Nogueira na região e busca compreender o papel do

⁷³ MORELLI, Maria Sílvia Moraes Nória. *Conceição do Monte Alegre, cidade isolada no Vale do Paranapanema*. Dissertação apresentada junto ao curso de Pós-graduação em História da UNESP – Campus de Assis para a obtenção do título de mestre, na área de História da América Latina Contemporânea. Assis, 1988

⁷⁴ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A Propriedade no Vale do Paranapanema: a Fazenda Taquaral*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em História. São Paulo, 1987. p. 14.

povoado de Botucatu nesse contexto. Para a autora Botucatu se coloca na história da província de São Paulo como o ponto de partida para a penetração e “conquista” do “sertão desconhecido”. Para tal empreitada, a partir do povoado de Botucatu, foi de grande importância o caminho do Peabiru, que ligava São Paulo ao Paraguai. Essa “estrada” facilitava a penetração no sertão e foi responsável pelo estabelecimento de várias famílias na região oeste da província, inclusive no Vale do Paranapanema.⁷⁵ A família Assis Nogueira foi uma delas.

A trajetória do Capitão Francisco de Assis Nogueira (proprietário da Fazenda Taquaral)⁷⁶, a formação do seu patrimônio imobiliário e seu desmembramento foram estudados pela autora e revelou-se importante para entender a formação da região. A Fazenda Taquaral foi o primeiro imóvel adquirido em um processo cartorial e antes desse nome foi conhecida como “Fazenda do Pary” e “Fazenda Pary-Veado.

Além de ser o responsável pela doação do território que posteriormente se tornaria o município de Assis, o Capitão Francisco de Assis Nogueira foi também o doador do patrimônio que originou a cidade de Avaré.⁷⁷

A Fazenda Taquaral foi de grande importância para a formação da região, mas não foi a único grande domínio do Vale do Paranapanema. Foram muitas as propriedades surgidas no final do século XIX e começo do XX. Di Creddo também analisa a formação dessas propriedades no contexto das disputas entre proprietário e posseiro. O proprietário era aquele que comprava a terra segundo as configurações da Lei de Terras de 1850, já o posseiro era aquele que havia tomado posse sem o exercício da compra, geralmente, antes

⁷⁵ Idem p. 27

⁷⁶ O capital para a aquisição da Fazenda Taquaral foi conseguido, por Francisco de Assis Nogueira, por meio de negócios feitos a partir de heranças de seu pai e de seu sogro.

⁷⁷ Idem p. 53

de 1850. Apesar de aquelas propriedades que haviam sido tomadas posse antes de 1850 poderem ser legalizadas, muitos posseiros não as colocaram em dia com a lei. Diante disso, os grandes proprietários aproveitando-se da falta de documentação que comprovasse a posse da terra pelo pequeno e acabavam por se apoderar de seus domínios. Para exemplificar essa prática, Di Credo cita um caso em que os filhos do Capitão Francisco de Assis Nogueira se apoderaram de uma propriedade pertencente a um posseiro chamado Bernardo Tavares da Cunha, vizinho dos Assis.⁷⁸

Muitas propriedades se avultavam em decorrência dessa dinâmica. Grandes proprietários, ao perceberem que algum posseiro não detinha o registro legalizado de suas terras, faziam uma denúncia ao governo e tomavam suas posses.

Essa foi mais uma das dinâmicas da formação da propriedade no Vale do Paranapanema. Um processo marcado pela apropriação de terras, feita pelos grandes que se aproveitavam da falta de instrução dos pequenos posseiros e de seu status junto ao poder político da província.

Outros fatores da constituição da sociedade da região também foram explorados pela autora. A ocupação feita pelos mineiros é um dos assuntos expostos na obra de Di Credo que foi citado por outros pesquisadores como Pedro Paulo de Andrade⁷⁹ e Maria Silvia Moraes Nórcia Moreli.⁸⁰

De acordo com Di Credo, a partir do fracasso da economia aurífera em Minas Gerais, os mineiros que procuravam a agricultura como atividade passam a buscar outras

⁷⁸ Idem p. 187

⁷⁹ ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema* :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944). Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2004.

⁸⁰ MORELLI, Maria Silvia Moraes Nórcia. *Conceição do Monte Alegre, cidade isolada no Vale do Paranapanema*. Dissertação apresentada junto ao curso de Pós-graduação em História da UESP – Campus de Assis para a obtenção do título de mestre, na área de História da América Latina Contemporânea. Assis, 1988.

localidades para realizá-la. O Vale do Paranapanema foi uma das regiões escolhidas por essas pessoas. Nesse contexto teria chegado ao Vale o primeiro posseiro da região, Jose Theodoro de Souza, o grande proprietário que vendeu a Fazenda Taquaral para o Capitão Francisco de Assis Nogueira.

No intuito de ocupar a região, Theodoro trouxe, de Minas Gerais, alguns familiares. Porém a efetivação da ocupação ganhou um novo impulso com a Guerra do Paraguai. Afinal, graças a esse conflito, *muitas pessoas tentando escapar do recrutamento militar vão se dirigir para as “afamadas” terras do Sertão do Paranapanema*⁸¹.

A vinda de mineiros para o Vale, primeiramente em razão do fracasso do ouro, posteriormente em razão da Guerra do Paraguai; a disputa do espaço com os indígenas; os conflitos entre posseiros e proprietários; as medidas governamentais para a efetivação da ocupação da região; os desmembramentos das grandes fazendas, como a Taquaral; são questões de suma importância para se entender a formação econômica, social e política do Vale do Paranapanema. Maria do Carmo Sampaio Di Creddo tem um grande papel na historiografia sobre o assunto, é uma das autoras mais citadas e respeitadas por aqueles que fazem pesquisa sobre a região.

Se Di Creddo procura entender a ocupação e a formação social e a exploração da terra na região do Vale do Paranapanema, contextualizando-as com o sistema capitalista da segunda metade do século XIX, no Brasil e, sob influência das forças políticas do Governo Provincial, Anna Maria Martinez Corrêa busca, em sua tese de Livre Docência,

⁸¹ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A Propriedade no Vale do Paranapanema: a Fazenda Taquaral*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em História. São Paulo, 1987. p. 135

compreender as formas de participação política e da formação da cidadania dos indivíduos desta sociedade durante a década de 1920.⁸²

O período investigado pela autora – algumas décadas depois do início da ocupação estudada por Di Creddo – trata-se de uma época em que a região já se encontrava em fase de exploração econômica e com sua urbanização em andamento. Foi um período em que as estradas ferroviárias e rodoviárias já faziam parte da estrutura de produção e escoamento dos gêneros agrícolas; um tempo no qual o aparelho estatal e burocrático já havia estabelecido as balizas para a dominação econômica de um segmento da sociedade – herdeira daquele mesmo grupo social composto pela elite agrária citada por Di Creddo em sua obra.

Conforme Correa, até a década de 1920, a região do Vale do Paranapanema ainda era conhecida como *sertão* e considerada, por muitos, como uma localidade marginal à exploração capitalista. Contudo, foi nessa época que a localidade passa a ter maiores atenções do capital financeiro. O prolongamento e efetivação da ferrovia somados ao desenvolvimento das estradas de rodagens foram fundamentais para essa valorização do Vale.

Para a autora, essa valorização da região desencadeou uma nova dinâmica de ocupação, diferente daquela iniciada no final do século XIX, que contou grandemente com a migração e imigração – na fase anterior, apenas a migração se destacava. Os novos moradores apresentavam diferenças culturais em relação aos primeiros ocupantes e representaram uma importante contribuição para a mudança da dinâmica política, apesar da

⁸² CORREA, Anna Maria Martinez. *Poder Local e Representatividade Político-partidária no Vale do Paranapanema, 1920 – 1930*. Tese apresentada ao Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, da Universidade Estadual Paulista, para concurso de Livre Docência na Disciplina História da América, do Departamento de História. Assis, 1988.

localidade ainda apresentar aspectos do poder instituído na região desde o início de sua formação. Correa procura entender como, em tal contexto, deu-se a implementação de uma forma institucional de poder, baseada em um modelo de *Estado Liberal* fundamentado no sistema do voto, inserido em uma sociedade, ao mesmo tempo, em formação e transformação e com diferenças culturais marcantes. Para tanto, foi preciso compreender qual foi o sentido tomado pelo desenvolvimento da representação no processo eleitoral na região; a formação do poder local contido nos municípios; além da mediação do partido político, do coronel e das facções, nesse processo de representação.

A autora explica que a formação desta instituição, que é o município, pode se dar por dois fatores: regionais – sob força de arregimentações próprias – ou pela determinação do poder central. O fato é que no Vale do Paranapanema o estabelecimento definitivo da Sorocabana, a euforia da exploração econômica e o crescimento demográfico, representado pelos novos imigrantes, foram de grande importância para o desenvolvimento de vários municípios, distritos e comarcas. Esse crescimento do número de núcleos habitacionais, no início do século XX, gerou a necessidade de uma administração política melhor distribuída, o que se deu sob força das lideranças locais e gerou um fracionamento do poder administrativo. Afinal, apesar da força dos líderes, as localidades apresentavam dissidências e oposições que geravam, em certos casos, disputas e conflitos nelas próprias.

A importância econômica de uma localidade era um fator importante para o surgimento de um novo município, porém, o prestígio dos chefes locais junto às autoridades governamentais foi outra contribuição para essa gênese. Muitas vezes, o status do chefe local era responsável pelo desmembramento de uma localidade de seu município de origem e a sua elevação à categoria de município independente. Essa dinâmica gerou vários embates políticos entre grupos antagônicos de poder local, a autora cita, como

exemplo, um tiroteio ocorrido por ocasião da criação do município de Palmital. Correa atenta, ainda, para o fato de que um município recém-criado, muitas vezes, trazia com ele influências do poder político do antigo. Havendo assim, uma disseminação do poder antigo e ao mesmo tempo, à proporção que esse poder encontrava oposição nesse novo município, antagonismos e disputas políticas.

Apesar da existência de todas essas disputas, no geral, o poder político era gerenciado por grupos ligados a figuras com grande prestígio social que tinham sua força estabelecida desde antes do período estudado por Corrêa, ainda na fase de ocupação do século XIX.

Nessa atuação de poder, a autora apontou elementos que podem identificar essas influências políticas, dos antigos *chefes* locais, com o chamado *coronelismo*. Para melhor explanar sobre tais forças ela faz as análises citando os nomes dos chefes locais, valorizando os relatos biográficos dessas personagens, ao mesmo tempo mantendo um distanciamento crítico cuidadoso em relação às fontes.

Segundo Corrêa, apesar de certo fracionamento do poder, quanto às disputas dentro de um município, a região do Vale do Paranapanema assistiu, no início da década de 1920, à influência de grupos políticos articulados e atuantes sediados em Piraju e Santa Cruz do Rio Pardo. Ou seja, parte do poder coronelista irradiava desses dois municípios. Como exemplo do poder regional de certos coronéis, a autora identifica Ataliba Leonel e Antônio Evangelista da Silva como chefes políticos, respectivamente nessas duas cidades. É importante ressaltar que além de manterem a região sob sua influência, essas personagens asseguravam a realização de muitos dos interesses do partido do governo, uma vez que eram integrantes do mesmo. Dessa maneira, o grande prestígio de tais figuras junto à sociedade ajudava ao PRP (Partido Republicano Paulista) dominar a região também.

Apesar de o PRP ser o único partido no estado de São Paulo, no início da década de 1920, existia, nos municípios, a força de grupos e facções locais que tinham interesses diversificados e, muitas vezes, sem o aval do poder central. O status regional de alguns coronéis gerou uma expressão política representada nessas facções, que, embora estivessem vinculadas ao PRP, praticavam uma forma de oposição local em algumas cidades, como por exemplo, Palmital que tinha duas facções do PRP disputando o poder.

Foram dissidências assim que criaram uma situação propícia ao surgimento dos chamados *partidos municipais*. Estes não eram opositores ao PRP, ao contrário, faziam parte do partido do Governo Estadual e eram alinhados a ele, porém, em âmbito local assumiam a designação de partidos para disputar entre si apenas questões locais e não para contrapor os interesses do PRP.

Esse quadro, de divisão do posicionamento político, tornou-se mais complexo por ocasião da criação do PD (Partido Democrático), em 1926, tornando as disputas mais acentuadas entre as facções durante as campanhas eleitorais regionais. Afinal, a partir de então, havia também a oposição, em âmbito regional, entre PRP e PD. Nesse momento, torna-se cada vez mais efetiva a prática de caravanas políticas e comícios nas eleições, com a finalidade de ganhar a preferência do eleitorado regional.

O surgimento de outro partido trouxe algumas alternativas políticas, embora, como atenta Corrêa, não completamente renovadoras, afinal esse parecia uma facção do PRP em relação à sua linha de pensamento. O PD não trazia, portanto, inovações no sentido de oferecer uma possibilidade de maior participação política dos setores sociais mais amplos, porém era um grupo opositor a disputar o mesmo eleitorado. Logo alguns grupos e *partidos municipais* passaram a apoiar o PD, que tinha um apelo ideológico de *moralização* política e um forte auxílio do jornal *O Estado de São Paulo*.

O estabelecimento de facções de poder político adversárias na região proporcionou situações que acabaram por afirmar ainda mais o coronelismo, que foi um agente grandemente importante na atuação dos partidos políticos e na formação do eleitorado e sua qualificação. Ainda que a partir da atuação do PD houvesse certa inibição do coronelismo – uma vez que com fiscais de dois partidos se vigiando, as atuações dos coronéis passaram a ser um pouco mais discretas que anteriormente. A autora pondera, ainda, que o ato de votar, com a atuação dessas lideranças regionais, não era mais que o cumprimento de uma obrigação imposta por um chefe na retribuição de favores.

Assim se moldava o perfil dos eleitores regionais, pessoas que votavam por obrigação e obediência, com opções reduzidas de escolha: um partido grande no início da década de 1920, dois partidos grandes a partir de 1926 e partidos municipais ligados a um ou o outro, tendo ainda a influência dos coronéis em sua *escolha*.

Todas essas constatações são de fundamental importância para se entender a história política da região do Vale do Paranapanema. Seu cuidado metodológico, ao tratar das fontes, garante ao trabalho grande qualidade historiográfica. A opção da autora em trabalhar com História Política e Local não significou um reducionismo físico do recorte da pesquisa. A autora foi bastante atenciosa em realizar uma pesquisa que integrasse a região em uma realidade social mais ampla na qual se articulava com o contexto capitalista de produção. Mostrou que a região tinha grande influência da política estadual e da economia nacional – possuindo, ainda, internamente divisões administrativas, como as municipais.

Por fim, o trabalho de Correa é de grande importância para quem deseja compreender o surgimento do poder político e a formação do eleitorado da região, fatores que contribuíram para a formação e ajudam a entender sua sociedade de outros períodos históricos até o presente.

Outra obra que contribui para a compreensão histórica do Vale é a tese de mestrado de Maria Silvia Moraes Nórdia Moreli.⁸³ Trata-se de uma pesquisa que teve como fontes documentos oficiais, obras de memorialistas, além de depoimentos. Nesse trabalho, a autora faz uma contextualização do processo de formação do vilarejo de Conceição do Monte Alegre (pertencente à região) com a economia e a política de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O texto revela cuidados de Moreli com aspectos metodológicos de interpretação das fontes e ainda nos brinda com uma rica e detalhada história factual do vilarejo citado, que hoje é distrito do município de Paraguaçu Paulista. A descrição dos acontecimentos relativos à ocupação da localidade e à criação de povoados e municípios é bastante interessante e ilustrativo para quem busca a compreensão da formação social, política e econômica da região.

Na introdução de sua obra, que tem como recorte cronológico os anos de 1873 a 1920, a autora explica os motivos pessoais e sentimentais que a fizeram se interessar em realizar a pesquisa. Moreli conta que em sua infância visitava com frequência o distrito de Conceição do Monte Alegre e tinha muitos questionamentos referentes à pequena dimensão do lugar e os motivos de seu pouco desenvolvimento econômico.

As descobertas da autora revelam que o vilarejo foi de grande importância para o processo de formação da região em questão. A sua história se insere no processo de migração de pessoas que vinham da região das Minas Gerais para o Oeste Paulista. A autora faz referência à Guerra do Paraguai como sendo um dos fatores que contribuíram para essa migração. O conflito que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai contra o Paraguai,

⁸³ MORELLI, Maria Silvia Moraes Nórdia. *Conceição do Monte Alegre, cidade isolada no Vale do Paranapanema*. Dissertação apresentada junto ao curso de Pós-graduação em História da UNESP – Campus de Assis para a obtenção do título de mestre, na área de História da América Latina Contemporânea. Assis, 1988.

teria sido o responsável pela procura do governo brasileiro por homens que pudessem servir como soldados. Muitos dos mineiros buscaram se refugiar na região do Vale do Paranapanema fugindo do alistamento compulsório. Teria sido, portanto, na busca de refúgio que alguns dos primeiros moradores chegaram à região.

No entanto, não teriam sido esses migrantes os primeiros homens brancos a chegarem à localidade. A autora destaca a presença de posseiros em momentos anteriores à guerra. O primeiro *desbravador* do *Sertão* de Paranapanema, segundo a autora, foi também um mineiro chamado José Teodoro de Souza, que chegou à região por volta de 1850.

Nesse ponto, a autora contextualiza a ocupação de Souza com a criação da *Lei de Terras de 1850*, que, entre outras coisas, instituía que a terra só poderia ser adquirida através da compra e não da simples tomada de posse. Porém, o *posseiro* Souza, apesar de ter chegado à localidade após a lei, conseguiu, de maneira fraudulenta, provar que havia adquirido enorme quantidade de terras no ano de 1847, portanto três anos antes de vigorar a obrigatoriedade da compra. Assim sendo, Souza tornou-se um grande proprietário de terras no Vale do Paranapanema, sem ter utilizado dinheiro para comprá-las e com o aval do governo que fora enganado pelo mineiro.

A autora, ao relatar a posse das terras por Souza sob a égide do Estado brasileiro, faz uma comparação da *Lei de Terras de 1850* com o *Homestead Act (Lei do Bem de Família)* dos Estados Unidos da América. Diferentemente da Lei brasileira – que proporcionava a oportunidade da compra apenas para a elite, afinal era necessário ter grande quantidade de dinheiro para realizar a compra da terra (a não ser que houvesse fraudes como no caso de José Teodoro de Souza) – a norte-americana concedia 160 acres de terras, pertencentes ao domínio público, àqueles que tivessem trabalhado nelas durante um período maior que cinco anos e pudessem pagar uma pequena taxa de registro que

variava entre vinte e seis e trinta e seis dólares. A autora não conclui o que seria o resultado, nos Estados Unidos, do *Homestead Act*, mas deixa a entender que foi bastante diferente das conseqüências da Lei brasileira que teria proporcionado uma vitória da minoria pertencente à elite, impedindo que aqui se formasse um sistema produtivo baseado na pequena propriedade e privilegiando os latifúndios.

Sendo um dos privilegiados com a *Lei de Terras de 1850* (mesmo tendo sido uma vantagem conseguida por meio de fraude), José Teodoro de Souza passou a atrair algumas famílias para suas terras no Vale do Paranapanema, seduzidas pela boa fertilidade do solo. Nesse momento, começam a chegar os mineiros que fugiam do alistamento para a Guerra do Paraguai. Com a chegada de muitas pessoas, Souza fundou alguns povoados na região e, segundo a autora, teria deixado as bases para a sua ocupação. Sob tal contexto, surgiram aglomerados populacionais que deram origem a São José dos Campos Novos, Conceição de Monte Alegre e São Pedro do Turvo.

A autora chama atenção para o fato de José Teodoro de Souza ter sido analfabeto e feito muitos negócios por meio de procurações, o que teria dado margem para aproveitadores se apossarem e distribuírem terras do mineiro. Ocorria assim, a formação de algumas propriedades, além daquelas que eram doadas pelo próprio Souza a amigos. Nesse contexto, teria surgido a figura de Francisco de Assis Nogueira, o grande proprietário de terras doador de um patrimônio à Igreja que daria origem ao município de Assis, hoje um dos maiores do Vale do Paranapanema e referência para a divisão administrativa denominada *microrregião de Assis*, objeto de estudo da presente pesquisa.

Outro fator importante para a dinâmica de ocupação do Vale foram os conflitos entre indígenas e os novos ocupantes. Os embates foram constantes nesse período de formação das propriedades e dos povoados na região e, apesar da autora fazer alguma

referência aos ataques dos nativos aos brancos e de massacres empreendidos pelos povoadores aos índios, ela não dedica grande parte de seu trabalho a esse assunto. Porém a historiografia sobre a região tem outros trabalhos que exploram essas questões e dão conta de ajudar na sua compreensão. Um bom exemplo é o livro *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema* de Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, já citado neste trabalho.

Um aspecto bastante importante durante o processo de formação das propriedades, da vinda dos povoados e criação dos municípios, foi a chegada da estrada de ferro Sorocabana, uma questão bem trabalhada pela autora.

Segundo Moreli, as bases para a construção da Sorocabana haviam sido lançadas com a construção da *Estrada Boiadeira* que ligava a região de Campos Novos ao Mato Grosso. Os dirigentes da estrada de ferro (atraídos pelo movimento de gado que provinha do Mato Grosso pela *Boiadeira*), teriam resolvido trazer a ferrovia até a região, proporcionando a sua construção e o desenvolvimento econômico para os povoados já estabelecidos, além da criação dos novos.

A partir da chegada da Sorocabana e o advento do café como gênero valorizado no mercado internacional e de fácil adaptação ao solo e ao clima do Vale, a região passou a atrair mais colonizadores mineiros, paulistas, nordestinos e imigrantes estrangeiros. Tal dinâmica deu origem a vários municípios e esses passaram a lutar pelo benefício de serem cortados pela estrada de ferro.

Os trilhos da Sorocabana começaram a ser construídos, segundo Moreli, em 1877, saíram de Sorocaba e chegaram a Botucatu em 1889. A partir desse ponto, a estrada de ferro tornou-se a grande responsável pelo aumento do povoamento do Oeste de São Paulo. A chegada a Ourinhos, em 1908, acelerou ainda mais esse processo e, em 1914, quando

chega a Assis, transforma a região, trazendo ainda mais incentivo para aqueles que tinham pretensões de produzir o café na região.

Nesse ponto, a autora enfatiza o fato de que a partir de Assis a estrada de ferro deveria ter passado por Conceição do Monte Alegre e que, no entanto, os seus dirigentes optaram por levar a Sorocabana para o povoado vizinho de Paraguaçu Paulista, que teve, desde então, maior desenvolvimento econômico e crescimento do que o primeiro. A decepção da autora consiste no fato de Paraguaçu ser apenas, até em tão, distrito de Conceição, e por isso, a ferrovia, deveria ter passado pelo maior povoado e não pelo seu distrito.

As questões referentes aos motivos que levaram os dirigentes da Sorocabana a preferirem Paraguaçu ao invés de Conceição são discutidos pela autora, a qual cita alguns depoimentos de moradores explicando a decisão, porém o fato é que a atuação dos políticos regionais foi o fator primordial para disputa que levou prosperidade para um e decadência para outro.

No final de seu trabalho, a autora conclui que os oito quilômetros que afastam Conceição do Monte Alegre da ferrovia foi o grande motivo do fracasso econômico, da decadência e do isolamento do povoado e que o papel de importante *boca do sertão* do Vale do Paranapanema estava terminado com a chegada da Sorocabana à região.

Sem dúvida, mesmo tendo como objeto principal um pequeno vilarejo isolado e sendo bastante descritivo, o trabalho de Moreli contribui para a compreensão do povoamento e do desenvolvimento de toda a região que compreende o Vale do Paranapanema.

Outra contribuição para a historiografia relativa à região é a tese de mestrado de Jorge Luiz Romanello. Esse autor investiga a formação do imaginário no Vale do Paranapanema entre as décadas de 1920 e 1950.⁸⁴

Romanello procura compreender a existência de visões edênicas⁸⁵ referentes ao Vale do Paranapanema no imaginário das pessoas que o ocupavam durante o período estudado.

O autor busca identificar e entender elementos fundamentais para a construção do imaginário que influencia os discursos sobre a terra; procura ainda, estabelecer a ligação entre esses discursos e a memória da sociedade em questão.

Tendo o imaginário como eixo central de seus estudos, Romanello faz uma discussão sobre o seu conceito. Utiliza definições e explicações para o *imaginário* em autores como Gastón Bachelard, Ernest Casirrer, Mircea Eliade e Pierre Ansart.

A investigação faz uso de obras de memorialistas e também recorre a jornais regionais para servirem de fontes de informações sobre o período e o local estudado. Utiliza as obras memorialistas *Em um Recanto do Sertão Paulista* de Amador Nogueira Cobra e *Esboço Histórico da Alta Sorocabana* de Bruno Giovannetti e também os periódicos *Jornal de Assis*, *Jornal de Palmital* e *A notícia*.

Nos memorialistas, Romanello identifica a evidência de um imaginário referente a uma *terra rica e dadivosa* e à figura do *sertanejo* sendo elementos importantes

⁸⁴ ROMANELLO, Jorge Luiz. *Imagens e Visões do Paraíso no Oeste Paulista: um estudo do imaginário regional*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Assis, 1998.

⁸⁵ Visões que eram expressadas por meio da utilização do binômio *Paraíso e Inferno*, identificado pela fartura ou pela escassez, pela facilidade de obtenção de lucro com a utilização da terra ou pela dificuldade de se viver em meio a um ambiente relativamente hostil.

responsáveis pela criação da *civilização* e do *progresso* durante a ocupação da localidade pelo homem branco.

A região fora descrita, nas fontes, como possuidora de terras férteis, com grande disponibilidade de água e ampla exuberância da vegetação, era a *Terra Prometida*, como em alguns momentos o autor identifica no imaginário das pessoas que moravam nessa área. Este foi o local no qual atuaram muitos *heróis*, sertanejos e lavradores que conviviam, não apenas com as coisas boas, mas também com a adversidade do sertão e seus animais ferozes e suas nuvens de mosquitos, além da figura do indígena, descrito muitas vezes como selvagens a serem combatidos. Essa era a terra em que o *homem eterno Adão* tinha de conquistar por meio dos seus esforços, transformando-a em um *monumento* do seu trabalho. Assim, essa visão da terra sendo *domada* e transformada na batalha, contra a natureza virgem e os indígenas, tornou-se o símbolo da vitória do *civilizador* contra o *selvagem*.

Essa vitória conquistada pelos *dominadores* da região transformava o movimento de ocupação do Vale do Paranapanema como algo *sagrado* no imaginário das pessoas, algo criador do *progresso*, que, de uma hora para outra, levou à região condições para a criação de muitos municípios, ou seja, fez um lugar selvagem alcançar a *civilização*. A conquista dessa terra transforma, no imaginário, o ocupante da região em uma espécie de *bandeirante moderno*, patriota e promotor do progresso.

É importante compreender como uma sociedade tem sua forma de viver baseada no imaginário de feitos heróicos ao *dominarem* a natureza, pois essa *conquista* sendo uma *coisa boa* leva a pouca ou nenhuma preocupação, daqueles que exploram os recursos naturais, em uma utilização que não esgotasse, mesmo que apenas as possibilidades econômicas, o ambiente.

Essa mentalidade da conquista pode ter lastreado boa parte das atividades humanas relativas ao seu relacionamento com o ambiente na região do Vale do Paranapanema.

Outro autor que realizou trabalho sobre a região foi Pedro Paulo de Andrade. Em sua dissertação de mestrado, o autor realiza uma pesquisa que se insere nos domínios da História Ambiental.⁸⁶ Sua investigação procura apresentar aspectos ligados à devastação florestal do território que perfaz o Vale do Paranapanema; tendo como recorte cronológico um período que se estende desde o ano de 1890 até o de 1944.

O autor procurou, em seu trabalho, compreender um pouco do processo de desmatamento e destruição ambiental do Vale na perspectiva dos elementos capitalistas das ações do governo de São Paulo.

Andrade dedicou maior atenção aos aspectos mais comerciais da ocupação e das atividades de devastação ambiental. Observa que antes mesmo das atividades de ocupação comercial já existia a presença humana na região, tanto com os indígenas quanto com o homem branco que chegara antes do período cafeeiro.

Salienta o autor que, segundo os novos ocupantes (aqueles que chegaram na região com títulos de terras e expulsaram os índios e os mais antigos moradores brancos), os primeiros ocupantes já teriam realizado a sua missão no Vale e restava-lhes dar espaço às novas atividades: as comerciais, principalmente com o café. Portanto, para Andrade, fica claro que o indígena havia cedido lugar para os primeiros brancos e que esses, por sua vez, deram espaço, compulsoriamente, para os novos ocupantes.

⁸⁶ ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema* :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944). Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2004.

O recorte cronológico escolhido pelo autor inicia-se em 1890 em razão do surgimento da estrada de ferro Sorocabana na região. Fato que teria marcado, segundo ele, a intensificação da chegada dos novos habitantes, que teriam vindo pela facilidade que a ferrovia proporcionava àquele que se propusesse a produzir o café, tanto com melhorias no padrão de vida do próprio produtor, quanto na melhoria de escoamento da produção agrícola.

O final do recorte cronológico do autor se dá no ano de 1944 quando ele afirma que o café havia sido substituído pelo algodão, diz ele: *O marco final do estudo é o ano de 1944, quando o café já havia sido substituído pelo algodão no vale do Paranapanema paulista.*⁸⁷. Porém, nesse ponto, seu trabalho diverge um pouco do nosso, uma vez que, até o final da década de 1960, podemos constatar que o café ainda era o gênero mais produzido na microrregião de Assis e que fora substituído, em grande parte, pelas lavouras de soja e trigo, no contexto do *milagre econômico brasileiro*, entre os anos de 1968 e 1974. Outro fator que orientou Andrade a terminar seu recorte em 1944 foi o direcionamento dos cafeicultores ao norte do estado do Paraná, preterindo o Vale do Paranapanema paulista.

Em relação ao espaço físico estudado, o autor deixa claro que se tratou de um território que compreende como limites a margem direita do rio Paranapanema na região de Campos Novos do Paranapanema, área que no final do século XIX marcava os pontos extremos da ocupação dos brancos no Oeste de São Paulo.

⁸⁷ ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2004. p. 14

Andrade é cuidadoso em fazer um histórico da ocupação e das atividades econômicas que levaram ao desenvolvimento rural e urbano na região e, por consequência à devastação de suas matas nativas.

Para tal empreitada, o autor se valeu de várias fontes e de leituras de autores que lhes serviram, não apenas como fontes de informações, como também de embasamento teórico. As fontes se concentraram na documentação jurídica do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis guardada no CEDAP, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Assis. Para a análise desses documentos, Andrade teve como apoio os trabalhos de Christian Brasnstron, que elaborou uma obra de Geografia Histórica da região tendo como fontes os mesmos arquivos, posteriormente visitados por Andrade. Além da documentação forense, o autor também utilizou o recurso da História Oral. Fez entrevistas com pessoas que afirma serem *idosas e que presenciaram o desmatamento e o plantio de café*.⁸⁸

Em relação à fundamentação teórico-metodológica para a interpretação das fontes, como um trabalho de História Ambiental, o autor se valeu de leituras de escritores como José Augusto Drummont, José Augusto Pádua, Gilmar Arruda, Warren Dean, Donald Worster, Frederick Turner e Mike Davis. Com isso realizou um trabalho cuidadoso, com conclusões que ajudam a sociedade a entender como as atividades econômicas do final do século XIX e começo do XX foram responsáveis por boa parte da destruição ambiental encontrada na região em estudo.

Todavia, o autor faz uma declaração, em seu texto que ainda é muito discutida no meio dos pesquisadores da História Ambiental. Afirma ele que Donald Worster lhe inspira para fazer uma pesquisa com um *viés ambientalista*. No entanto, encontramos em Worster a

⁸⁸ Idem p. 17

idéia de que historiadores ambientais têm de historicizar as relações entre sociedades e seu ambiente e suas influências recíprocas, procurando mostrar as dimensões naturais e sociais dos problemas ambientais.⁸⁹ Contudo, é possível entender o que Andrade quis dizer. Afinal, o ambientalismo não se refere apenas àquela pessoa que se dedica a se manifestar publicamente contra qualquer tipo de exploração ao ambiente, e nem é uma idéia que trata apenas dos problemas ligados ao meio ambiente. O ambientalismo inclui as atitudes a serem tomadas para uma possível diminuição ou até mesmo solução de tais problemas. Nesse aspecto, o historiador pode auxiliar para que uma determinada sociedade entenda melhor as causas de seus problemas, ajudando-a a encontrar soluções.

Considerado como um movimento que envolve a sociedade, o ambientalismo pode inserir vários ramos de atuação social, como instituições privadas ou governamentais, organizações não governamentais, políticas, ativistas independentes, entre outros, mas que tenham em comum atuações que se baseiam na defesa do meio ambiente.

Um ambientalista é alguém que acredita em que o meio ambiente, por ser a fonte de recursos da humanidade, deveria ter sua exploração planejada de maneira racional, para não esgotar seus recursos naturais, podendo resolver problemas atuais e, ainda, deixar uma herança de recursos para outras gerações.

Como um historiador, buscando compreender a sociedade em que vive, Andrade realizou um trabalho que trouxe grande contribuição com informações e interpretações sobre os problemas ambientais e algumas de suas origens. Seu trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, tentou demonstrar como a política governamental de São Paulo influenciou na ocupação do Vale do Paranapanema. Por meio de reconhecimentos de

⁸⁹ WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, 4 (8): 198-215, 1991.

potencialidades, o governo instituiu a sua política de ocupação e exploração da região. Já o segundo capítulo evidencia a interpretação das fontes documentais, permitindo compreender que, na economia capitalista do contexto de ocupação do Vale, a cultura do café se apresentava como motivo essencial para a sua *conquista*. No terceiro capítulo, o autor se dedicou a entender o processo de conflitos relacionados com à exploração da madeira na região, que durante o processo de ocupação para o desenvolvimento da cafeicultura foi retirada e vendida como mais um recurso econômicos, mas que, porém, na primeira fase de ocupação era queimada ou abandonada para dar lugar às novas lavouras.

A dissertação de mestrado de Jozimar Paes de Almeida é mais uma das obras que nos ajudam a entender a região de Assis e todo o Vale do Paranapanema.⁹⁰

Em seu trabalho, o autor pesquisa a inserção da agroindústria na região do Vale e suas conseqüências para o seu meio ambiente e sociedade. O trabalho analisa a Nova América, um grupo agroindustrial localizado na região de Assis, estabelecido em Tarumã.

O trabalho de Almeida tem um recorte cronológico mais recente em relação àqueles tratados nesse item do capítulo, uma vez que o eixo de investigação se dá a partir do *programa do álcool* estabelecido em 1975 pelo Governo Federal. É um texto que prima por uma investigação baseada em análises econômicas e sociais, com resultados que exprimem alguns fatores como as dificuldades encontradas pela população, menos favorecida economicamente, frente ao domínio de mercado imposto por um grupo agroindustrial; algumas das causas dos problemas ambientais ocorridos em função da utilização

⁹⁰ ALMEIDA, Jozimar Paes de. A Extinção do Arco-Íris: a agroindústria e o eco-histórico. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia, UNESP, 1988. Dissertação (Mestrado em História) IHLPA – UNESP/ Assis.

monopolizada dos recursos e lançam questões a serem pensadas pela população referentes aos custos e benefícios da produção em larga escala dos chamados bicompostíveis, trazendo ao debate sobre sustentabilidade, na região, subsídios que ajudam a sociedade a refletir.

O autor apresenta uma análise econômica inspirada no marxismo que, todavia, não se reduz à ortodoxia esquerdista, trazendo interpretações bastante criteriosas de suas fontes, com o auxílio de outras disciplinas.

Ao justificar a escolha do tema de sua pesquisa, Almeida expõe seu entendimento sobre a existência social e econômica dos homens. Segundo ele, os seres humanos são compostos por elementos que fazem parte do universo e são ocupantes de um determinado espaço – mutante assim como o tempo. O homem, na qualidade de ser vivo, é dono de características fisiológicas próprias da espécie a que pertence. Tais necessidades humanas, para o autor, seriam o motor das relações entre homem e natureza, uma vez que, tais seres necessitam da natureza, relacionam-se com ela ao mesmo tempo em que a transformam (muitas vezes degradando). Essa mesma natureza exprime respostas que influenciam na própria existência da vida, seja ela humana ou não.

No interior de tal dinâmica, Almeida identifica que a ação humana sobre a natureza acaba por ser uma ação em si mesmo, em razão das conseqüências ambientais influenciarem direta ou indiretamente a vida das sociedades. Explica ainda que, as atividades humanas se realizam para alcançarem determinados fins: objetivos buscados para satisfazerem as necessidades da sua própria existência. Esta última, por sua vez, exprime, além das necessidades fisiológicas, inerentes a todos os seres vivos, as vicissitudes ligadas às atividades sociais e econômicas, essas sim, peculiares à espécie humana. Na busca de satisfazer as necessidades fisiológicas e as econômicas, o homem se

relaciona com a natureza em um processo de transformação e criação que o autor denomina de *trabalho*.

Essa concepção não é nenhuma novidade segundo o autor. Ele busca em Karl Marx justificar a sua explicação sobre a noção de que, essa relação entre seres humanos e o meio ambiente, nesse processo de trabalho, torna-se uma apropriação da natureza pelo homem. Apropriação que o homem faz sem, na maioria das vezes, retirar apenas o necessário para o seu sustento. Dessa forma, as suas necessidades sociais e econômicas o levam a causar uma desestabilização da relação entre homem e mundo natural.

O autor afirma que, essa desestabilização causada pelo homem gera impactos sobre a natureza que vão, ao longo da história, variando conforme o modo de produção e as condições tecnológicas existentes em cada sociedade.

Levando em consideração tais premissas, Almeida tem a agroindústria como objeto de análise; justifica sua escolha pelo fato dessa estar no bojo de uma sociedade capitalista, unindo de forma sistêmica, a produção industrial com a agrícola. Escolhe ainda, trabalhar com questões referentes à mecanização da agricultura, à utilização de combustíveis, às relações de trabalho e suas conseqüências sócio-ambientais. Todos esses fatores, para o autor, são implicações das atividades da agroindústria canavieira na região de Assis, município de grande importância econômica para o Vale do Paranapanema.

Uma das questões trabalhadas pelo autor consiste no grande impulso do cultivo de cana-de-açúcar entre as décadas de 1950 e 1960. Almeida indica o ano de 1954 como sendo um ponto de partida para a expansão canavieira na região, e ainda, de mudanças na dinâmica do trabalho e nas relações sociais no campo, degradando o ambiente e agravando a situação de concentração de renda.

Apesar de muito atual, o trabalho de Almeida deve ser datado, mesmo se tratando de uma obra que tem como tema central as relações entre os homens e o meio ambiente. A necessidade da localização temporal para o trabalho do autor se faz para que não haja juízo de valor ao compararmos sua pesquisa com outras mais recentes que abordam a mesma temática. É importante lembrar que a História Ambiental é uma área da História que vem ganhando importância nos últimos anos com novas discussões e metodologias. É importante observarmos que, no momento em que o autor realiza sua pesquisa (final da década de 1980), a produção de obras historiográficas referentes ao meio ambiente ainda era muito tímida, com poucos exemplos teórico-metodológicos nos quais o autor pudesse se inspirar. Daí a importância do trabalho de Almeida, que desenvolveu um conjunto teórico metodológico que lhe foi muito útil e, mesmo havendo a existência de vários outros na atualidade, ainda serve de inspiração para o historiador que se propõe a pesquisar a temática ambiental.

Feitas as devidas observações, podemos considerar o estudo de Almeida uma ótima oportunidade de entender a região. O autor fez uma contextualização das ações econômicas na região com a atuação política nacional na década de 1970. Momento em que o país assistia aos primeiros passos mais efetivos, por parte do governo federal, no planejamento de uma política pública energética, muito antes de entrar na *moda* a palavra biocombustível.

Outra característica do trabalho de Almeida foi a de se preocupar em fazer uma análise bastante abrangente no que diz respeito às fontes e a análise. O autor se valeu de uma premissa bastante difundida, na atualidade, entre os historiadores: a interdisciplinaridade. O trabalho apresenta, de forma bastante clara e acessível, uma

articulação conceitual com outros campos do conhecimento, como a ecologia, a biologia e, até mesmo, a física.

O pesquisador não se limitou, da mesma maneira, a fazer uma história factual da implementação da agroindústria na região. Aprofundou-se muito mais em sua análise. Explorou as mudanças e permanências das problemáticas referentes às atividades da Nova América. Um exemplo dessa metodologia se encontra na constatação da continuidade que existe tanto na exploração de mão-de-obra, quanto na degradação da biodiversidade, problemas existentes na década de 1970 que continuam a permear as relações sociais e ambientais da região. O autor, portanto, não se restringiu a uma simples *reconstrução* do passado, procurou fazer de sua obra um instrumento que pode ser utilizado por aquele que busca entender o presente.

Na busca de entender o presente estudando o passado de uma região extremamente dominada pelo plantio de cana-de-açúcar, Almeida constata que a Usina Nova América foi e é orientada por uma racionalidade capitalista empresarial, produzindo e consumindo no mercado. Uma vez que fabrica o açúcar e o álcool e consome máquinas, adubos, inseticidas, implementos agrícolas, entre outras coisas, essa empresa deu um grande impulso às suas atividades a partir da década de 1970. Nos anos de 1974 e 1975 a produção de açúcar foi incentivada pelo mercado internacional em razão da não confecção de regras quanto a quantidade do produto a ser fabricado por cada país. Daí a vantagem da Nova América, empresa situada em uma região com enorme potencial agricultável, que pôde se aproveitar da falta de limites para a fabricação de açúcar. Também, nesse mesmo período, houve uma crise do preço do petróleo, favorecendo, da mesma maneira, a empresa da região. A partir de então a Nova América passou a produzir álcool combustível para substituir a gasolina. Isso foi possível a partir da alta nos preços dos combustíveis derivados

do petróleo que fez com que o governo federal implementasse o projeto do álcool, o Proálcool. Esse, por sua vez transformou a região em uma das maiores produtoras de álcool do país.

O autor constatou que essa produção trazia sérias conseqüências ambientais. O solo utilizado pela Nova América, com suas máquinas e caminhões trafegando, ficava cada vez mais compactado, impedindo a penetração da água para a formação dos lençóis freáticos; causando, também, uma erosão laminar, que carrega partículas do solo para o leito de córregos e rios, ocasionando, da mesma forma, assoreamento dos mesmos.

Outro fator destacado no texto é a questão da pouca preocupação, por parte da usina, com as condições de trabalho, além da baixa remuneração dos cortadores de cana. Pondera o autor que existia, e ainda existe, certa economia para a aquisição de equipamentos de proteção para os trabalhadores. Em sua dinâmica do lucro máximo, dentro de sua orientação capitalista, a Nova América apenas obedece ao que manda as Leis referentes ao trabalho no campo. Leis que ainda hoje deixam desprotegidos os trabalhadores e que no passado eram quase inexistentes. Constata ainda que, no presente, depois de décadas da criação do pró-álcool, não ocorreram melhorias consideráveis nas condições de trabalho e na vida dos cortadores de cana.

A questão social é bastante abordada pelo autor. Ele expõe a pobreza constituída nas periferias dos municípios da região. Estes recebem benefícios financeiros por conta das atividades das usinas, porém renegam às populações mais pobres as melhorias e benfeitorias urbanas como lazer, educação, saúde e segurança, que deveriam atingir a todos. Porém, o que se constata é que os malefícios das atividades açucareiras atingem de maneira mais efetiva aos mais pobres, porém, os benefícios gerados pela arrecadação de impostos e

outras atividades econômicas geradas pela produção, se restringem-se aos mais abastados que não precisam morar nas periferias.

Em seu texto, Almeida não deixa o leitor passivo. De maneira metódica e engajada, a obra nos leva a questionamentos peculiares ao tempo presente. Faz as pessoas pensarem no debate sobre meio ambiente; questionarem-se sobre a falta de inclusão de temas socioambientais nas discussões sobre atividades que utilizam recursos naturais para sobrevivência ou para o lucro. O texto provoca, ainda, os intelectuais que, ao analisarem o funcionamento do setor produtivo, não incluem as questões de desigualdade social e má distribuição de renda ao computarem o quanto um país está se *desenvolvendo*. Questiona o que é desenvolvimento e pra quem ele é desenvolvimento, e mais, sobre quais são as suas conseqüências.

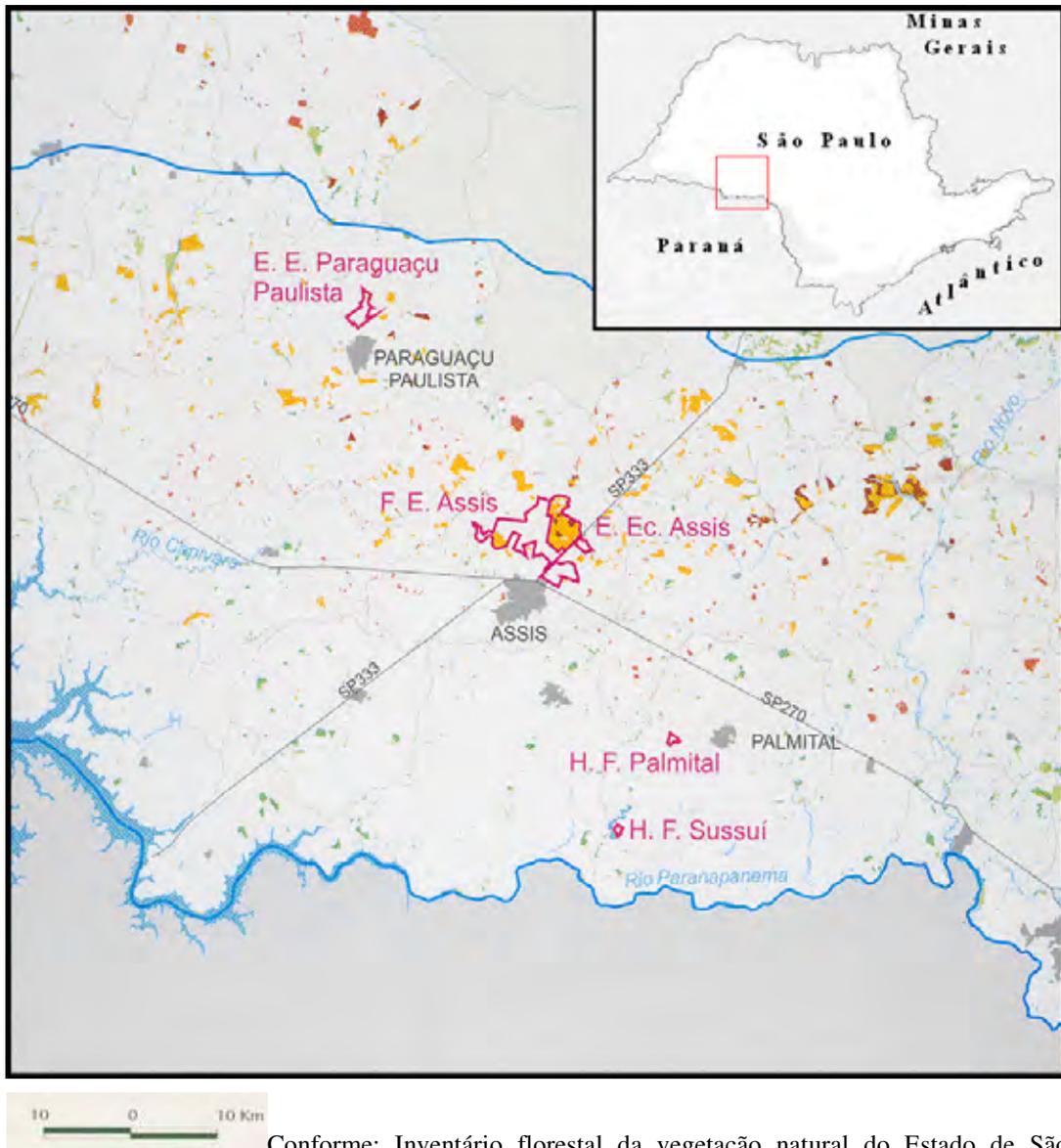
Trata-se, portanto, de uma obra muito atual que ajuda a sociedade da região de Assis a se compreender. Prima pela análise de processos históricos ligados à economia, à política e à sociedade e ajuda na reflexão sobre os futuros desafios que as necessidades de matrizes energéticas trarão, principalmente para uma localidade que tem suas bases econômicas fincadas na produção de combustíveis alternativos, cada vez mais requisitados pelo mercado.

3. O MILAGRE E AS MUDANÇAS NA MICRORREGIÃO DE ASSIS

A localidade que compreende a microrregião de Assis pode ser definida como um espaço que tem vários núcleos populacionais (dezessete, no total), diversos estabelecimentos rurais, mas com muitas coisas em comum desde o começo de sua *ocupação* no final do século XIX. Pode ser definida como um espaço particular dentro de uma organização social mais ampla, com a qual se articula, afinal a sociedade desse local está inserida nas relações características do estado de São Paulo e do Brasil.

Essa localidade não apenas se insere em uma totalidade espacial, como também temporal. Este espaço do Estado de São Paulo encontra-se no contexto das últimas cinco décadas do século XX, marcadas por grandes mudanças nas relações entre os seres humanos com o ambiente, não só no Brasil como em todo o planeta. Um contexto econômico que obedeceu à forma de produção capitalista e dilapidadora em busca de maiores demandas para o lucro dos grandes proprietários e para o *desenvolvimento* a qualquer custo. Dentro dessa situação, a microrregião de Assis sofreu grandes devastações que fizeram com que, atualmente, as matas e cerrados naturais ocupem apenas 16% da área total dessa região.

Imagem IV – Composição da Cobertura Vegetal na Microrregião de Assis (sem escala)



Conforme: Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo.

-  Floresta Estacional Semidecidual
-  Savana
-  Savana Florestada
-  Vegetação Secundária da Floresta Estacional Semidecidual

A *imagem IV* pode nos dar uma idéia da atual situação das vegetações nativas na localidade⁹¹. Analisando a figura, pode-se notar a grande presença de espaços em branco representando as áreas de agricultura e, em menor quantidade, de pecuária, mas que no início do século XX, eram compostos por vegetação latifoliada (Floresta Estacional Semi-decidual⁹²), Cerrado (chamado de *Savana* na legenda da imagem)⁹³ e Cerradão (chamado de *Savana Florestada* na legenda da imagem)⁹⁴. Já a vegetação natural, na imagem, é representada por pequenas manchas coloridas e não é sequer um espectro do que fora até a ocupação do homem branco a partir do final do século XIX.

As imagens que se seguem apresentam indícios das transformações na vegetação da região acontecidas por mais de cem anos. São figuras que representam o estado de São Paulo e que apresentam sua vegetação desde a formação nativa primitiva até o ano de 1973, passando por 1854, 1886, 1920 e 1952.⁹⁵

⁹¹ KRONKA, Francisco José Do Nascimento ; NALON, Marco A ; MATSUKUMA, Ciro K ; KANASHIRO, M. M. ; YWANE, M. S. S. ; PAVAO, M. ; DURIGAN, G. ; LIMA, L. M. P. R. ; GUILLAUMON, João Regis ; BAITELLO, J. B. . Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. v. 01. 200 p.

⁹² Este tipo de vegetação se caracteriza pela dupla estacionalidade climática: uma tropical com período de intensas chuvas de verão, seguidas por estiagens acentuadas; outra subtropical sem período seco, e com seca fisiológica provocada pelo inverno, com temperaturas médias inferiores a 15 °C.

⁹³ Tipo de vegetação em que se destacam arbustos e árvores de até 6 metros de altura, com folhas espessas e caules tortuosos recobertos por casca espessa. Cresce em regiões planas com períodos de seca acentuada e solos pobres em nutrientes.

⁹⁴ Formação vegetal constituída de três andares: o primeiro apresenta espécies rasteiras ou de pequeno porte; o segundo, arbustos e pequenas formas arbóreas, não ultrapassando 5 a 6 metros de altura e o terceiro, arbóreo com árvores de 10 a 12 metros.

⁹⁵ VICTOR, Mauro A. M. *A Devastação Florestal*. São Paulo, Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1975. pp. 30 a 42.

Imagem V – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação primitiva.

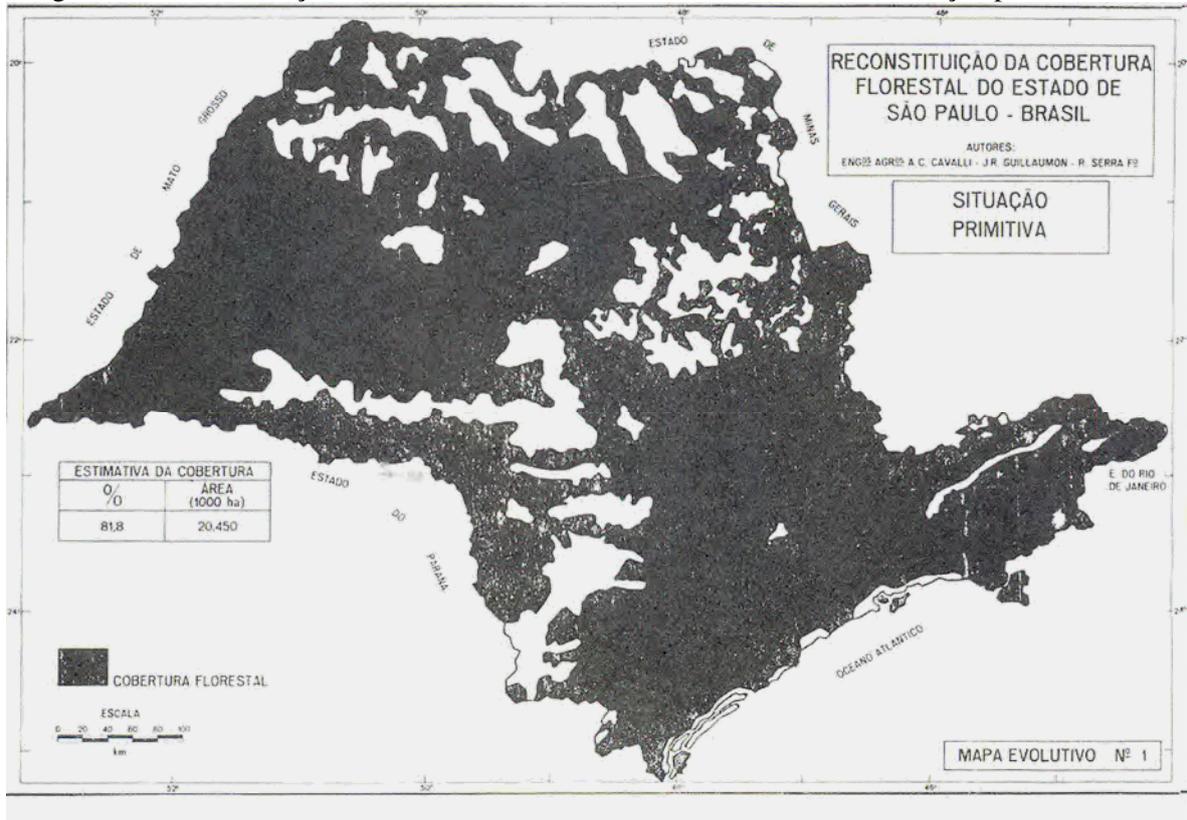


Imagem VI – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação em 1854.



Imagem VII – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação em 1886.

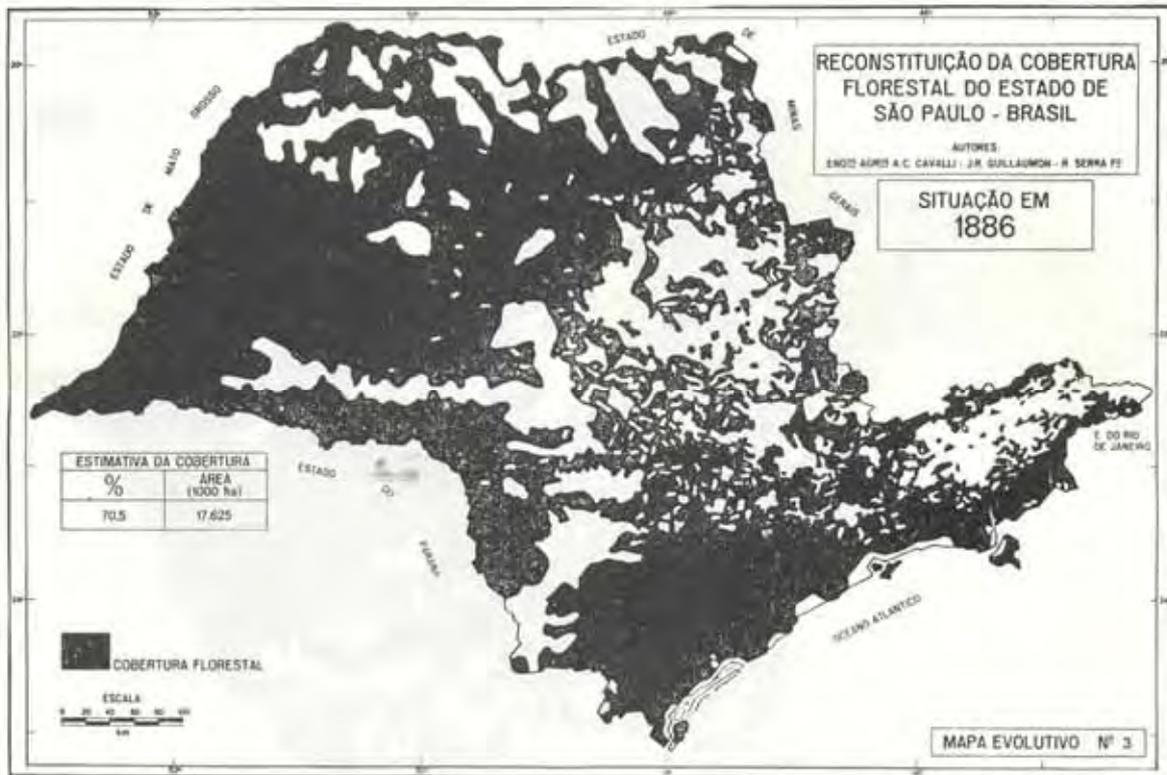


Imagem VIII – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação em 1920.

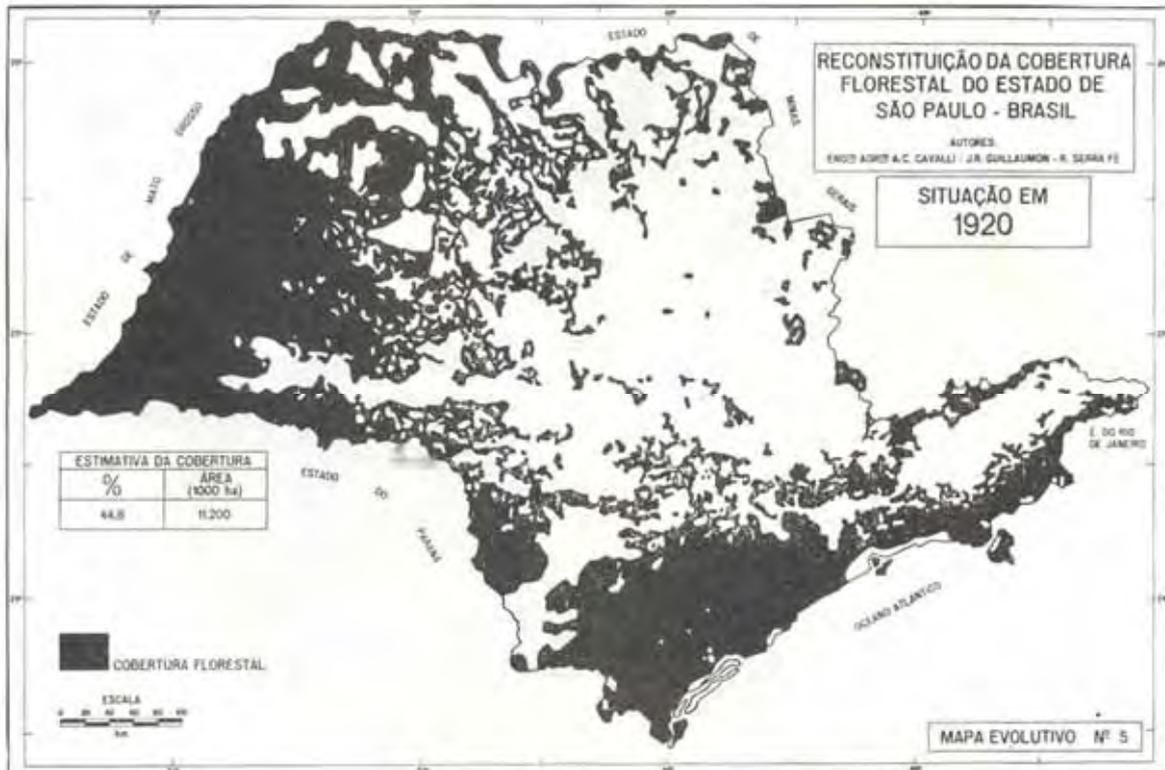


Imagem IX – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação em 1952.

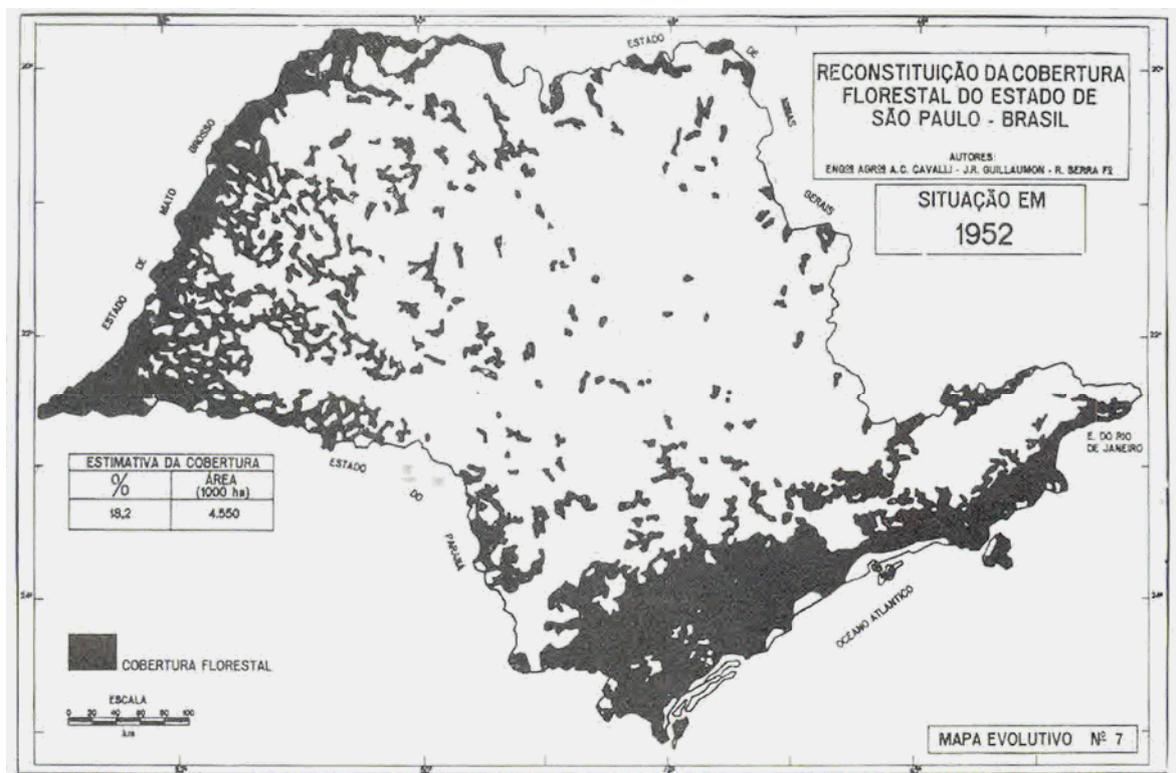
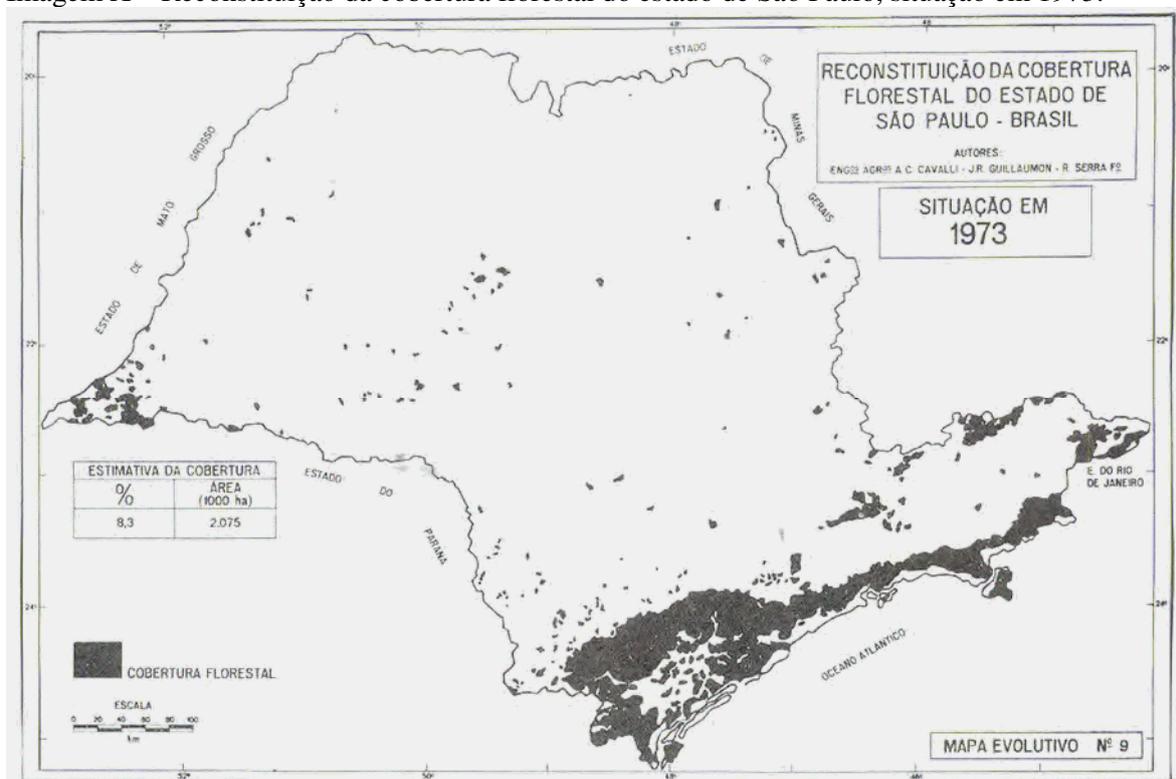


Imagem X – Reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, situação em 1973.



Essas imagens evidenciam que, desde meados do século XIX até a década de 1970, houve grande diminuição da vegetação nativa em todo o território que compreendia a província e, posteriormente, o estado de São Paulo. No entanto, não há a intenção, no presente trabalho, de fazer um levantamento da devastação em todo o período citado nos mapas, tampouco de estudar todo o estado de São Paulo. O que se pretendeu, ao apresentar tais figuras, foi destacar que houve considerável mudança na vegetação de todo o território, incluindo o Vale do Paranapanema, lugar em que se localiza a microrregião de Assis.

A devastação, apresentada nas imagens, deixa claro que, a partir de meados do século XIX, a terra passa a ser cada vez mais utilizada de forma degradante ao ambiente. Essa substituição da vegetação original, durante as atividades antrópicas, explica-se dentro de um contexto econômico mundial de ascensão do capitalismo. O sistema capitalista e a inserção do Brasil em sua dinâmica promoveram as atividades que foram responsáveis por tal destruição, principalmente a agricultura, desde a cultura do café, passando pela soja e trigo, até chegar à cana-de-açúcar no presente.⁹⁶

O desmatamento não ocasiona simplesmente a destruição da vegetação de um local, ele provoca grandes mudanças e conseqüências importantes para a dinâmica dos ecossistemas e também das sociedades. Entre várias conseqüências ocorridas em razão dos desmatamentos destacamos as seguintes:

a) Destruição da biodiversidade, como resultado da diminuição ou, muitas vezes, da extinção de espécies vegetais e animais.

b) Agravamento dos processos erosivos ocorridos pela retirada da cobertura vegetal, expondo o solo ao impacto das chuvas. Os processos erosivos acarretam um

⁹⁶ Citamos aqui apenas os principais gêneros, pois existiram, durante todo esse período, as plantações secundárias como o algodão e a mandioca, entre outros.

empobrecimento dos solos ao retirar sua camada superficial, e, muitas vezes, acaba inviabilizando a própria agricultura. Ao ocorrer a erosão observa-se também o assoreamento, pois a força da água retira a camada superficial do solo de um lugar e a leva, como sedimentos, para regiões mais baixas nas quais se encontram os rios e os lagos. Como resultado dessa sedimentação, ocorrem desequilíbrios nesses ecossistemas aquáticos, além de causar enchentes em áreas urbanas e, muitas vezes, trazer dificuldades para a navegação.

c) Extinção de nascentes, por compactação dos solos ou diminuição do volume de água do lençol freático, resultante da menor infiltração da água das chuvas no subsolo. Corroborando, também, para esse fenômeno, o fim da evapotranspiração, ou seja, a eliminação de água em forma de vapor pelos processos biológicos das plantas, que pode reduzir a umidade do ar e os índices pluviométricos de uma região.

d) Elevação das temperaturas locais e regionais, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto.

e) Agravamento dos processos de desertificação, devido à combinação de todos os fenômenos até agora descritos.

f) Redução ou fim das atividades extrativas vegetais, muitas vezes de alto valor socioeconômico.

g) Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares.

h) Provável elevação da temperatura média em todo o planeta. Além dos impactos locais e regionais da devastação das florestas, podem estar ocorrendo também consequências em escala global. A queima das florestas, seja em incêndios criminosos, seja na forma de lenha ou carvão vegetal, tem colaborado para aumentar a concentração de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, o que influencia no aumento do efeito estufa. Além de a

diminuição de vegetais afetar a dinâmica de trocas gasosas ocorridas com a fotossíntese e a respiração das plantas.

Ao se derrubar uma floresta não ocorre apenas a morte das árvores. Existe toda uma cadeia de relações entre a biodiversidade e o meio físico, que é destruída ou desequilibrada. Para entender melhor a alteração ambiental ocorrida ao alterar uma formação vegetal faremos menções a alguns termos utilizados pela biologia segundo Peter H. Raven, Ray F. Evert e Susan E. Eichhorn.⁹⁷

O termo Biodiversidade se refere à variedade de vida existente em um determinado local. Compreende os diferentes tipos de espécies da flora, da fauna e dos microorganismos, que desempenham papéis importantes em uma rede de relações formadas por indivíduos inseridos em categorias como *comunidade*, *ecossistema*, *hábitat* e *bioma*.

A parte viva de um ecossistema é vista como um conjunto de populações, sendo uma população um grupo de todos os indivíduos vivos pertencentes à mesma unidade taxonômica, usualmente espécies, dentro de uma área de interesse. O conjunto de todas as populações compõe a comunidade. Comunidade também pode indicar partes do todo, de forma que alguns estudos podem focalizar a comunidade de aves, outros as de plantas, e assim por diante.

A comunidade é o conjunto das populações existentes em um determinado local, seja de microorganismos, de animais ou de vegetais. A comunidade de uma floresta, por exemplo, constitui-se de árvores, arbustos, formigas, pássaros, microorganismos, entre outros.

⁹⁷ RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia Vegetal*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2007.

O termo ecossistema define o conjunto de todos os organismos que ocorrem em um determinado local, juntamente com o ambiente com o qual eles interagem. Ou seja, ocorre em uma área que pode ser formada por uma vegetação como o cerrado, a caatinga, a mata atlântica ou floresta amazônica e todas as relações entre os fatores bióticos e abióticos desse local. O ecossistema, portanto, pode ser definido como um conjunto de comunidades interagindo entre si e agindo sobre ou sofrendo a ação dos fatores abióticos em seu hábitat.

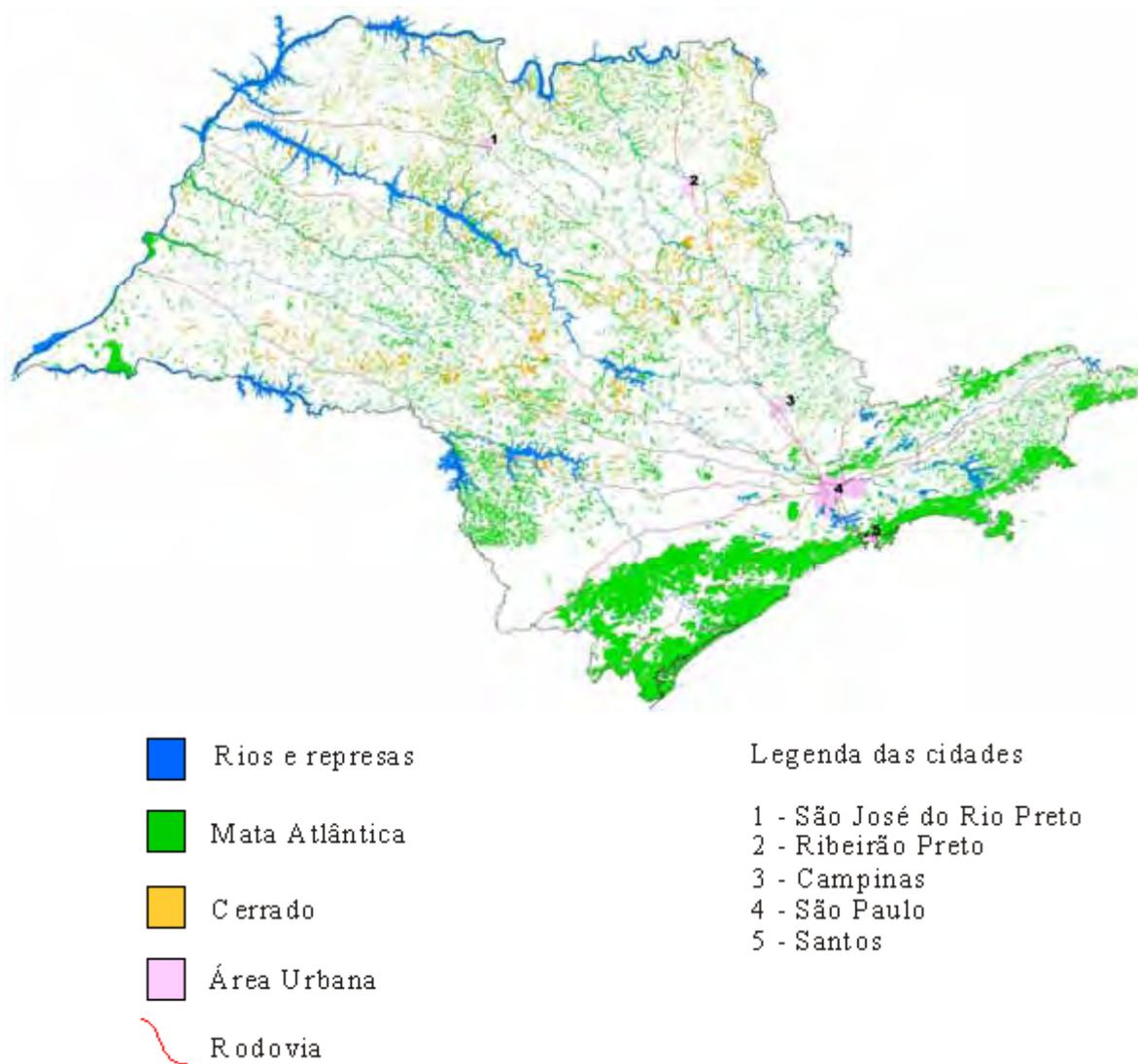
O hábitat é o lugar ocupado por um organismo ou é aquele do qual uma determinada espécie é nativa. É um termo que situa o lugar e as condições ambientais para a existência de uma determinada espécie.

Bioma é uma comunidade biótica que se caracteriza pela uniformidade da flora e da fauna que interagem entre si e com o ambiente físico. Como exemplo podemos citar a Floresta Amazônica, um bioma que tem inúmeras espécies de árvores, mas a maioria delas tem características parecidas como o tamanho da copa, grossura do tronco, o tamanho das folhas etc..

Entender esses termos utilizados na Biologia nos ajuda a compreender como a ação humana em um determinado ambiente pode comprometer toda uma cadeia de relações fundamentais para a harmonia do ambiente. Refletir sobre essas relações nos leva a acreditar que as atitudes tomadas pelos seres humanos em relação ao ambiente, buscando o lucro imediato a qualquer custo, é prejudicial não apenas para esse ambiente, mas para a própria humanidade.

Se compararmos o primeiro mapa da página 94, sobre a cobertura primitiva do estado de São Paulo, com a *imagem XI*, podemos notar que os dois biomas que, presentes na microrregião de Assis, já foram muito prejudicados.

Imagem XI - Mapa dos Remanescentes Florestais do Estado de São Paulo



Disponível em: <http://www.biota.org.br/expobio/Biota.pdf>. Acesso em 15/05/2010.

A comparação desses mapas nos dá uma idéia de como as atividades humanas vêm alterando o ambiente da microrregião de Assis, ao destruir os seus biomas retirando as matas nativas para a prática da agricultura.

Nos dias atuais, a grande *vedete* da economia da região é a cana-de-açúcar. O território que foi coberto basicamente por florestas latifoliadas e cerrados e que, posteriormente, dividia seu espaço com o café, depois soja e trigo, hoje, é basicamente composto por canaviais.

A cana-de-açúcar passa a ocupar grande parte da área agricultável do estado a partir da criação do Pró-álcool em 1975. Esse programa federal passou a existir com o decreto lei 79,593 de 1975 e proporcionava grandes subsídios aos produtores da cana-de-açúcar por meio de instituições financeiras ligadas ao Governo. Desde então, houve uma gradual substituição da cobertura vegetal da região pela matéria-prima do álcool.⁹⁸

Entretanto, a cana-de-açúcar não foi a única responsável pela devastação florestal da região. Como já foi citado anteriormente, várias culturas contribuíram para o desmatamento dos territórios que compreendem a microrregião de Assis. Duas das culturas de maior impacto ambiental, na região, foram a da soja e a do trigo, que durante os anos do *milagre econômico* (1968 – 1974) tornaram-se os grandes responsáveis pelos *bons* resultados da exportação agrícola do país.

Vale ressaltar que, na busca de tentar compreender as mudanças ambientais na região, o presente trabalho não pretende apontar culpados por toda a destruição vegetal ocorrida na microrregião de Assis. Uma vez que a região já havia sido alvo de devastação muito antes da influência do *milagre econômico* com a agricultura do café que chegava ao

⁹⁸ ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A Extinção do Arco-Íris: Ecologia e História*, Campinas: Papyrus, 1988, p. 45

local já no final do século XIX. A intenção do trabalho é entender e não julgar os processos históricos que envolvem a relação dos seres humanos com o ambiente na região. A devastação florestal na microrregião de Assis deve ser compreendida levando em consideração toda sua história a partir da ocupação do homem branco.

Nossa intenção, com essa pesquisa é contribuir para a compreensão de um período dessa história e ajudar a entender a realidade das problemáticas sócio-ambientais na atualidade. A escolha do *milagre* como recorte cronológico se deu por haver em seu período (1968 a 1974) um grande aumento da devastação que já se fazia presente na região. Tal afirmação se baseia na existência de indícios que apontam para o grande acréscimo da atividade agrícola ocorrido com a política econômica característica do momento. Esse crescimento da agricultura, segundo apontam os dados, foi um dos responsáveis pela substituição do café, como gênero predominante, e pelo aumento da devastação na região e, por consequência, grande colaborador das mudanças ambientais e sociais.

Outro fator que pode ter contribuído para a devastação ambiental, na microrregião de Assis, foi a pouca preocupação dos dirigentes do país com questões relacionadas à produção e suas possíveis consequências ao meio ambiente. Com as informações existentes, na atualidade, entendemos que, a agricultura pode ser uma atividade menos prejudicial ao ambiente, principalmente se houver boa vontade dos governos e principalmente dos produtores. Todavia, nas décadas de 1960 e 1970, a pressão exercida nas regiões produtoras para que fossem aumentadas a produção e a produtividade a qualquer custo social ou ambiental foi muito grande, sobretudo por parte do governo federal⁹⁹. O contexto mundial de necessidade de alimentos, o aumento dos preços internacionais de produtos agrícolas e a busca cada vez maior do aumento do PIB com o

⁹⁹ Vide carta publicada pelo jornal *Voz da Terra* nas páginas 55 e 56 deste texto.

milagre brasileiro refletiam de maneira substancial nessa pressão e nas mudanças da agricultura e, conseqüentemente do ambiente, a partir da década de 1960.

No período estudado, as questões ambientais não eram debatidas com são na atualidade e não compunham o quadro de preocupações da grande maioria dos dirigentes dos países. No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, a problemática ambiental também não fazia parte da lista de prioridades dos artífices do *milagre*. Afinal, sua meta era o *desenvolvimento* econômico a qualquer custo em todos os setores. Tanto que nesse período as indústrias que queimavam lenha como substituto para o petróleo importado foram isentadas da exigência de replantio prevista no *Código Florestal* vigente desde 1965.¹⁰⁰ Ou seja, além de não criar mecanismo de proteção o governo ainda revogou uma lei que previa o reflorestamento.

Para o governo brasileiro, a busca de saídas que levassem a uma produção menos destrutiva ao ambiente seria uma tentativa de frear o crescimento do país. Os militares ponderavam que os países industrializados colocavam mais um obstáculo ao desenvolvimento econômico do Brasil, quando se falava em buscar alternativas para uma produção menos predatória.

Como observa Warren Dean, o governo enxergava o ambiente como um grande diferencial que potencialmente colocaria o país em vantagem em relação aos outros e especulava que *uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente em sua capacidade ainda integral de absorver a poluição*.¹⁰¹

A inesgotabilidade dos recursos naturais estava presente tanto na mente dos dirigentes do país como na atitude daqueles que faziam parte do quadro produtivo na

¹⁰⁰ DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p 309

¹⁰¹ Cf. Idem item 20.

maioria dos setores. E nesse sentido, a microrregião de Assis não foi isolada dessa dinâmica. Por influência de políticas públicas federais de incentivo à produção agrícola e o aumento da lavoura, a região tornou-se, entre 1968 e 1974, a maior produtora de soja e trigo de São Paulo.

É inegável, como demonstrarão os números analisados mais a diante, que houve êxito nas ações dos governos, no intuito de aumentar a produção não apenas na microrregião de Assis, como em todo o Brasil.

O esforço de incremento agrário não esteve ligado apenas à busca de desenvolvimento. Enquanto os países mais ricos se esforçavam em modernizar o setor industrial nacional, o que para a maioria dos analistas é a base para o desenvolvimento econômico de um país, o Brasil se empenhava, de forma acentuada, em fomentar a produção agrícola com vistas a favorecer os grandes fazendeiros. Tornando-se assim, grande fornecedor de matéria-prima ou produtos com pouco valor agregado. Essa dinâmica não se deu por acaso, afinal esse governo esteve intimamente ligado aos grandes produtores rurais.

O regime instalado no país em 1964 teve uma base bastante sólida na agricultura. Uma pequena parcela da população, composta de latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros, representou um elemento importante nesse bloco de poder. Tanto que, na preparação do Golpe de Estado, os latifundiários e empresários rurais desempenharam um papel decisivo em favor dos militares. Essa burguesia agrária alimentou uma campanha

contra as idéias e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do presidente João Goulart nos anos 1961-1964.¹⁰²

No momento seguinte, com o golpe de Estado e a instalação da ditadura, esse grupo procurou obter vantagens do governo seu aliado. O crédito rural, sob todas as formas e, em geral, a juros negativos, cresceu muito. Foram criados incentivos e favores fiscais e de créditos para iniciar ou expandir empreendimentos agrícolas, pecuários, extrativos e agroindustriais.¹⁰³ Acelerou-se o desenvolvimento intensivo e extensivo da economia no campo. Ao mesmo tempo em que se favoreceu o desenvolvimento intensivo na agroindústria, no cultivo de grãos e outros gêneros. O governo abriu a *fronteira* amazônica para grileiros, latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros.

Não poderíamos, nesta análise, deixar de lado o fato de que a microrregião de Assis era também um território de potencial agrícola muito forte, com muitas plantações de café e ainda grandes áreas de vegetação nativa que poderiam ser substituídas por agricultura – e por isso, inseria-se no contexto de exploração dos recursos naturais a qualquer custo que dominou todo o país.

Na Amazônia, por exemplo, o aparelho estatal foi colocado a serviço da formação e expansão dos grandes negócios de terras. A terra foi monopolizada, transformada em mercadoria, *reserva de valor*, latifúndio, fazenda e empresa.

A região amazônica não faz parte do objeto de estudo da presente pesquisa, mas alguns elementos, referentes à sua exploração, ajudam-nos a entender o relacionamento do

¹⁰² IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

¹⁰³ Voz da Terra, 08/08/1970, p. 5.

Estado brasileiro com os recursos naturais em todo o país, inclusive na microrregião de Assis, durante o período estudado.

A Amazônia e todos os espaços *não ocupados* eram vistos, portanto, como regiões potencialmente agrícolas e que deveriam dar espaço à lavoura. É o que demonstra a declaração do ex-presidente da *Confederação Nacional da Agricultura*, Edgard Teixeira Leite, que declarava em dezembro de 1970:

A Amazônia será o grande Pólo econômico do Brasil e um dos centros mais importantes do mundo, quando forem completados os meios de comunicação rodoviários, os pontos de apoio aos transportes aéreos que serão cada vez mais utilizados, os demais instrumentos de pesquisa e a prospecção de seu solo. (...) iremos ter um novo ciclo econômico, como já tivemos o de pau-brasil durante muitos anos, o do ouro, o do diamante e do açúcar no Nordeste e, depois, o do café, como o da borracha por poucos anos. (...) ali se encontram todos os tipos de terras inclusive as famosas “terras roxas do Paraná”.¹⁰⁴

Fica evidente o anseio, por parte do Estado, em ocupar os espaços de vegetação nativa por agricultura, visando incrementar a economia do país. No trecho acima é evidente a importância dada à floresta pelo seu potencial valor econômico agrícola e não pela sua diversidade. *Diversidade biológica* não fazia parte das discussões políticas e econômicas da época. A preocupação era desenvolver pesquisas para potencializar a capacidade de fertilidade do solo. A palavra preservação não foi encontrada em nenhuma das declarações ou notas de pessoas ligadas ao governo, divulgadas na imprensa estudada nesse trabalho.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Voz da Terra, 19/11/1970, p. 2.

¹⁰⁵ Foram encontradas inúmeras notas e cartas assinadas por membros do governo federal nos exemplares do *Voz da Terra* entre os anos de 1968 e 1974. A análise foi feita em toda a tiragem do periódico que era diária.

3. 1. Concentração de Renda

Os esforços eram claros no sentido de aumentar a produtividade. Não só na Amazônia o governo enxergava um *El dorado*, todos os espaços vazios eram pretendidos para a agricultura. O milagre trouxe muitos incentivos aos agricultores para a compra de mais terras que pudessem satisfazer esses anseios. Porém, nem todos os proprietários eram *atingidos* por esses programas, o alvo era o latifundiário que aumentava cada vez mais seu quinhão.

Com todo esse esforço em fomentar a produção agrícola, não apenas os *espaços vazios* foram ocupados como também, o tamanho das grandes fazendas aumentou substancialmente com a compra das terras dos menores produtores pelos grandes fazendeiros. Afinal, a adoção de novas tecnologias estava diretamente relacionada ao tamanho da propriedade. Um exemplo dessa dinâmica pode ser constatado no depoimento de Sérgio Meloni, pequeno proprietário de terras da zona rural do município de Cândido Mota, pertencente à microrregião de Assis:

(...) quem tem propriedade pequena, posso até citar o meu caso: não compensa você plantar soja, tem que ter toda uma estrutura grandiosa para plantar: trator, plantadeira, colheitadeira. E pra você ter tudo isso financiado você tem que ter garantias e se você não tiver não consegue (...)¹⁰⁶

O governo não estava interessado em distribuir de forma igualitária esses incentivos, que proporcionariam ao pequeno proprietário um maior desenvolvimento e, conseqüentemente, maior distribuição de renda. A intenção era aumentar a produção

¹⁰⁶ Transcrição da Entrevista com Sérgio Meloni, p. 8

exportável, sendo com a compra das terras dos pequenos ou com o avanço nas vegetações naturais.

Essa política nacional de incentivo à produção e à concentração da renda que ajudou a mudar a realidade da sociedade e do ambiente da microrregião de Assis fez parte de um contexto internacional específico que proporcionou o surgimento, no final da década de 1960, de uma alta liquidez de capital. Essa conjuntura propiciou a entrada de capital no país e facilitou a política do *milagre*, o qual teve condições de financiar os grandes proprietários, mas não se preocupou com os pequenos.

A partir de 1968, assistiu-se, no Brasil, às políticas de incentivo à concentração de capital, às fusões de grandes empresas ou aumento das grandes propriedades. Outros países tinham, no momento, alta liquidez de capital e condições de exportar capitais. Isto é, os meios e os recursos financeiros capazes de viabilizar a expansão de atividades econômicas no Brasil aproveitavam essas condições internacionais para viabilizar a política de incentivo financeiro aos grandes proprietários.

Acontecia, portanto, entre 1968 e 1974, as condições internacionais viabilizantes da expansão interna da economia nacional, que se consistiu em tomar recursos externos baratos e internamente potenciá-los. Porém, auxiliando os grandes proprietários e sem preocupação em realizar melhor distribuição de renda.

O próprio ministro da fazenda do governo militar afirmava ainda em 1966:

(...) Para um país subdesenvolvido o problema é complexo, pois as suas decisões não podem restringir-se ao campo da distribuição, mas tem de abranger, também, o campo da acumulação de capital(...) O processo de desenvolvimento consiste na alteração da estrutura e na modificação das formas de comportamento e não

no aumento da renda per-capita. Este ultimo fenômeno é apenas o resultado do processo de desenvolvimento e não o próprio processo.¹⁰⁷

Na busca dessa *acumulação de capital* citada por Delfim Neto – e sem nenhuma preocupação em distribuir renda – o governo se empenhou em *modernizar* a agricultura no país. Assistiu-se assim, uma rápida adoção de melhorias na produção de equipamentos, maquinários, tecnologia biológica, e, especialmente, de fertilizantes artificiais. Esse procedimento aumentou significativamente os custos de operação, pois, se anteriormente o pequeno proprietário conseguia sua produção com equipamentos mais rústicos como o arado com tração animal e adubos naturais, a partir de então aquele que não tivesse acesso a tratores, colhedoras, fertilizantes químicos entre outros, não conseguia se manter no mercado e acabavam vendendo suas terras. Tal processo favoreceu cada vez mais os grandes proprietários que podiam contar com incentivos federais e dar garantias para empréstimos. Esses recursos eram usados não apenas para comprar equipamentos como também mais terras, aquelas dos pequenos proprietários ou então espaços de vegetação nativa que viravam lavoura. E como em todo o país, a microrregião de Assis também foi abrangida por tais *incentivos*, como se constata na manchete do *Voz da Terra* de trinta de julho de 1970:

Governo lança programa de estímulo à produção agrícola na região Centro-Sul (...) a campanha terá como base a concessão de amplo crédito financeiro aos agricultores e orientação de tendência de mercado interno e externo.¹⁰⁸

¹⁰⁷ NETO, Antonio Delfim. *Planejamento Para o Desenvolvimento Econômico*. EDUSP, São Paulo, 1966. pp 11 e 12.

¹⁰⁸ *Voz da Terra*, 30/07/1970, p. 1.

Era a oportunidade que os grandes proprietários, possuidores de condições para dar garantias e adquirir empréstimos, tinham de aumentar sua produção e sua propriedade. Se repararmos na expressão *orientação de tendência para mercado interno e externo*, citada no trecho acima, fica evidente que os incentivos eram para a produção de gêneros exportáveis. Nessa época, as grandes vedetes do mercado externo agrícola eram a soja e o trigo, amplamente cultivados em grandes propriedades na microrregião de Assis.

Com todo esse esforço, o governo conseguiu uma grande ampliação no uso de crédito agrícola em todo o país, não ficando a região em estudo fora desse quadro.

Até o começo da década de 1970 não houve relatos de incentivo ao crédito no *Voz da Terra*. Foi a partir de então que o produtor rural começa a ter contato com essa nova modalidade de investimento. Sergio Melone também observou a mudança no processo de obtenção de capital para a produção agrícola a partir da década de 1970, que ele chama, em seu depoimento, de *época da soja*.

(...) nunca entramos em banco, não tínhamos financiamento, não tínhamos acesso. Não sei se era o próprio sistema de zona rural do bairro que tinha a economia própria, mas não tinha acesso a banco não. Foi na época da soja que começou o incentivo.

A constatação de Meloni não se sustenta sozinha. Dados estatísticos do IBGE comprovam que o crédito agrícola teve um grande aumento na década de 1970.

Para se ter uma idéia, apenas em São Paulo a quantidade de crédito junto a instituições governamentais saltou de 52.917 em 1970 para 64.139 em 1975. Todos os aumentos da oferta de crédito foram canalizados por meio de instituições formais de

crédito, como os bancos estatais. Taxas negativas de juros geralmente prevaleceram e distorceram a alocação de capital e crédito; taxas reais negativas de juros também resultaram em substancial transferência de renda para os usuários de crédito.

Tabela 1. Financiamentos – São Paulo

	1970	1975
Governamentais	52.917	64.139
Outras entidades	36.330	29.420

Fonte: IBGE¹⁰⁹

Uma pequena parcela de fazendeiros absorveu a maior parte dos aumentos da oferta de crédito. Os maiores beneficiários desses incentivos acumularam-se nas grandes fazendas, resultando num aumento das disparidades do nível de renda das propriedades. Na microrregião de Assis não foi diferente, afinal era preciso ter todo um aparato de garantias, que apenas os grandes proprietários da região possuíam para conseguir empréstimos junto às instituições governamentais, o que impossibilitava os pequenos produtores de receber esse benefício.

3. 2. Incentivo ao Plantio e à Agroindústria

Enquanto o pequeno proprietário não era *contemplado* com esses esforços e *ações globalizantes* do governo, o grande fazendeiro ainda tinha uma *missão* a cumprir: usar

¹⁰⁹ IBGE. Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

todas essas facilidades de crédito e o lucro, não apenas para modernizar a produção, mas também para aumentar a fronteira agrícola.

Em setembro de 1970, o então ministro da agricultura, Cirne Lima, estabeleceu 16 projetos que contavam com 884 milhões de cruzeiros em investimentos. A ação visava ao fomento da *produção agrícola, irrigação, eletrificação rural, central de abastecimentos e colonização dos espaços vazios*.¹¹⁰ Estes *espaços vazios*, entenda-se por mata nativa ainda não derrubada. Um ano antes, em dezembro de 1969, o ministro já declarava:

O Brasil, com mais de 50% de sua área ainda desconhecida e inexplorada, necessita de volume humano que povoe e explore. Precisamos de governos que planejem e racionalizem escolas, estradas, agricultura e comércio para integração do Brasil desconhecido, essa grande herança do português e do Bandeirante Paulista. (...) Que se multipliquem as chamadas 'Estradas para Onças', como fora alcunhada a Belém-Brasília e posteriormente a Brasília-Acre¹¹¹

Para o governo, o desenvolvimento da agricultura de forma isolada não faria sentido. A sua modernização requeria um avanço industrial que oferecesse suporte para o aumento da produção agrícola com as novas tecnologias e equipamentos já citados. O foco de ação do governo não se deu apenas no campo, mas na agroindústria também. Nesse sentido, ainda em 1964 foi proposto o Plano de Ação do Governo (PAEG); quatro anos depois, o Plano Econômico de Desenvolvimento (PED), porém a iniciativa mais incisiva veio com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que apresentou três versões, sendo a primeira delas em 1970. Os PNDs contemplavam tanto iniciativas de ordem territorial quanto de dotação de infra-estruturas e mesmo de formação de recursos humanos. Para sua realização foi também feita uma reestruturação do próprio aparelho de Estado, com a criação de órgãos e programas em áreas postas como prioritárias ou estratégicas, para o

¹¹⁰ Voz da Terra, 04/09/1970, p. 3.

¹¹¹ Voz da Terra, 19/12/1969, p. 3.

setor produtivo, que englobava a indústria e a agricultura em um só setor ¹¹². Sobre tal dinâmica Tamas Szmrecsanyi afirmou:

(...) tanto o setor agropecuário quanto a indústria deixam de constituir compartimentos semi-autônomos e fechados, para tornarem-se parte de um “sistema” (grifo do autor) aberto e integrado aos setores que lhe são complementares no contexto da economia como um todo (...) ¹¹³

Se a afirmação de Szmrecsanyi for verdadeira, ela explica todo o esforço do governo em fomentar a produção agrícola que, além de aumentar a pauta de exportações e beneficiar seus aliados latifundiários, também era fundamental para o desenvolvimento industrial. Ambos, a agricultura e a indústria, na verdade, faziam parte de um único processo. Um exemplo disso é o fato de que produtos industrializados ligados à agricultura no período entre 1967 e 1975, tiveram uma grande ampliação de seu espaço no mercado nacional. A utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores em torno de três vezes. ¹¹⁴

O governo se mobilizava para criar as condições de aumentar o plantio de gêneros exportáveis e ao mesmo tempo buscava incrementar o mercado de produtos a serem utilizados nas lavouras. O emprego de produtos industrializados na agricultura era tão crescente e a imagem que o governo queria que todos enxergassem, a da luta pela maior produção, era tão importante que, em julho de 1970, o próprio presidente da república Emiliano Garrastazu Médici, inaugurou um complexo industrial da Ultrafértil. Este era o maior produtor de fertilizantes da América Latina. Um grande exemplo da força que o

¹¹² MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹¹³ SZMRECSANYI, Tamas. Sugestão de um novo esquema de análise do setor agropecuário. IN: Revista Contexto. São Paulo, Hucitec, 4: 127-136, 1977. pg 128

¹¹⁴ SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*, Zahar, Rio de Janeiro 1981.

Brasil lançava mão para se tornar um dos maiores produtores no mercado de gêneros agrícolas, no momento.¹¹⁵

Como em todo o país, em São Paulo o número de equipamentos fornecidos pelas indústrias à agricultura evidencia mais um indício de que a política do *milagre* foi fator de grande importância para a modernização da produção no campo entre os anos de 1970 e 1975 como pode ser evidenciado nas tabelas a seguir.

Tabela 2 – Indicadores de Tecnificação Agrícola (1970 – 1975). Brasil e Unidades da Federação (% total de estabelecimentos)¹¹⁶

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	USO DE FORÇA MECÂNICA		USO DE FERTILIZANTES	
	1970	1975	1970	1975
Bahia	2,0	7,9	9,9	13,3
Minas Gerais	6,8	15,3	30,5	39,2
Espírito Santo	3,7	11,3	13,0	23,2
Rio de Janeiro	8,7	15,8	23,7	26,9
São Paulo	25,5	33,4	47,5	62,0
Paraná	8,8	25,6	14,8	27,6
Santa Catarina	10,8	10,5	33,4	42,1
Rio Grande do Sul	11,3	37,0	54,5	58,5
Goiás	13,9	27,2	5,6	19,7

¹¹⁵ Voz da Terra, 23/07/1907, p. 2

¹¹⁶ SILVA, José Graziano da; KAGEYAMA, Ângela A. A Produtividade e emprego na agricultura Brasileira. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (Org.) - *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983, (2), p. 207, Fonte: Censos agrícolas de 1970 e 1975.

Tabela 3. Quantidade de equipamentos – São Paulo

	1970	1975
Quantidade de tratores	67.213	101.359
Arados tração animal	332.001	263.768
Arados tração mecânica	69.644	112.410
Total de arados*	401.645	376.178
Caminhões	21.159	22.138
Caminhonetes e jipes	35.407	56.914
Embarcações	-----	1.313
Aeronaves	-----	84

Fonte: IBGE¹¹⁷

Se houve esse aumento da utilização de recursos na lavoura, fica claro que os agricultores, com a ajuda de crédito do governo, estavam obtendo lucro durante esse período e por conseqüência aumentando sua produção. Dinâmica que buscou todos os espaços *agricultáveis* do Brasil, atingindo o estado de São Paulo e chegando à microrregião de Assis. Região onde parte da produção agrícola, resultante dessa política *desenvolvimentista*, foi ampliada se estendendo em terras antes ocupadas por cafezais¹¹⁸ ou vegetações naturais, modificando o ambiente.

Quando há a afirmação de que a modernização da agroindústria trouxe aumento da produção em todo o estado de São Paulo, tal sentença inclui a microrregião de Assis.¹¹⁹

* No caso da quantidade de arados, a tabela deixa claro o aumento qualitativo e não quantitativo. Pois demonstra que havia mais desses equipamentos em 1970 do que em 1975, porém esse número alto de em 1970 se deve a grande quantidade de arados de tração animal que foram substituídos pelos mecânicos nos anos seguintes.

¹¹⁷ IBGE – Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

¹¹⁸ Quando citamos apenas os cafezais não é porque não existia outras lavouras, mas sim pelo fato do café ser predominante na região.

¹¹⁹ Em um primeiro momento pode parecer contraditório dizer que houve modernização na agroindústria brasileira e posteriormente a notícia se referir a aeronaves importadas, mas a utilização desse equipamento não deve ser interpretado como um fato isolado na produção. Uma vez que, se as grandes propriedades

Afinal, não seria por motivo contrário que os fazendeiros da localidade iriam adquirir aviões para suas propriedades. Não faria sentido pulverizar ou adubar pequenas plantações com aeronaves, nem haveria condições financeiras e de crédito, para pequenos produtores comprarem tal equipamento. Como foi visto na *tabela 2*, em 1970, não havia relatos de aviões na lavoura de São Paulo e em 1975 já existiam 84. Desse total, na microrregião de Assis se encontravam 35,7% dos donos desse equipamento, como cita um dado publicado pelo jornal *Voz da Terra* em agosto de 1974:

Constata-se que cerca de 90% dos produtores de soja e trigo da região utilizam pulverização aérea para aplicar veneno nas plantações. Apenas os pequenos produtores ainda não utilizam essa técnica. Na região há cerca de 30 aviões em operação, todos importados.¹²⁰

Os números da tabela, mostrando que em 1970 não havia aeronaves, para o uso agrícola, em todo o estado de São Paulo e a notícia do jornal, referindo-se a trinta aviões na região, apontam para um salto do uso de tecnologia pelos grandes proprietários. Aviões utilizados apenas pelos maiores produtores, o que confirma a tese de que os pequenos não foram incluídos nesse processo de modernização, mesmo porque não seria racional imaginar um avião pulverizando uma pequena propriedade.

Isso mostra que, apesar de mal distribuídos socialmente, os *benefícios* à agricultura foram bastante acentuados nesse período e responsáveis pelo grande aumento da produtividade e, principalmente, da área de plantio, com ônus para os pequenos proprietários e para os biomas da região.

chegaram ao ponto de adquirirem aviões, é evidente que a plantação ficou demasiadamente avultosa e que nela era recorrente o uso de outros equipamentos como tratores, arados e colhedeiças. Estes sim de fabricação nacional.

¹²⁰ *Voz da Terra*, 18/08/1974, p. 1.

Além das questões referentes ao aumento do tamanho das propriedades, da diminuição da quantidade de minifúndios e da *invasão* às vegetações nativas, esses novos métodos de cultivo evidenciam uma prática não empregada em período anterior na região: a utilização de pulverização aérea para aplicar veneno nas plantações. Essa nova técnica não deixa de ser mais um indício da influência do *milagre* na mudança da relação entre sociedade e ambiente na microrregião de Assis¹²¹. Não encontramos dados que comprovem os prejuízos ambientais gerados por uma possível contaminação do ambiente com a pulverização da lavoura. Porém, fica evidente que essa prática era muito diferente daquela utilizada anteriormente com o bombeamento manual. Com a pulverização aérea, o inseticida não atingia apenas o alvo pretendido, o vento e a própria leveza das partículas emanadas pelas naves levavam o veneno a se espalhar por áreas muito maiores e assim, provavelmente, contaminar muito mais espaços que não apenas as folhas das plantas. Sem contar ainda, com o fato de que o veneno que não atingia as plantas ficava depositado no solo e era absorvido junto com a primeira chuva, contaminando os lençóis freáticos e os mananciais de água da região.

Ainda no âmbito do desenvolvimento agroindustrial, o exemplo das aeronaves não é isolado desse contexto. No final da década de 1960 começou a existir um esforço maior por parte das indústrias ligadas à agricultura em aumentar as vendas de equipamentos e insumos aos produtores rurais em todo o país. E, a região em estudo, como sendo parte de um todo, também absorveu esse mercado.

A partir de 1969, a microrregião de Assis passou a ser alvo de muitas campanhas de vendas. O surgimento e o aumento do número de propagandas só fazem sentido quando

¹²¹ Sobre a utilização de venenos na lavoura existe uma declaração do senhor Sérgio Meloni sobre essa prática na página 44 do presente texto.

acontece, da mesma forma, o crescimento da procura por determinado produto. E o jornal da região, a partir de então, passa a ser um grande instrumento dessa relação entre a oferta e a procura por produtos ligados à agricultura. Esse tipo de publicidade não foi encontrado em nenhum dos exemplares, de veiculação diária, do jornal *Voz da Terra* entre janeiro de 1968¹²² e meados do ano seguinte. O que ajuda a comprovar a influência do *milagre* (1968-1974) na economia da região. Foi apenas em julho de 1969 que começaram a ser publicadas propagandas de tratores, debulhadeiras, desintegradores, semeadeiras, adubadeiras, arados, grades, plantadeiras, riscadores, pulverizadores, roçadeiras de pasto e acessórios para tratores em geral. Todos esses produtos distribuídos pela loja *Comercial Pró-agrícola de Assis Ltda.*¹²³ Já em setembro do mesmo ano, começam a ser difundidas propagandas, não observadas até então, dos tratores Valmet no *Voz da Terra*¹²⁴ e, evidenciando o êxito econômico dos produtores, dez meses depois essa mesma montadora anuncia um aumento de 41% das vendas na região.

Não podemos isolar esses dados. É evidente que o crescimento da propaganda de produtos ligados à agricultura e o aumento das vendas de tratores são fatores que estão ligados às mudanças nas atividades agrícolas na região. O *milagre* tinha se afirmado na microrregião de Assis e mudava a sua configuração econômica, ligada a agricultura e, conseqüentemente, à relação da sociedade com seu ambiente que se transformava em decorrência do aumento da produção no campo.

Reforçando a tese da influência do *milagre* no setor produtivo agrário, e também verificando a questão da propaganda no jornal como indício de alterações no quadro

¹²² O texto se refere a janeiro de 1968 apenas, porque a pesquisa no *Voz da Terra* se deu nos exemplares veiculados apenas entre 1968 e 1974, o período do *milagre*.

¹²³ *Voz da Terra*, 14/06/1969, p. 2.

¹²⁴ *Voz da Terra*, 01/09/1969, p. 1.

produtivo, ainda em setembro de 1969, tem início a campanha publicitária de caminhões da Mercedes Bens.¹²⁵ No dia dez de março de 1969, ocorre pela primeira vez, no jornal *Voz da Terra*, propagandas de caminhões da montadora Ford. Campanha que, semana após semana, se intensificou. Fica evidente a ligação entre o aumento na produção agrícola à necessidade de seu escoamento com a venda dos meios de transporte para tal empreitada.¹²⁶

Ainda em março de 1969, começa a veicular anúncio de tratores da marca Massey-Ferguson.¹²⁷ Essa informação, somada àquela sobre a venda de tratores da Valmet, se juntam a outra sobre o lançamento, pela prefeitura de Assis, de um projeto para treinamento e aperfeiçoamento dos tratoristas da região. Ou seja, o poder público municipal também teve participação nas ações de incentivo à produção oferecendo aos proprietários condições de qualificarem seus empregados para o uso dos equipamentos adquiridos.¹²⁸ Como o uso do trator era uma novidade na maioria dos casos, foi preciso investir em qualificação dos condutores desse equipamento e o governo municipal, pressionado pelo poder federal ajudava nas ações de incremento à produção agrícola na região.

O ano de 1969 foi aquele em que os impactos das medidas tomadas pelo governo, com a política do *milagre*, começaram a ser sentidos. Outra informação que reforça a evidência das mudanças na agricultura da região foi a da criação, em março desse ano, da ORAMAQ (Organização Assisense de Máquinas), um empreendimento especializado na venda de tratores e implementos agrícolas da fabricante Valmet.¹²⁹ Essa informação contribui para reforçar a sensação das mudanças, afinal não faria sentido investir no ramo

¹²⁵ *Voz da Terra*, 24/09/1969, p. 1.

¹²⁶ Afinal, diferentemente do escoamento do café pelas ferrovias em tempos anteriores, nas décadas de sessenta e setenta a maior parte da produção passa a ser transportada pelas rodovias.

¹²⁷ *Voz da Terra*, 10/03/1969, p. 1; *Voz da Terra*, 11/03/1969, p. 2.

¹²⁸ *Voz da Terra*, 26/08/1969, p. 1.

¹²⁹ *Voz da Terra*, 03/06/1969, p. 1.

de tratores e implementos, se as atividades agrícolas não fossem capazes de absorver a oferta desses produtos, até então quase desconhecidos dos agricultores da localidade.

Nos anos seguintes, as propagandas se intensificam, ocupando cada vez mais espaço nas páginas do *Voz da terra*. Como exemplo, em maio de 1971 começa uma campanha publicitária de outro tipo de implemento, a colheitadeira MF 210 da Massey-Ferguson, campanha inédita. Como foi preciso mais arados, tratores, qualificar os tratoristas, aviões para pulverizar a lavoura, fica evidente que equipamentos para colher a produção seriam muito bem aceitos. Eis a política econômica do *milagre* mudando a dinâmica agrícola e movimentando a economia da região.

3. 3. A Destruição Ambiental na Região

Esses dados mostram como o campo vinha se modernizando, primeiramente com os arados e tratores e posteriormente com colheitadeiras, sem contar as aeronaves. Sinais claros que evidenciaram o aumento das atividades econômicas no campo, mesmo que favorecendo um grupo reduzido de grandes proprietários e diminuindo a quantidade de vegetação nativa. É fácil perceber essa acumulação de capitais para os maiores fazendeiros e o prejuízo para as matas naturais observando as *tabelas 4 e 5*. A tabela traz números que apontam a quantidade de estabelecimentos rurais e a área total que eles ocupavam no estado de São Paulo.

Tabela 4. Número de estabelecimentos e área ocupada – São Paulo

	1970	1975
Quantidade de Estabelecimentos	326.780	278.959
Área ocupada pelos estabelecimentos (em ha)	20.416.024	20.761.500

IBGE¹³⁰

Nota-se, que a quantidade de estabelecimentos diminuiu enquanto a área plantada aumentou. Sinal claro de concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Reflexo dos incentivos governamentais para o aumento da produção e da produtividade que privilegiavam os detentores de capital e poderiam oferecer garantia de pagamento dos empréstimos. Esses, por sua vez, puderam aumentar suas terras, comprar mais e melhores equipamentos, maior quantidade de insumos, aumentando a produtividade e, assim, ter mais lucro e conseguir comprar mais terras. Um *círculo vicioso* que mudou a configuração social no campo e o ambiente da região. Essas mudanças ficam em evidência na tabela referente aos tipos de vegetação que continham as propriedades entre os anos de 1970 e 1975 no estado de São Paulo.

Tabela 5 – Conteúdo nas propriedades – São Paulo

	1970		1975	
	Estabelecimentos	Área em há	Estabelecimentos	Área em ha
Lavouras permanentes	115.523	1.451.520	111.413	1.433.349
Lavouras temporárias	252.331	3.590.773	206.698	3.640.081
Matas naturais	64.956	1.849.474	61.622	1.480.463
Terras incultas	64.826	1.124.723	42.860	759.836

IBGE¹³¹

¹³⁰ IBGE – Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

Para compreender as mudanças é necessário saber que as *lavouras permanentes* eram as de café ou laranja¹³², por exemplo. Já as *temporárias* se referem aos gêneros como a soja e o trigo¹³³ amplamente produzidos na microrregião de Assis durante esse período. Nota-se, na tabela, que as plantações permanentes diminuíram não só no número de estabelecimentos como na área plantada e as temporárias aumentaram. Mas, isso não significaria avanço das fronteiras agrícolas em direção às vegetações nativas se os números não apontassem, também, para uma diminuição da quantidade de matas naturais em 369.011 hectares. Isso apenas se referindo às *matas naturais*, pois o censo também traz dados sobre terras incultas que, na verdade, tratava-se de áreas de vegetação de menor porte como o cerrado que não era considerado, propriamente, *mata*. Ou seja, foram derrubados mais 364.887 hectares de cerrado que também era vegetação nativa. Somando-se os números das *matas naturais* e das *terras incultas*, entre 1970 e 1975, 733.898 hectares de vegetação desapareceram para dar lugar às atividades agrícolas segundo a *tabela 3*, nas grandes propriedades.

Uma amostra dessa dinâmica pode ser observada nos números das *tabelas 6 e 7* relativos à produção de soja e trigo em São Paulo:

¹³¹ IBGE – Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

¹³² Lavoura que o produtor planta as mudas ou sementes que se tornam vegetais adultos e não precisam ser arrancados para colher os frutos e que em um período seguinte produzirão novamente.

¹³³ Culturas que produzem suas sementes ou frutos uma vez apenas e precisam ser arrancados para dar lugar à novas plantas que também produzirão uma única vez e serão da mesma forma retiradas.

Tabela 6 – Soja Produzida – São Paulo

	1970	1975
Tonelada	92.317	629.577
Área (em ha)	69.423	341.774

IBGE¹³⁴

Tabela 7 – Trigo produzido – São Paulo

	1970	1975
Tonelada	10.810	34.199
Área (em ha)	12.680	

Fonte IBGE¹³⁵

Em cinco anos, o cultivo de soja aumentou 6,8 vezes em toneladas e a área plantada cresceu 490 %. A produção do trigo, por sua vez, teve um acréscimo de 3,1 vezes em toneladas¹³⁶. Esses números apontam o alcance do *milagre* na produção paulista apenas, porém, os dados a seguir mostram que a microrregião de Assis foi também fortemente influenciada. Se o trigo teve um aumento de 23.389 toneladas em todo o estado, a maior parte dessa produção se deu na região, como constatou o *Voz da Terra* em 1972:

(...) a produção deste cereal [trigo] nesta sub-região-agrícola, vem registrando índices de crescimento bastante satisfatórios, pois a sub-região de Itapetininga que era tradicionalmente considerada a principal produtora, já há algum tempo foi superada pela de Assis. Em 1970, colheu-se aproximadamente duzentas e quarenta mil sacas, em 1971 elevou-se a quatrocentas mil sacas. Este ano,

¹³⁴ IBGE – Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

¹³⁵ IBGE – Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

¹³⁶ A tabela do Censo referente à produção de trigo não continha dados concernentes à área plantada.

calcula-se que a safra deverá ser superior a seiscentas mil sacas, ou seja noventa por cento (90%) da produção de todo o Estado paulista.¹³⁷

Se houve um aumento de 6,8 vezes na produção de soja e 3,1 na de trigo em todo o estado de São Paulo, pode-se entender porque a microrregião de Assis foi tão devastada durante o período, a estimativa para colheita, em 1972, era atingir cerca de 90% da produção estadual.

Como foi visto na *tabela 4*, as áreas de São Paulo ocupadas por lavouras como as de café, foram reduzidas em 18.171 hectares e as de trigo e soja aumentadas em 49.308 hectares. Não foi uma simples troca de um gênero agrícola por outro, segundo tais números, as plantações de soja e trigo não caberiam no lugar das de café. Foi preciso avançar sobre as vegetações nativas, diminuíram 733.898 hectares em cinco anos. Sob tal ponto de vista e levando em consideração que a microrregião de Assis era a maior produtora de soja e trigo do estado, não seria surpresa a constatação de que esse tipo de cultivo também avançou sobre a sua vegetação natural. Sobre a substituição de mata nativa por gêneros agrícolas Sergio Meloni, em seu depoimento, disse:

(...) porque que foi nessa época de cinqüenta e sessenta que começou a Bossa Nova e nós não sabíamos o que estava acontecendo no Rio de Janeiro, mas nós gostávamos de ouvir falar em Bossa Nova e nós falávamos “roça nova” (risos). Então nós achávamos normal derrubar e fazer “roça nova”. Havia algo acontecendo no nosso país que eu não compreendia porque eu não tinha acesso à educação, eu não tinha estudo, mas eu sentia que algo estava acontecendo, e esse trocadilho nós fazíamos: “roça nova”. Então derrubamos o mato com maior... assim... tranqüilidade. Isso eu vi.

¹³⁷ Voz da Terra, 06/09/1972, p. 1.

O depoimento reforça a constatação feita pelos números do IBGE e ajuda a entender a forma de pensar do homem do campo que sentia uma mudança acontecendo e observava a ocorrência do aumento da fronteira agrícola. Ajuda a entender, ainda, como a mentalidade de lucro associada à produção e criação de *roças novas* estava presente nas formas de agir dos proprietários. A *tranqüilidade* com que se derrubavam as matas evidencia a pouca importância que a biodiversidade ocupava na forma de pensar das pessoas. Mas essa dinâmica, na época, não pode ser julgada como um ato de depredação por pura ganância. As questões ambientais e a mentalidade da preservação não estavam presentes no dia-a-dia das pessoas durante as décadas de 1960 e 1970. Mesmo porque os cientistas ainda não haviam feito tantas pesquisas que demonstrassem a importância da biodiversidade para o homem e mesmo aquelas que já existiam não eram divulgadas ou difundidas, como acontece nos dias atuais. Tanto os governos, quanto o homem do campo, e aí se incluem os grandes e os pequenos proprietários, viam as florestas apenas como um local com grande potencial para a agricultura, a partir de sua derrubada. Essa forma de pensar e agir pode ter contribuído para a diminuição das matas nativas na região.

Como já foi tratado anteriormente, no presente trabalho, não podemos analisar a derrubada das matas apenas como perda da cobertura vegetal nativa. Existe todo um sistema de inter-relações bióticas e abióticas que é modificado ou destruído com o desmatamento. Essa dinâmica traz inúmeras consequências para o ambiente e os seres humanos.

A mudança no campo não envolvia apenas a destruição dos biomas da região, ainda trazia outras alterações das formas de produção como o emprego de venenos e defensivos nas lavouras, antes não utilizados. Sérgio Meloni, que vivia no campo nesse período, relata

o uso de um tipo de veneno altamente tóxico e que, na década de 1990 foi proibido no Brasil. O pequeno produtor rural ao se referir a essa prática afirmou:

hoje há uma preocupação maior com o meio ambiente e eu posso citar que em sessenta e pouco usamos o “BHC”. O “BHC” é um famoso inseticida que lá nos Estados Unidos, acredito eu, já tinham proibido e acabaram trazendo para cá. Eu trabalhei com isso. O “BHC” era um produto para matar broca era normal você ver todos os proprietários usarem aquilo.¹³⁸

O uso desse tipo de defensivo passou a ser cada vez mais comum apesar da nocividade e o seu potencial de contaminação do solo e dos mananciais. Porém, no Brasil ainda não existia a preocupação com as possíveis conseqüências ao ambiente que determinadas práticas poderiam causar. E sendo assim, os incentivos governamentais ao crescimento da agroindústria alavancaram as vendas desses venenos que também fizeram parte das mudanças provocadas pelo *milagre* na microrregião de Assis.

Em agosto de 1970 teve início uma série de propagandas de inseticidas na região, fato inédito nas publicações do *Voz da Terra*. Uma campanha dizia:

Não deixe que os ácaros comam o seu lucro, proteja sua lavoura com TEDION V-18. (...) Aprovado e recomendado pelo Instituto Biológico de São Paulo. (...) Baixa toxicidade para o homem e animais domésticos.¹³⁹

O fato de ter baixa toxicidade não significava que o produto não era tóxico. Além do mais, o anúncio se referia apenas ao *homem e animais domésticos*, ou seja, se animais *não domésticos* fossem contaminados não haveria problema algum. E também não cita a grande probabilidade do produto atingir os lençóis freáticos ao penetrar no solo com a posterior irrigação ou mesmo com o efeito da chuva.

¹³⁸ Entrevista com Sérgio Meloni, p. 5.

¹³⁹ *Voz da Terra*, 29/08/1970, p. 1.

Diferentemente dos dias atuais, quando a maioria das empresas procura associar sua imagem a algum tipo de ação preservacionista, naquela época era com muito pouca preocupação que se faziam os anúncios publicitários. Afinal as empresas não eram julgadas *boas* ou *más* por terem a sua imagem associada à destruição do ambiente. Hoje a recorrência das discussões sobre meio ambiente faz com que a sociedade pense sobre os problemas ambientais diferentemente do que acontecia nas décadas de 1960 e 1970.

Essa análise entre presente e passado deixa claro a mudança das formas de pensar da sociedade daquela época em comparação as da atualidade. O referido anúncio mostra que não eram apenas os dirigentes do país que não se preocupavam com as atividades que envolviam a relação entre homem e ambiente, fabricantes, comerciantes, anunciantes e compradores desses produtos também pensavam da mesma maneira.

A inquietação, naquele momento, envolvia apenas o resultado positivo da produção, não havendo, dados que comprovem preocupação com as suas conseqüências ao ambiente. O objetivo, por parte do governo, era potencializar as atividades agrícolas de qualquer maneira, desenvolver a agroindústria, aumentar as exportações e o PIB brasileiro. Sendo que os grandes proprietários se aproveitavam desse contexto para aumentar suas propriedades e enriquecer-se cada vez mais.

Tabela 8 – Taxas de crescimentos do setor financeiro brasileiro

Ano	Taxa de crescimento do PIB %	Taxa de crescimento do setor primário (%)	Taxa de crescimento do setor secundário (%)	Exportações em US\$ 10 ⁶	Importações em US\$ 10 ⁶	Dívida externa em US\$ 10 ⁶
1966	5,1	3,1	11,7	1.741	1.303	2.956
1967	4,8	5,7	3,0	1.654	1.441	3.372
1968	9,3	1,4	15,5	1.881	1.855	3.916
1969	9,0	6,0	10,8	2.311	1.993	4.403
1970	9,5	5,6	11,1	2.739	2.507	5.295
1971	11,3	11,4	11,2	2.904	3.245	6.622
1972	10,4	4,5	13,8	3.991	4.235	9.521
1973	11,4	3,5	15,0	6.199	6.192	12.571
1974	9,6	8,5	8,2	7.951	12.635	17.166
1975	4,0	3,4	4,2	8.655	12.169	21.171

Conforme: Octavio Ianni.¹⁴⁰

As matas nativas não eram substituídas apenas em função do favorecimento dos latifundiários. O desmatamento tinha mais uma razão, o desenvolvimento de indústrias de maquinários, equipamentos e insumos. Sem contar outros fatores envolvidos como mostra a *tabela 8*, com dados sobre a produção de gêneros agrícolas (setor primário), setor de beneficiamento (secundário), e setor de comercialização.

Os resultados desses esforços, em termos de economia podem ser notados observando os números referentes ao aumento da produção e da produtividade agrícola entre 1967 e 1974. A tabela mostra que a exportação, somando os dois setores (primário e secundário) teve um salto de US\$ 1,654 bilhões em 1967 para US\$ 7,951 bilhões em 1974, quer dizer, a exportação aumentou 4,8 vezes neste período. Obteve, ainda, uma taxa de crescimento médio no setor primário de 5,84 % ao ano e uma taxa média anual de

¹⁴⁰ IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 43

crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 10,07 %.¹⁴¹ Números jamais contabilizados no país.

O mercado internacional, desenvolvido dentro do sistema capitalista, o *milagre* brasileiro e sua política econômica, somados à falta de preocupação da sociedade e dos dirigentes do país com o ambiente, refletiram na devastação florestal, acontecida, neste período, em todo país.

No estado de São Paulo o aumento da fronteira agrícola foi responsável pela destruição de 457 km² de Cerrado¹⁴². A microrregião de Assis passou a ser a maior produtora de soja e trigo do estado e uma região bastante devastada.

Para melhor compreender o aumento da fronteira agrícola e a diminuição das matas originais da região, apresentamos alguns dados sobre a lavoura na microrregião de Assis:

Tabela 9 – Lavouras presentes na Microrregião de Assis no período de 1970 a 1975

	1970		1975	
	Estabelecimentos	Área em ha	Estabelecimentos	Área em ha
Lavouras permanentes	2.865	26.861	2.154	22.598
Lavouras temporárias	8.940	129.912	6.808	197.437

Fonte IBGE¹⁴³

Na *tabela 9* podemos observar que, na microrregião de Assis, as lavouras temporárias cresceram e as permanentes diminuíram resultando em um aumento de 63.262 ha de terra cultivada. Assim, o trigo e a soja que ocupavam uma área, em 1975, maior do

¹⁴¹ IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 43

¹⁴² DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p. 309

¹⁴³ IBGE – Censo Agropecuário - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

que a do café, em 1970, utilizaram um espaço anteriormente ocupado por vegetações nativas. Os números mostram também que apesar de ter ocorrido um crescimento na área plantada, houve diminuição da quantidade de estabelecimentos, ou seja, passaram a existir menos propriedades, porém maiores que as anteriores.

Como fora observado anteriormente, a microrregião de Assis tinha, originalmente, seu território coberto por três tipos de vegetação: Latifoliada, Cerrado e Cerradão numa região de transição dos biomas Mata Atlântica e Cerrado.

Os 63.262 ha de vegetação derrubada, equivalentes a 263.591 campos de futebol representaram inúmeras mudanças na microrregião de Assis. As conseqüências do aumento desenfreado das fronteiras agrícolas, durante o período do *milagre econômico*, abrangem tanto as questões sociais do aumento da concentração de renda, quanto uma série de problemas ambientais como destruição da biodiversidade, agravamento dos processos erosivos e de desertificação, extinção de nascentes, entre outros.

As atividades agrícolas na microrregião de Assis, durante os anos do *milagre econômico*, além dos problemas sociais e ambientais, ajudaram a compor um quadro de dependência da agricultura, que a partir de 1975, com o advento do Pro-álcool, se baseou na produção sucroalcooleira e, até os dias atuais é, a atividade econômica predominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todos os lados que se olha ao viajar pelas estradas que cortam o espaço ocupado pela microrregião de Assis, percebe-se que a agricultura é o grande foco econômico. Boa parte da paisagem, hoje, é composta por canaviais, mas também apresenta plantações de grãos como o milho, a soja e o trigo.

A região é amplamente dependente da agricultura e teve nela a sua forja. Toda a dinâmica social e ambiental está ou esteve ligada aos cultivos de gêneros agrícolas desde o século XIX até os dias atuais, mas sem dúvida, o período do *milagre econômico* foi marcante e responsável por uma grande contribuição na moldagem das relações sócio-ambientais.

Nessa localidade, a política econômica de apoio à agricultura, ocorrida durante o *milagre econômico*, foi excludente e acentuou o processo de concentração de terras e de renda. A prática de incentivo ao aumento da produção e da produtividade alcançava apenas aos grandes proprietários que, com condições de oferecer garantias para empréstimos, conseguiam lucros avultosos e com isso adquirir mais terras, tanto por meio da compra das pequenas propriedades, quanto pelo avanço sobre as áreas ainda não exploradas.

Não dá para precisar as conseqüências dessa concentração de terras na região – afinal essa pesquisa não teve como objeto principal essa questão e por isso não se aprofundou nessa investigação – porém, são evidentes os graves prejuízos que a excessiva desigualdade na distribuição da renda causa ao próprio desenvolvimento econômico de uma localidade a longo prazo.¹⁴⁴ Sem contar a miséria que muitas famílias passam a viver depois

¹⁴⁴ FERNANDES, Florestan. *O roteiro da pobreza*. Folha de S.Paulo, Banco de Dados Folha, Acervo Online, 11/08/1995. Consulta em 10/04/2010.

que são pressionadas a abandonar o campo e a morarem nas cidades. A concentração de terras no campo apresenta um efeito visível nas áreas urbanas, a invasão de áreas que não interessam ao capital imobiliário, normalmente de preservação permanente e em condições inadequadas, como morros íngremes e áreas alagadiças. Lugares que são, geralmente, relegados ao segundo plano nas políticas públicas dos municípios.

A variante das conseqüências sociais não está isolada na lista das influências da política econômica do *milagre* na região. O ambiente também foi modificado em decorrência do acentuado uso dos recursos naturais durante esse período. A vegetação nativa da área que comporta a microrregião de Assis era constituída por mata latifoliada (Floresta Estacional Semi-decidual que constitui a vegetação típica do bioma Mata Atlântica), cerrados e cerradões. Este espaço tinha sua cobertura vegetal composta por uma zona de transição entre diferentes biomas, o que caracteriza uma potencialidade muito ampla de abrigar grande diversidade biológica.

O cerrado, apesar de muitas vezes relegado ao segundo plano na lista dos biomas mais importantes do Brasil, é responsável por cerca de 30% de toda a biodiversidade do país.¹⁴⁵ Assim, se analisarmos a quantidade de cerrado devastado durante o *milagre* na região, podemos ter uma noção de como a atividade agrícola foi responsável por prejuízos ambientais relacionados à perda da diversidade biológica.

Assim como devastação contínua do cerrado causa danos, a fragmentação da vegetação também origina transtornos. Impede o fluxo de material genético e a movimentação do conjunto de seres vivos animais e vegetais, além de favorecer a invasão e a dispersão de espécies exóticas. A maioria das Unidades de Conservação constitui um

¹⁴⁵Disponível em www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_2_111200610412.html acesso em 05/04/2010

fragmento isolado por atividades agrícolas ou pela expansão urbana, com uma fauna habitante sujeita a atropelamentos, mudança de hábitos, dieta e contaminação por agrotóxicos.

A Mata Atlântica, presente na faixa de transição que compõe o ambiente da região, é um dos biomas mais ricos em diversidade biológica do mundo e o número um do Brasil. Apenas no estado de São Paulo, que tinha cerca de 80% de seu território ocupado originalmente por Mata Atlântica, estima-se existirem 16% de todas as fanerógamas¹⁴⁶ e 73% de todas as pteridófitas¹⁴⁷ do país.¹⁴⁸

Outro dado impressionante sobre esse bioma é a enorme quantidade de espécies endêmicas, ou seja, que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar do planeta. São exemplos, 73 espécies de mamíferos, dentre os quais 21 espécies e subespécies de primatas.¹⁴⁹

Levando em consideração que Mata Atlântica e Cerrado fazem parte do ambiente da região e analisando os dados descobertos nessa pesquisa – que apontam para cerca de 63.262 ha de vegetação derrubada e bioma substituído por agricultura durante o *milagre econômico*, equivalentes a 263.591 campos de futebol – podemos concluir que a ação humana, apenas nesse período, ocasionou grandes mudanças no ambiente com a destruição desses biomas.

¹⁴⁶ Fanerógama ou fanerogâmica (do grego *phanerós*, aparente; *gamos*, gâmeta, através da forma latinizada *Phanerogamae*) foi o nome dado ao filo do Reino Plantae (plantas) de seres vivos que apresentam estruturas denominadas de flores, órgãos reprodutores facilmente observáveis.

¹⁴⁷ As pteridófitas são um grupo de vegetais vasculares sem sementes, com o cormo composto por raiz, caule e folhas. Incluem as samambaias e cavalinhas, entre outras.

¹⁴⁸ JOLY, C.A.; BICUDO, C.E.M.; orgs. Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil: síntese do conhecimento ao final do século XX - São Paulo: FAPESP, 1999.

¹⁴⁹ CAPOBIANCO, J. P. R. (Org) Dossiê Mata Atlântica, 2001. Instituto socioambiental. São Paulo, 2001.

Além dos problemas ambientais como erosão, assoreamento dos rios, possíveis mudanças na temperatura e no clima, entre outros, o problema da destruição da biodiversidade durante o período estudado fica muito evidente. Levando em consideração a existência de poucos estudos sobre biodiversidade antes da década de 1960 na região, é muito possível que, na localidade da microrregião de Assis, possam ter existido espécies, tanto de cerrado como de Mata Atlântica, que foram extintas antes mesmos de serem catalogadas pelos cientistas.

A relação do ser humano com o ambiente trouxe, para a localidade, conseqüências que, provavelmente, são irreversíveis. A dinâmica capitalista do lucro a qualquer custo foi prejudicial para o ambiente e para a própria sociedade, no entanto, fez parte de um contexto histórico específico no qual as relações econômicas, de trabalho e ambientais formavam uma dinâmica característica que resultou na devastação ambiental sem conhecimento de suas conseqüências.

Hoje, todavia, apesar do sistema econômico capitalista com sua ânsia de lucro ainda imperar nas relações sociais e ambientais, a humanidade pode contar com conhecimentos que levam à reflexões sobre as possíveis conseqüências do uso desenfreado dos recursos naturais e, portanto, agir segundo uma orientação menos destrutiva. Prática que era improvável na época do *milagre econômico*.

Os processos históricos na microrregião de Assis apresentam mudanças e permanências nas maneiras dos homens se relacionarem com seu ambiente. Assim como no passado, a agricultura continua sendo a atividade mais importante na região. Sua prática permanece ainda a causar problemas ambientais como no passado e traz, também, a incorporação de algumas *novidades* como a queima da cana-de-açúcar e a quase escravidão dos bóias-frias, responsáveis pela colheita do produto. Contudo, notamos que apesar da

destruição ambiental e dos problemas sociais fazerem-se presentes na sociedade, houve mudanças nas formas de pensar o ambiente. Há, atualmente, maior preocupação com os possíveis problemas ambientais e sociais que as atividades agrícolas possam causar. Obras como *A Extinção do Arco-íris*;¹⁵⁰ a criação e manutenção do Laboratório de História e Meio Ambiente no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Campus de Assis, além de inúmeras ONGs preservacionistas são exemplos de como o modo de pensar o ambiente passou por um processo de mudança em relação ao passado. Mesmo havendo, ainda, práticas nocivas ao ambiente, há também a procura, por parte da sociedade, de se repensar as relações com o ambiente de uma maneira sustentável. Um exercício inexistente durante o período do *milagre* no Brasil.

Atualmente é de grande importância esse exercício de se repensar as relações sócio-ambientais. Com tradições tão enraizadas na agricultura, desde o final do século XIX e, portanto, dependente dos recursos naturais para produzir, a sociedade da microrregião de Assis, incluindo o poder público, os produtores e a população em geral, deve refletir sobre seu relacionamento com o ambiente. Não apenas porque grande parte de sua receita é condicionada às boas condições de solo para a agricultura, mas pela importância da preservação, revelada nas últimas décadas pelas pesquisas científicas e, sobretudo, pela responsabilidade que os grupos sociais devem assumir perante os novos desafios ambientais enfrentados pela humanidade no seu cotidiano.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Jozimar Paes Leme de. *A extinção do arco-íris: ecologia e história*. Campinas, Papirus, 1998.

FONTES

Censos Agropecuários do Estado de São Paulo - 1970 e 1975: São Paulo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, IBGE.

Entrevista com Sérgio Meloni, 59 anos, diretor de colégio, realizada por Denilson Carignatto, em Cândido Mota, 11 de março de 2009. (ANEXO B)

Entrevista com Irma Baldo Dias, 55 anos, professora aposentada, realizada por Denilson Carignatto, em Cândido Mota, 15 de maio de 2009. (ANEXO C)

Jornal *Voz da Terra*: 1968 a 1974.¹⁵¹

¹⁵¹ A cronologia de fatos e acontecimentos referentes a questões agrícolas e ambientais no Jornal “Voz da Terra” entre 1968 e 1974 está anexada a este texto (ANEXO A).

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989. 202 p.

ALMEIDA, Jozimar Paes Leme de. *A extinção do arco-íris: ecologia e história*. Campinas, Papirus, 1998.

ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza: Pilhagem Ambiental e Nova (Des) Ordem Mundial*. São Paulo, UNESP, 1995.

ALVARENGA, Octávio Mello. *Agricultura Brasileira: realidades e mito*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1998.

AMADO, Janaína. **História e região: reconhecendo e construindo espaços**. IN: Silva, Marcos A. *Republica em migalhas: história regional e local*, 1990.

_____ ; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001

ANDRADE, Manuel Correia de. *Meio – Ambiente Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Hucitec, São Paulo, 1975.

ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema :uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2004.

BARELA, Liliana; MIGUEZ, Mercedes; CONDE, Luis Garcia. *Algunos Apuntes Sobre Historia Oral y cómo Abordala*. Buenos Aires. Dirección General Patrimônio e Instituto Histórico, 2009.

BLOCH, Marc L. Benjamim (1886-1944). *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região**. In: _____. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: 1989.

BRANNSTROM, Christian. *Documentos do Arquivo do Forum da Comarca de Assis no CEDAP, UNESP-Assis: uma fonte inédita para a história ambiental regional*. Pós-História, 5:217-36, 1997.

BRANT, Vinícius Caldeira. *Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis*. **Estudos CEBRAP**, 1977, nº 19: 39 – 91

CAPOBIANCO, J. P. R. (Org) Dossiê Mata Atlântica, 2001. Instituto socioambiental. São Paulo, 2001.

CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. **Como a história oral chegou ao Brasil**, (entrevista). *História oral*. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.167-179, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Imprensa, uma mercadoria política*. In: História e Perspectiva, Uberlândia, 1991: 131 – 139.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife : Fundação Joaquim Nabuco, 2002

COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1923.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. *Poder Local e Representatividade Político-Partidária no Vale do Paranapanema. 1920 – 1930*. Tese apresentada ao Instituto de Letras, História e

Psicologia de Assis, da Universidade Estadual Paulista, para a conclusão de Livre Docência. 1988.

DANTAS, Antônio Arruda. *Memória do patrimônio do Assis*. São Paulo: Editora Pannartz, 1978.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo 1880-1945*. Difusão Editora S.A., São Paulo, 1977.

_____. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

_____. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo, Ed. Nobel, 1990.

DELGADO, Guilherme C. *Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980*. in:

DIAS, Octacílio. *Estrutura Agrária do Brasil*. Osasco, Editora do Brasil, 1967.

DI CREDO, Maria do Carmo Sampaio. *A propriedade da terra no Vale Paranapanema: a fazenda Taquaral (1850-1910)*. Tese de Pós Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. Arte e Ciência, São Paulo, 2003.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**.

IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.177-197.

DURIGAN, G.;MELO, Antônio Carlos Galvão de; CONTIERI, Wilson Aparecido;

KAWABATA, Mitsuro. **Plantio e Enriquecimento em Linhas em Área de Cerradão,**

Assis, SP. In: Osmar Vilas Boas; Giselda Durigan. (org) *Pesquisas em conservação e recuperação ambiental no Oeste Paulista: resultados da cooperação Brasil/Japão*. 1 ed. São Paulo: Páginas e Letras, 2004, v.1, p. 409-418.

DUTRA, Sandro Cássio de. *Teatro Amador em Assis: da faculdade para cidade (1971 – 1980)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e

Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2002.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. IN: *Uso das fontes: a bibliografia acadêmica, o jornal e o documento oficial na pesquisa histórica*. IN: Cadernos de Estudo nº 13. Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 1995.

FANTIN, Elisangela Piva, *Memórias em Retalhos: Bruno Giovannetti entre o profissional e o intelectual*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 1996.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila A. N. (org). *O Brasil republicano. O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

FURTADO, Celso. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

GRAZIANO DA SILVA, José & KAGEYAMA, Ângela A. A Produtividade e emprego na agricultura Brasileira. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata (Org.) - *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

JOLY, C.A.; BICUDO, C.E.M.; orgs. *Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil: síntese do conhecimento ao final do século XX* - São Paulo: FAPESP, 1999.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1980.

JUNIOR, Luis de Castro Campos. *A agroindústria e o espaço urbano de Assis, Vila Prudenciana (1970-1991)*. Tese de Doutorado. UNESP – Assis, [s.n.], 1992.

KRONKA, Francisco José Do Nascimento ; NALON, Marco A ; MATSUKUMA, Ciro K ; KANASHIRO, M. M. ; YWANE, M. S. S. ; PAVAO, M. ; DURIGAN, G. ; LIMA, L. M. P. R. ; GUILLAUMON, João Regis ; BAITELLO, J. B. . *Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. v. 01. 200 p.

LEONARDI, Víctor. *Os historiadores e os rios*. Brasília: UNB/ paralelo 15, 1999.

LUZ, Luciano Ferreira da, *Os trilhos nas áreas urbanas: conflitos, desafios e oportunidades em dez cidades paulistas*. (Dissertação para a obtenção do título de mestre em ciências). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MACHADO, Júlio César dos Santos. *Dimensões do processo histórico de desenvolvimento econômico do primeiro cinquentenário do município de Assis (1905-1955)*. São Paulo: O Autor, 2005.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Ecologias em Terra Paulista (1894-1950) :as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. FCL-Assis : [s.n.], 2007

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 86 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversa com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORELI, Maria Silvia Moraes Nórdia. *Conceição de Monte alegre: cidade isolada no Vale do Paranapanema*. Dissertação para obtenção do título de Mestre, UNESP, Assis, 1988.

- NETO, Francisco Graziano. *Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- NÓBREGA, Maílson Ferreira da. *Desafios da Política Agrícola*, Rio de Janeiro, Gazeta Mercantil, CNPQ, 1985.
- NETO, Antonio Delfim. *Planejamento Para o Desenvolvimento Econômico*. EDUSP, São Paulo, 1966.
- NORA, Pierre. **O retorno do fato**, em LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1979.
- Parâmetros curriculares nacionais: História / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.
- PASTORE, Affonso Celso. *A Resposta da Produção Agrícola aos Preços no Brasil*. São Paulo, Editora Apec, 1973.
- PENÇO, Célia de Camargo Ferreira. *A “evaporação das terras devolutas” no Vale do Paranapanema*. Universidade de São Paulo, 1980.
- PONTING, Clive. *Uma História Verde do Mundo. Cidade*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1995.
- PRADO, Antonio Lazaro de Almeida. *Assis :passado, presente e futuro*. Assis: Conosco, 2003.
- PRESTES, Maria Elice B. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.
- RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia Vegetal*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2007.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. Ed. Contexto, São, 2002.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico cultural*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

ROMANELLO, Jorge Luiz. *Imagens e Visões do Paraíso no Oeste Paulista: um estudo do imaginário regional*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Assis, 1998

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*, Editora Hucitec – Edusc, São Paulo, 1978.

_____. *Espaço e sociedade*, Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

SCHUH, Eduward. *O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil*. Apec Editora, Rio de Janeiro, 1971.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

SILVA, Ricardo Siloto da. *Urdiduras e Tessituras Urbanas. Na história das Cidades, a Estrutura Territorial de Assis*. Tese de Doutorado pela UNESP – Campus de Assis, 1996.

SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e origens da Industrialização no Brasil*. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1977.

SILVA, Vera Alice Cardoso. **Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica**. IN: Silva, Marcos A. *Republica em migalhas: história regional e local*. 1990.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o Caipira Paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971.

SZMRECSANYI, Tãmas. *Sugestão de um novo esquema de análise do setor agropecuário*.

IN: *Revista Contexto*. São Paulo, Hucitec, 4: 127-136, 1977.

_____; SUZIGAN, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*.

São Paulo, Hucitec, 2002

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.198-215.

TANNO, Janete Leiko. *Dimensões da sociabilidade e da cultura :espaços urbanos, formas de convívio e lazer na cidade de Assis - 1920-1945*. Tese de Doutorado, UNESP – Assis, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. *O Grande Salto para o Caos*. Jorge Zahar, R. de Janeiro 1985

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VICTOR, Mauro A. M. *a devastação florestal*. São Paulo, Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1975.

VICTOR, Roseli Cristina R. *Uma Cooperativa Agrícola no Processo Capitalista do Vale do Paranapanema (1959 – 1990)*: Tese de Doutorado pela FCL – UNESP – Assis, 1994

ANEXO A

CRONOLOGIA DE FATOS E ACONTECIMENTOS SOBRE QUESTÕES AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS PUBLICADOS NO JORNAL VOZ DA TERRA ENTRE 1968 E 1974

Esta cronologia esquematiza os principais setores que envolvem o sistema econômico agroindustrial. Foi dividida, nesta tabela, apresentando notas, notícias, propagandas, manchetes, reportagens e editoriais que trataram sobre acontecimentos envolvendo agricultura e meio ambiente da localidade que compreende a microrregião de Assis no período entre 1968 e 1974, baseados no jornal *Voz da Terra*.

Os trechos transcritos foram divididos em seis setores: Produção Agropecuária, Suporte Institucional, Insumos Extra-Setoriais, Canais de Comercialização, Unidades de Processamento e Meio Ambiente. Esta divisão possibilitou agrupar os dados referentes a cada um destes setores em blocos separados, facilitando a pesquisa e a análise.

1. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

19/04/69	• Moradores da região reclamam da escassez de feijão: “Vem preocupando de certa forma as donas de casa a escassez do feijão. Face a sua falta, está havendo um relaxamento de preços exorbitante. Além do produto ser velho armazenado e só agora ele entra para o mercado consumidor. O fato não acontece só aqui, sucede-se em outras cidades, em vários Estados. Percebe-se o malogro da
----------	---

	agricultura brasileira.” ¹⁵²
10/07/69	• Geada queima cafezais de SP e Paraná. Em Assis, os prejuízos em cafezais chegaram a 30%. Em Ourinhos a perda foi total. A temperatura chegou a -2° dia 10/07. ¹⁵³
18/10/69	• Palmital reivindica a instalação de usina de açúcar no município. Baseando-se nas 180 mil toneladas de cana produzidas. ¹⁵⁴
18/08/70	• Estimulo a produção gera a previsão de um aumento de 9,1% na produção agrícola no país. ¹⁵⁵
17/10/70	• Fundação Getulio Vargas divulga que a safra colhida em 1969 teve um acréscimo na ordem de 6.3%. E lança a estimativa para aumento de 9% em 1970. ¹⁵⁶
13/01/71	• Divulgação do aumento da produção de feijão no país. ¹⁵⁷
09/02/71	• Estimativa de que a estiagem tenha prejudicado até 40% da produção agropecuária da região. ¹⁵⁸
07/04/71	• Agrônomos da Sub Região agrícola de Assis participam de curso sobre a plantação de trigo. ¹⁵⁹
16/04/71	• Apesar da lavoura enfrentar seca, estima-se que a produtividade não vai ser prejudicada. ¹⁶⁰
25/06/71	• Divulgada o aumento da produção de trigo no Brasil. ¹⁶¹
06/09/72	• VT publica previsão de que a região de Assis deverá colher 600 mil sacas de trigo em 1972: “a produção deste cereal nesta sub-região-agrícola, vem registrando índices de crescimento bastante satisfatórios, pois a sub-região de Itapetininga que era tradicionalmente considerada a principal produtora, já a algum tempo foi superada pela de Assis. Em 1970, colheu-se aproximadamente duzentas e quarenta mil sacas, em 1971 elevou-se a quatrocentas mil sacas. Este ano, calcula-se que a safra deverá ser superior a seiscentas mil sacas, ou seja noventa por cento (90%) da produção de todo o Estado paulista. ¹⁶²
20/09/72	• Estimativa de que a região de Assis colherá, em 1972, 90% da produção de trigo do Estado de São Paulo. ¹⁶³
20/09/72	• VT publica mais uma matéria sobre a previsão da produção record de trigo: “Os municípios pertencentes a esta sub-região-agrícola são treze, porem, os principais produtores são: Cruzália, com 6.040 alqueires do cereal; Maracá, que possui 5.500 alqueires de lavouras de trigo; Florínea, possuindo cerca de 2.400 alqueires; Paraguaçu Paulista, com área de plantio equivalente à de Florínea;

¹⁵² Voz da Terra, 19/04/69. p.1

¹⁵³ Voz da Terra, 12/07/69. p.1

¹⁵⁴ Voz da Terra, 18/10/69. p.3

¹⁵⁵ Voz da Terra, 18/08/70. p.1

¹⁵⁶ Voz da Terra, 17/10/70. p.4

¹⁵⁷ Voz da Terra, 13/01/71. p.2

¹⁵⁸ Voz da Terra, 09/02/71. p.1

¹⁵⁹ Voz da Terra, 07/04/71. p.1

¹⁶⁰ Voz da Terra, 16/04/71. p.1

¹⁶¹ Voz da Terra, 25/06/71. p.2

¹⁶² Voz da Terra, 06/09/72. p.1

¹⁶³ Voz da Terra, 20/09/72. p.1

	Cândido Mota, com 100.452 alqueires; Palmital, plantou 100.000 alqueires do cereal; Assis, com apenas 360 alqueires. ¹⁶⁴
28/09/72	• Produção de milho da região sobe 17% no 1º semestre, graças ao milho híbrido. ¹⁶⁵
04/10/72	• Chuva prejudica colheita de trigo na região. A estimativa é de perda de 50%. ¹⁶⁶
12/10/72	• Região de Assis perde, em razão da chuva, 540 mil sacas da 600 mil previstas para 72. ¹⁶⁷
26/01/73	• secretário da agricultura vem para Assis conversar com agricultores sobre a produção de soja. ¹⁶⁸
08/02/73	• Estimativa de que a região colherá 95 mil toneladas de soja em março de 73 (mais de 1 milhão de sacas de 60 quilos). Em rodízio com o trigo, vem se expandindo na região. ¹⁶⁹
06/04/73	• Governo federal tabela preço da semente de soja objetivando o aumento da produção. ¹⁷⁰
03/09/74	• Crise desestimula aumento da área de plantio de soja. A crise que atingiu a região em consequência da venda da soja a preços baixos pelo produtor, desestimula o aumento da produção. Mesmo assim, a área de plantio não foi reduzida. ¹⁷¹
05/09/74	• Super produção de trigo compensa o preço baixo da soja. A previsão é de que a região colherá, em 1974, dois milhões de sacas. ¹⁷²
14/09/74	• Crise na agricultura assola o Estado de São Paulo, mas a região de Assis está salva por ter 2 safras por ano (soja e trigo). ¹⁷³
21/09/74	• Cooperativas da região pedem providências para a resolução do problema de escoamento e estocagem de trigo. A superprodução é muito superior que a capacidade de armazenagem e distribuição. ¹⁷⁴

2. SUPORTE INSTITUCIONAL

11/01/69	• Governo reduz ICM sobre arroz. Governador toma essa medida considerada de emergência enquanto o governo federal não adotar providências que venham a
----------	--

¹⁶⁴ Voz da Terra, 20/09/72. p.1

¹⁶⁵ Voz da Terra, 28/09/72. p.1

¹⁶⁶ Voz da Terra, 04/10/72. p.1

¹⁶⁷ Voz da Terra, 12/10/72. p.1

¹⁶⁸ Voz da Terra, 26/01/73. p.1

¹⁶⁹ Voz da Terra, 08/02/73. p.1

¹⁷⁰ Voz da Terra, 06/04/73. p.1

¹⁷¹ Voz da Terra, 03/09/74. p.1

¹⁷² Voz da Terra, 12/09/74, p.1

¹⁷³ Voz da Terra, 14/09/74, p.1

¹⁷⁴ Voz da Terra, 21/09/74. p.1

	por fim à especulação que vem se verificando no comércio do produto. Medida tomada segundo orientações do Ministro da Fazenda. ¹⁷⁵
13/01/69	<ul style="list-style-type: none"> • Governo lança isenção de impostos para as exportações. • Em Assis, uma palestra aos exportadores para esclarecimentos da Lei 5.444 de 5/11/68 que dispõe a respeito da redução e isenção de impostos na exportação.¹⁷⁶
04/02/69	<ul style="list-style-type: none"> • Governo lança medidas para facilitar o contato do exportador. Secretaria Geral Adjunta para Promoção Social do Ministério das Relações Exteriores comunicou ao Departamento de Comércio Exterior da Federação que está colhendo dados dos exportadores para facilitar as negociações.¹⁷⁷
13/02/69	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeito de C. Mota, Lorival J. de Almeida, conseguiu junto a Diretoria Geral do Ensino Agrícola do Estado, a instalação do Colégio Estadual Técnico Agrícola.¹⁷⁸
14/02/69	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura de Assis lança programa que iniciará a eletrificação rural no município em março.¹⁷⁹
25/02/69	<ul style="list-style-type: none"> • Governador visita Paraguaçu Paulista acompanhado do secretário da agricultura para a inauguração da CEAGESP da cidade.¹⁸⁰
26/02/69	<ul style="list-style-type: none"> • Governador autoriza FESB a executar obras de água e esgoto beneficiando, entre outros, os municípios de Assis e Marília.¹⁸¹
04/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeito de Assis anuncia a intenção de construir um horto florestal para realizar a arborização da cidade.¹⁸²
10/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • Ford começa a divulgar, na região, propaganda de caminhão Ford V8 de 161 HP.¹⁸³
11/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa Massey-Ferguson começa a fazer propaganda de colhedeira. “é claro que não se pode falar em bons resultados de lavoura se você não consegue colher tudo o que planta. E para colher integralmente a soja, ou cereais como o arroz, o trigo ou o milho, não basta ter uma colhedeira qualquer...”¹⁸⁴
27/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeito de Assis vai a São Paulo tentar conseguir uma indústria de beneficiamento de algodão para a cidade. Nesse primeiro contato entre o prefeito e a empresa, Assis oferecerá água, energia elétrica, telefone, área de instalação e outros subsídios, o prefeito ressalta que Assis é centro produtor e consumidor de algodão.¹⁸⁵
28/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura tenta resolver problema de falta de água com a perfuração de poços semi-artesianos. Nesta data foram abertas as propostas de firmas interessadas em perfurar três poços semi-artesianos no município.¹⁸⁶
01/04/69	<ul style="list-style-type: none"> • Estado pretende “desenvolver” o interior. Secretária de Estado dos Negócios do

¹⁷⁵ Voz da Terra, 11/01/69, p. 1

¹⁷⁶ Voz da Terra, 13/01/69, p. 1

¹⁷⁷ Voz da Terra, 04/02/69, p. 2

¹⁷⁸ Voz da Terra, 13/02/69, p. 4

¹⁷⁹ Voz da Terra, 14/02/69, p.1

¹⁸⁰ Voz da Terra, 25/02/69, p.1

¹⁸¹ Voz da Terra, 26/02/69, p.3

¹⁸² Voz da Terra. 04/03/69, p.1

¹⁸³ Voz da Terra, 10/03/69, p.1

¹⁸⁴ Voz da Terra, 11/03/69, p2

¹⁸⁵ Voz da Terra, 27/03/69, p.4

¹⁸⁶ Voz da Terra, 28/03/69, p.1

	Interior vai tentar desempenhar o elo entre os municípios do Interior Paulista e os órgãos estaduais e federais. ¹⁸⁷
09/04/69	• FIESP e CIESP organizam o primeiro curso de Noções de Produção em Marília. ¹⁸⁸
06/08/69	• O INDA (Instituto Nacional de desenvolvimento Agrário) iniciou, em Assis, uma pesquisa sobre mão-de-obra no meio rural. O objetivo da pesquisa era o processamento do emprego da mão-de-obra rural, seu aproveitamento nas entressafras e o significado da modalidade física e social com suas implicações econômicas. Pretendia-se, ainda, um ajustamento à racionalização do trabalho e a preparação do meio rural para a introdução e expansão da tecnologia na agricultura. ¹⁸⁹
26/08/69	• Prefeitura lança projeto para a realização de cursos para tratoristas. ¹⁹⁰
24/09/69	• Prefeito de Assis, pela segunda vez no mandato, visita a zona rural. Alegou que fez isso para “sentir de perto os problemas que afligem os moradores”. ¹⁹¹
13/11/69	• Casa da Lavoura de Assis organiza grupo de agricultores e faz projeto para excursionar pelo RS com o intuito de conhecer as plantações de soja, trigo e arroz, e, adquirir sementes. O intuito é fundar uma Cooperativa de soja e trigo na região. ¹⁹²
25/11/69	• Prefeito de Paraguaçu Paulista, Mitsuo Marabayashi, solicitou da Secretaria da Agricultura um levantamento completo do solo do município, para serem enviadas ao IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), visando incentivar a agricultura. ¹⁹³
26/11/69	• Presidente da república envia projeto ao congresso, isentando produtos utilizados na agricultura do ICM. ¹⁹⁴
10/12/69	• Prefeito de Assis vai a São Paulo reivindicar à Sanbra a instalação de uma refinaria de milho na cidade. O jornal VT ressalta que o município plantou neste ano 3000 alqueires e que a estimativa para o próximo ano é de 5000 alqueires. ¹⁹⁵
15/12/69	• Governador Abreu Sodré autorizou a construção de Centro Rural em Assis. ¹⁹⁶
19/12/69	• O ministro da agricultura, Cirne Lima, declara: “O Brasil, com mais de 50% de sua área ainda desconhecida e inexplorada, necessita de volume humano que povoe e explore. Precisamos de governos que planejem e racionalizem escolas, estradas, agricultura e comércio para integração do Brasil desconhecido, essa grande herança do português e do Bandeirante Paulista. (...) Que se multipliquem as chamadas ‘Estradas para Onças’, como fora alcunhada a Belém-Brasília e

¹⁸⁷ Voz da Terra, 01/04/69, p.1

¹⁸⁸ Voz da Terra, 09/04/69, p.4

¹⁸⁹ Voz da Terra, 06/08/69, p.1

¹⁹⁰ Voz da Terra, 26/08/69, p.1

¹⁹¹ Voz da Terra, 24/09/69, p.2

¹⁹² Voz da Terra, 13/11/69, p.1

¹⁹³ Voz da Terra, 25/11/69, p.1

¹⁹⁴ Voz da Terra, 26/11/69, p.3

¹⁹⁵ Voz da Terra, 10/12/69, p.1

¹⁹⁶ Voz da Terra, 15/12/69, p.1

¹⁹⁷ Voz da Terra, 19/12/69, p.3

	posteriormente a Brasília-Acre”. ¹⁹⁷
16/07/70	• Prefeito de Cândido Mota reivindica, ao Governador, a ampliação do Colégio Agrícola. ¹⁹⁸
23/07/70	• Presidente Médici inaugura um complexo industrial da Ultrafértil, o maior centro produtor de fertilizantes da América Latina. • Pela primeira vez, surge uma coluna no jornal, para tratar de assuntos referentes a agricultura: “Coluna Agrícola”. Nesta primeira edição traz orientação para a realização de “Rotação de Cultura”. ¹⁹⁹
24/07/70	• O deputado Braz Nogueira anuncia a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). ²⁰⁰
29/07/70	• Anuncio do lançamento do Projeto Espacial de lançamento de satélites para o estudo dos recursos terrestres. Diz o anúncio: “a sua missão é a de ajudar a humanidade a satisfazer suas necessidades de alimento, água e combustível. (...) A General Elétric assinou um contrato de 50 milhões de dólares com a NASA para a construção de dois satélites de tecnologia para recursos terrestres. (...) poderia contribuir para satisfazer a necessidades materiais da humanidade. (...) Poderia, ao mesmo tempo, contribuir na batalha mundial contra a contaminação do meio ambiente.” ²⁰¹
30/07/70	• Programa de estímulo à produção agrícola na região Centro-Sul. Uma nota no jornal diz: “a campanha terá como base a concessão de amplo crédito financeiro aos agricultores e orientação de tendência de mercado interno e externo”. ²⁰²
07/08/70	• É publicada pela segunda vez a “Coluna Agrícola” no VT. Traz notas sobre produção nacional de fumo e sobre o cultivo de hortaliças. • Os ministros da Agricultura e da Fazenda, Cirne Lima e Delfin Neto mandam uma carta aos prefeitos da região Centro-sul, incluindo o prefeito de Assis, Tufi Jubram: “Senhor Prefeito: A esperança invade o campo. O governo federal está deflagrando, em toda a região Centro-Sul do País a Campanha da Agricultura. O êxito dessa campanha depende muito do seu prestígio, da sua liderança, do seu patriotismo. Vossa Senhoria está convocado para plantar o otimismo no seu município. Para quebrar todos os recordes de produtividade agrícola. Estamos em tempo de vitória. Todos os veículos de comunicação foram mobilizados pelo governo federal para conscientizar o agricultor da importância do seu trabalho para o progresso efetivo do Brasil. Para informar o agricultor sobre medidas governamentais de estímulo ao plantio: crédito a juros reduzidos, para a aquisição de mudas e sementes selecionadas, inseticidas e fertilizantes, corretivos de solo, máquinas e equipamentos para

¹⁹⁸ Voz da Terra, 16/07/70, p.2

¹⁹⁹ Voz da Terra, 26/07/70, p.1

²⁰⁰ Voz da Terra, 24/07/70, p.1.

²⁰¹ Voz da Terra, 29/07/70, p.5

²⁰² Voz da Terra, 30/07/70, p.1

	<p>alguns produtos, estímulos fiscais.</p> <p>O banco do Brasil e todos os órgãos ligados aos Ministérios da Agricultura e da Fazenda estão empenhados nesse esforço de aumento e melhoria das próximas safras.</p> <p>Vossa Senhoria está sendo convocado pelo Brasil, nesta hora, para assumir um posto de comando. Esclarecer a população. Use a sua influência. Enfeite a cidade. Idealize promoções e festas, com a participação do produtor agrícola. Institua concursos. Convoque o homem do campo para apressar o futuro.</p> <p>Plante.</p> <p>A queda de produtividade em seu município significará um passo a traz na arrancada brasileira em direção ao amanhã.</p> <p>Estamos certos de que isso não vai acontecer, pois contamos com a sua total adesão ao esforço do Governo em favor do Brasil.</p> <p>Estamos em tempo de vitória.</p> <p>Plante”.²⁰³</p>
12/08/70	<ul style="list-style-type: none"> • A Coluna Agrícola é publicada pela terceira vez. Traz uma listagem dos países que produzem café.²⁰⁴
13/08/70	<ul style="list-style-type: none"> • a Coluna agrícola é publicada pela quarta vez. Traz matéria sobre a produção de vinho no Brasil, sementes hortícolas e produção de mamonas.²⁰⁵
26/08/70	<ul style="list-style-type: none"> • Visando auxiliar o governo federal na campanha de incentivo a agricultura, o governador do Estado de SP determinou várias providências para aumentar a produção de sementes de milho, soja e amendoim. O governador pediu, ainda, ao Banco do Estado, uma dinamização no esquema de financiamento ao produtor de sementes. Também reservou recursos na ordem de 20 milhões de cruzeiros para pesquisas na área.²⁰⁶
04/09/70	<ul style="list-style-type: none"> • O ministro da agricultura, Cirne Lima, estabeleceu 16 projetos com o fundo de 884 milhões de cruzeiros. Visando o fomento a produção agrícola, irrigação, eletrificação rural, centrais de abastecimentos e colonização dos espaços vazios.²⁰⁷
19/09/70	<ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 20 agrônomos reuniram-se em Assis, na Casa da Lavoura, para assistirem curso ministrado por técnicos do IAC (Instituto Agrônômico de Campinas) sobre técnicas para aumentar a produtividade.²⁰⁸
07/10/70	<ul style="list-style-type: none"> • O Deputado Abílio Nogueira Duarte aproveitou indicação ao governador do Estado pleiteando a construção de Armazéns da CEAGESP em Maracá e Florínea.²⁰⁹
13/10/70	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura de Cândido Mota Firmou convênio com a Diretoria de Ensino Agrícola da Secretaria de Educação, para ampliar o Colégio Técnico Agrícola.²¹⁰
17/10/70	<ul style="list-style-type: none"> • Propaganda do Banco do Estado de S. P. S/A: “Queremos que a próxima safra seja a mais abundante e lucrativa de todos os tempos. Um dos principais

²⁰³ Voz da Terra, 07/08/70, pp.1, 3.

²⁰⁴ Voz da Terra, 12/08/70, p.3

²⁰⁵ Voz da Terra, 13/08/70, p.3

²⁰⁶ Voz da Terra, 26/08/70, p.1

²⁰⁷ Voz da Terra, 04/09/70, p.1

²⁰⁸ Voz da Terra, 19/09/70, p.4

²⁰⁹ Voz da Terra, 07/10/70, p.1

²¹⁰ Voz da Terra, 13/10/70, p.2

	objetivos do Banco do Estado de São Paulo é colocar a agricultura entre as atividades rendosas deste país”. ²¹¹
28/10/70	• O prefeito de Assis e o presidente da CEAGESP, Dr David Maluf, assinaram a escritura doando uma área de 6.424 metros quadrados para a construção de um silo com capacidade para sete mil e quinhentas toneladas.
12/11/70	• O Conselho Monetário Nacional autorizou o Banespa a operar financiamentos sob garantia de notas de crédito rural, no Programa de Renovação da Cafeicultura Brasileira. ²¹²
19/11/70	• VT publica declaração do ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Edgard Teixeira Leite, de que o governo vai investir na agricultura na Amazônia: “A Amazônia será o grande Pólo econômico do Brasil e um dos centros mais importantes do mundo, quando forem completados os meios de comunicação rodoviários, os pontos de apoio aos transportes aéreos que serão cada vez mais utilizados, os demais instrumentos de pesquisa e a prospecção de seu solo. (...) iremos ter um novo ciclo econômico, como já tivemos o de pau-brasil durante muitos anos, o do ouro, o do diamante e do açúcar no Nordeste e, depois, o do café, como o da borracha por poucos anos. (...) ali se encontram todos os tipos de terras inclusive as famosas ‘terras roxas do Paraná’”. ²¹³
26/11/70	• VT publica declaração do ministro dos transportes, Mário Andreazza: “A Amazônia, com grandes vales férteis e importantes jazidas minerais, demograficamente vazias, tem sua população concentrada em pequenos aglomerados as margens dos rios navegáveis. A solução para os dois problemas foi encontrada com a construção de uma grande rodovia que servisse como via de penetração e de conquista para a Amazônia. (...) Sobre essa imensa base física na Amazônia, uma vasta rede de rios navegáveis, entretanto os rios não podem cumprir sozinhos a missão colonizadora, daí a necessidade da construção de uma estrada pioneira.” ²¹⁴
23/11/70	• Ministro do Interior, Gal. Costa Cavalcante, declara que “o espectro da fome no mundo tende a diminuir diante da potencialidade da pecuária da Amazônia” ²¹⁵
14/01/71	• Notícia de que haverá em breve a inauguração de um Centro Rural em Tarumã. Centro que terá a função de integrar o homem rural ao meio social. ²¹⁶
09/02/71	• Inauguração de três escolas na Zona Rural de C. Mota. ²¹⁷
11/02/71	• Universitários de Assis se juntam aos produtores numa campanha contra a ferrugem do café. ²¹⁸
12/03/71	• Casa da Agricultura de Assis lança campanha para orientação e esclarecimentos aos cafeicultores sobre a ferrugem do café. ²¹⁹
16/03/71	• É lançada oficialmente em toda região campanha contra a Ferrugem do café. ²²⁰

²¹¹ Voz da Terra, 17/10/70, p.1

²¹² Voz da Terra, 12/11/70, p.1

²¹³ Voz da Terra, 19/11/70, p.2

²¹⁴ Voz da Terra, 26/11/70, p.2

²¹⁵ Voz da Terra, 23/11/70, p.3

²¹⁶ Voz da Terra, 14/01/71, p.1

²¹⁷ Voz da Terra, 09/02/71, p.1

²¹⁸ Voz da Terra, 11/02/71, p.1

²¹⁹ Voz da Terra, 12/03/71, p.1

²²⁰ Voz da Terra, 16/03/71, p.1

25/03/71	• Quatá também entra na luta contra a ferrugem do café. ²²¹
30/03/71	• Região de Assis ganha mais 200 kms de eletrificação rural. ²²²
13/04/71	• Notícia sobre a criação de infraestrutura para a introdução da industrialização no interior de SP. • Notícia sobre a oferta de transporte gratuito para estudante da zona rural • Vereador defende, em plenária, os interesse dos cafeicultores. ²²³
16/04/71	• A cidade de Cândido Mota recebe a visita do Secretário da Agricultura. ²²⁴
20/04/71	• Notícia sobre mais um trecho de eletrificação rural inaugurado em C. Mota (noticia que se repete em 27/04). ²²⁵
27/04/71	• Prefeito de C. Mota reivindica Centro Rural para Frutal do Campo. ²²⁶
25/07/71	• Preocupação do governador com a interiorização e a infraestrutura agrícola. • Preocupação do governador em aperfeiçoamento de mão-de-obra no campo. ²²⁷
29/05/71	• Vereador de Assis pede a construção de um Distrito agro-industrial. • Anunciada a pavimentação da estrada Londrina-Sertãoópolis-Assis. ²²⁸
01/06/71	• Palmital reivindica a construção de uma ponte ao Secretário Maluf. ²²⁹
03/06/71	• Governo faz investimento de Milhões de Dólares para a produção de sementes melhoradas. ²³⁰
12/06/71	• Inauguração do Centro Rural de Tarumã. ²³¹
25/06/71	• Prefeito de Assis inaugura escola na Zona Rural. ²³²
01/07/71	• Cândido Mota inaugura o 1º plano de eletrificação rural. ²³³
20/07/71	• Governador lança programa para a eletrificação rural. • Governador determina a intensificação do combate à ferrugem. ²³⁴
10/07/71	• C.Mota inicia nova etapa de ampliação de Colégio Agrícola. ²³⁵
21/08/71	• Inauguração do Centro Rural de Tarumã dia 22. ²³⁶
07/09/71	• Secretário dos transportes, Paulo Maluf nega pedido de construção de ponte em Palmital. Mas anuncia que recapeara rodovia C. Mota – Assis. ²³⁷
18/10/71	• Prefeito de Assis inaugura escola na Zona Rural. ²³⁸
24/11/71	• Assis tem a pretensão de implantar uma Faculdade de agronomia.
21/12/71	• Colégio Agrícola de C.Mota diploma a Primeira turma. ²³⁹

²²¹ Voz da Terra, 25/03/71, p.1

²²² Voz da Terra, 30/03/71, p.1

²²³ Voz da Terra, 13/04/71, pp. 1, 2.

²²⁴ Voz da Terra, 16/04/71, p.4

²²⁵ Voz da Terra, 20/04/71, p.1

²²⁶ Voz da Terra, 27/04/71, p.1

²²⁷ Voz da Terra, 25/07/71, p.1

²²⁸ Voz da Terra, 29/05/71, pp. 1, 4.

²²⁹ Voz da Terra, 01/06/71, p.1

²³⁰ Voz da Terra, 03/06/71, p 3

²³¹ Voz da Terra, 12/06/71, p.1

²³² Voz da Terra, 25/06/71, p.4

²³³ Voz da Terra, 01/07/71, p.1

²³⁴ Voz da Terra, 20/07/71, pp. 1, 4.

²³⁵ Voz da Terra, 10/07/71, p. 1

²³⁶ Voz da Terra, 24/08/71 p. 3.

²³⁷ Voz da Terra, 07/09/71, p.2

²³⁸ Voz da Terra, 18/10/71, p.1

²³⁹ Voz da Terra, 21/12/71, p.1

30/12/71	• C. Mota também disputa a faculdade de agronomia. ²⁴⁰
27/09/72	• Prefeitura de Palmital lança projeto de eletrificação rural para se igualar a de Cândido Mota ²⁴¹
07/10/72	• Divulgação de resultados do CENA (Centro de Energia Nuclear na Agricultura). O CENA esta pesquisando mutações em plantas para ajudar na produção agrícola. “Graças ao átomo, a humanidade dispões de 96 novas variedades de plantas “inventadas” pela agricultura nuclear.(...) Tudo isso é abrangido pelas pesquisas do CENA. (...) O arado nuclear do Brasil já esta em ação.” ²⁴²
17/10/72	• Prefeitura de Cândido Mota coloca em prática o segundo plano municipal de eletrificação rural. Depois do primeiro que beneficiou 500 propriedades rurais, o segundo vai levar energia a mais 19 bairros rurais. ²⁴³
26/10/72	• Governador Laudo Natel, autoriza a construção da chamada rodovia do trigo, que vai da Raposo Tavares km 484 até o município de Pedrinhas Paulista, para o escoamento da produção da região. ²⁴⁴
15/11/72	• Eleições municipais. ²⁴⁵
17/11/72	• O candidato Abílio Nogueira Duarte vence as Eleições em Assis. ²⁴⁶
30/11/72	• O secretário dos transportes, Paulo Maluf, determinou o apressamento de várias obras rodoviárias em execução no interior, tendo em vista os objetivos do governador com o lançamento do PROINDE – Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento. A PROINDE Assis-Marília tem previsão de ficar pronta em abril de 1973. ²⁴⁷
06/12/72	• Palmital reivindica silos graneiros para armazenar sua produção agrícola. ²⁴⁸
09/12/72	• Inaugurada por Maluf a estrada Ourinhos-Assis. ²⁴⁹
28/12/72	• Iniciou o projeto de construção da Ponte Melo Peixoto, sobre o rio Paranapanema que liga São Paulo ao Paraná. ²⁵⁰
16/01/73	• Prefeitura de Cândido Mota doa área de 4.300 m ² para a implantação de uma industria de beneficiamento de madeira. ²⁵¹
17/01/73	• Começa a instalação da rede elétrica na zona rural de Palmital. ²⁵²
26/01/73	• secretário da agricultura vem para Assis conversar com agricultores sobre a produção de soja. ²⁵³
01/02/73	• Novo prefeito de Assis, Abílio Duarte, toma posse. ²⁵⁴
13/02/73	• prefeito de Cândido Mota vai a São Paulo pedir o início da rodovia do trigo. ²⁵⁵

²⁴⁰ Voz da Terra, 30/12/71, p.1

²⁴¹ Voz da Terra, 27/09/72, p.2

²⁴² Voz da Terra, 07/10/72, p.5

²⁴³ Voz da Terra, 17/10/72, p.2

²⁴⁴ Voz da Terra, 26/10/72, p.2

²⁴⁵ Voz da Terra, 15/11/72, p.1

²⁴⁶ Voz da Terra, 17/11/72, p.1

²⁴⁷ Voz da Terra, 30/11/72, p.6

²⁴⁸ Voz da Terra, 06/12/72, p.3

²⁴⁹ Voz da Terra, 09/12/72, p.1

²⁵⁰ Voz da Terra, 28/12/72, p.1

²⁵¹ Voz da Terra, 16/01/73, p.3

²⁵² Voz da Terra, 17/01/73, p.3

²⁵³ Voz da Terra, 26/01/73. p.1

²⁵⁴ Voz da Terra, 01/02/73. p.1

01/03/73	• Assistência Técnica do governo estadual divulga a produção de 1.500.000 sacas (de 30 quilos) de sementes para a cotonicultura. ²⁵⁶
06/04/73	• Governo federal tabela preço da semente de soja objetivando o aumento da produção. ²⁵⁷
07/04/73	• É divulgado o balanço da Coopermota. ²⁵⁸
11/04/73	• Divulgado o resultado da produção agrícola da região: a sub-região-agrícola de Assis produziu na última safra: 930.920 arrobas de algodão; 397.780 sacas de amendoim; 217.200 sacas de arroz; 937.660 toneladas de cana de açúcar; 310.100 toneladas de mandioca; 929.800 sacas de milho; 355.720 sacas de soja; 300 mil sacas de trigo; 102.393 sacas de café e um plantel de 220.125 cabeças de gado. ²⁵⁹
04/09/74	• As cooperativas Agrícola Mista da Colônia Riograndense, Agrícola Mista de Pedrinhas Paulista e dos Cafeicultores da Média Sorocabana Ltda, reuniram-se no dia 31 de agosto. Um dos objetivos da fusão seria a comercialização racional de produtos e a aquisição mais barata de insumos. ²⁶⁰
18/09/74	• associação Comercial e Industrial de Assis começa a fazer planos para a criação de uma feira agropecuária na região. ²⁶¹
21/09/74	• Cooperativas da região pedem providências para a resolução do problema de escoamento e estocagem de trigo. A superprodução é muito superior que a capacidade de armazenagem e distribuição. ²⁶²
21/09/74	• Secretaria da Justiça entrega 1.161 títulos de terras a posseiros. ²⁶³
28/09/74	• Para resolver o problema da estocagem do trigo, cooperativas querem industrialização do cereal na região. ²⁶⁴
02/10/74	• Cooperativas da região se organizam para resolver problemas de estocagem. Projeto de construção de silo com capacidade para 50 mil toneladas foi aprovado. ²⁶⁵
05/10/74	• Cooperativa agrícola de Maracá construirá Silo em Assis. ²⁶⁶
10/10/74	• Deputado Santilli Sobrinho pede ao governo do Estado, uma verba de três milhões para solucionar o problema da voçoroca que ameaça a Vila Tênis Clube e a Vila Operária. ²⁶⁷
15/10/74	• Câmara de Assis vota o projeto da erosão da Vila Operária e Vila Tênis Clube. ²⁶⁸

²⁵⁵ Voz da Terra, 13/02/73. p.4

²⁵⁶ Voz da Terra, 01/03/73, p.4

²⁵⁷ Voz da Terra, 06/04/73. p.1

²⁵⁸ Voz da Terra, 07/04/73. p.4

²⁵⁹ Voz da Terra, 11/04/73. p.4

²⁶⁰ Voz da Terra, 04/09/74, p.1

²⁶¹ Voz da Terra, 18/09/74. p.1

²⁶² Voz da Terra, 21/09/74. p.1

²⁶³ Voz da Terra, 21/09/74. p.3

²⁶⁴ Voz da Terra, 28/09/74. p.1

²⁶⁵ Voz da Terra, 02/10/74. p.1

²⁶⁶ Voz da Terra, 05/10/74. p.6

²⁶⁷ Voz da Terra, 10/10/74. p.1

²⁶⁸ Voz da Terra, 15/10/74. p.1

3. INSUMOS EXTRA-SETORIAIS

03/01/69	<ul style="list-style-type: none"> • Propaganda de colheitadeira Massey-Ferguson no VT: “uma indústria internacional, com fábrica no Brasil, que produz praticamente a metade de todos os tratores e implementos vendidos no país”. Essa propaganda se repete em quase todas as edições do ano.²⁶⁹
11/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • O Centro de Turismo de Portugal no Brasil enviou a FIESP e CIESP, Departamento de Comercio Exterior, ofício comunicando a realização da I Exposição Internacional Metal-mecânica industrial e agrícola (...) A exposição mostrará maquinas e equipamentos para as industria extrativas, transformadoras, equipamentos para secagem, refrigeração e desidratação de produtos agrícolas.²⁷⁰
26/03/69	<ul style="list-style-type: none"> • Empresários se interessam em montar indústria de moagem de calcário. Diz o texto: Como se sabe, o calcário é utilizado para corrigir a acidez do solo, para posteriormente ser aplicado o adubo o que vai permitir uma melhor e maior produção ao lavrador.²⁷¹
03/06/69	<ul style="list-style-type: none"> • Propaganda da Agrocere: “Plante com segurança”. “Agrocere, o milho que vale um milhão”. • Inaugura em Assis a ORAMAQ, Organização Assisense de Máquinas Ltda. Esta organização é especializada na venda de tratores e implementos agrícolas Valmet.²⁷²
14/06/69	<ul style="list-style-type: none"> • Começa a ser publicada propaganda de tratores, debulhadeiras, desintegradores, semeadeiras, adubadeiras, arados, grades, plantadeiras, riscadores, pulverizadores, roçadeiras de pasto e acessórios para tratores em geral. Todos distribuídos pela loja “Comercial Pró-agrícola de Assis Ltda”.²⁷³
01/09/69	<ul style="list-style-type: none"> • Começa a ser publicada propagandas de tratores VALMET 60id.²⁷⁴
24/09/69	<ul style="list-style-type: none"> • Tem início uma série de propagandas de caminhões Mercedes Bens: “invente uma carga, nós temos a solução para ela”.²⁷⁵
04/07/70	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa de tratores e implementos agrícolas Valmet ressalta que as vendas aumentaram 41%.²⁷⁶
08/08/70	<ul style="list-style-type: none"> • Começa a ser divulgada propaganda da ORAMAQ (Organização Assisense de Maquinas Ltda) das colhedeadas CASE e da grade de arado de discos ROME, com financiamento bancário de 100%.²⁷⁷
29/08/70	<ul style="list-style-type: none"> • Tem início uma série de propaganda de inseticida: “não deixe que os ácaros comam o seu lucro, proteja sua lavoura com TEDION V-18. (...) Aprovado e

²⁶⁹ Voz da Terra, 03/01/69, p.2

²⁷⁰ Voz da Terra, 11/03/69, p.1

²⁷¹ Voz da Terra, 26/03/69, p.1

²⁷² Voz da Terra, 03/06/69, p.1

²⁷³ Voz da Terra, 14/06/69, p.2

²⁷⁴ Voz da Terra, 01/09/69, p.1

²⁷⁵ Voz da Terra, 24/09/69, p.2

²⁷⁶ Voz da Terra, 04/07/70, p.1

²⁷⁷ Voz da Terra, 08/08/70, p.1

	recomendado pelo Instituto Biológico de São Paulo. (...) Baixa toxicidade para o homem e animais domésticos.” ²⁷⁸
10/09/70	• A produção nacional de tratores aumentou em 45 % (...). A Valmet do Brasil iniciou o ano de 1970 vendendo no mês de janeiro 164,5 % mais do que no mesmo mês do ano anterior. ²⁷⁹
27/11/70	• VT publica propaganda de herbicida. : “Enquanto na maioria das plantações de cana-de-açúcar um homem leva 25 dias para capinar um alqueire, alguns usineiros e fornecedores de cana já descobriram que é possível fazer isso em apenas um dia, com o mesmo homem. (...) o produto usado para tratar as plantações é o herbicida 2.4-D, apresentado no comércio com vários nomes. Trata-se de líquido com cheiro ativ, que não oferece perigo ao manuseio e não prejudica as plantas, desde que corretamente aplicado”.
14/05/71	• Começa a ser publicada, quase diariamente, propaganda da empresa Massey Ferguson, de sua Colheitadeira MF 210. Utilizando o slogan: “Plante Mais e Colha Melhor” ²⁸⁰
09/09/72	• Propaganda da ULTRAFÉRTIL: “olha o que você perde quando não compra ultrafertil fertilizante concentrado. Veja o que a ultrafertil oferece: <ul style="list-style-type: none"> - análise do solo; - fornecimento e aplicação de calcário; - recomendação da fórmula adequada; - orientação no crédito rural; - aplicação de fertilizante com o equipamento especial; - entrega na propriedade; - uma linha selecionada de defensivos.”²⁸¹
12/03/74	• Valmet lança 5 tratores de uma só vez. Segundo a empresa, são os “tratores mais modernos do mundo”. ²⁸²
14/09/74	• Inaugurada industria de calcário em Cândido Mota. ²⁸³
18/08/74	• Constata-se que cerca de 90% dos produtores de soja e trigo da região utilizam pulverização aérea para aplicar veneno nas plantações. Apenas os pequenos produtores ainda não utilizam essa técnica. Na região há cerca de 30 aviões em operação, todos importados. ²⁸⁴
09/10/74	• ORAMAQ inaugura novas instalações em Assis. Amplia o atendimento ao consumidor. ²⁸⁵

4. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

²⁷⁸ Voz da Terra, 29/08/70, p. 1

²⁷⁹ Voz da Terra, 10/09/70, p. 3

²⁸⁰ Voz da Terra, 14/05/71, p.1

²⁸¹ Voz da Terra, 09/09/72, p.4

²⁸² Voz da Terra, 12/09/74, p.4

²⁸³ Voz da Terra, 14/09/74, p.1

²⁸⁴ Voz da Terra, 18/08/74, p.1

²⁸⁵ Voz da Terra, 09/10/74, p.1

08/01/69	• Vereador da cidade de Marília, faz pedido junto ao departamento de estradas e rodagens para o recapeamento da rodovia Assis-Marília. ²⁸⁶
28/01/69	• Embaixador Justo Bezerra de Menezes anuncia que houve Aumento das Exportações do Brasil. ²⁸⁷
05/02/69	• VT publica a previsão de US\$ 2 bilhões em exportação. ²⁸⁸
09/02/69	• VT publica propaganda de uma festa do peão. E promove a luta do organizador da festa para a criação de uma feira agropecuária. ²⁸⁹
22/02/69	• Surge um selo para o transporte de mercadorias: “Este selo tem valor especial para quem está estabelecido no interior e compra na capital. Para cargas superiores a uma tonelada, no sentido capital-interior, existe agora a tabela de retorno”. ²⁹⁰
14/03/69	• Produtores recebem telegrama da Companhia Docas de Santos (porto de Santos) suspendendo o recebimento em suas dependências de mercadorias destinadas a exportação. A medida se deve a falta de espaço. ²⁹¹
08/05/69	• Protesto de lavradores contra o preço da mandioca: “trezentos e cinquenta Lavradores de Cândido Mota estiveram discutindo com autoridades e gerentes de bancos o problema dos preços da mandioca. Compradores reclamaram que estavam pagando um preço muito irrisório pelo produto, aos lavradores. Estava previsto para 69 uma produção de 350 mil toneladas de mandioca, apenas no município candidomotense”. ²⁹²
24/05/69	• FIESP faz reunião com produtores de alimentos e a Associação Latino-americana das Industrias de Conservas Alimentícias, com a finalidade de proporcionar os meios ideais ao desenvolvimento ao mercado comum do continente. ²⁹³
06/08/69	• Prefeito de Assis reivindica, junto ao secretário de transporte do Estado, a pavimentação da rodovia que liga o Porto Charles Naufal e a cidade de Londrina. ²⁹⁴
07/08/69	• O prefeito de Assis (Tufi Jubran) pede ao secretário do transporte do Estado, a construção da estrada que liga Assis a Iepê. Visando o escoamento da produção agrícola. ²⁹⁵
16/09/70	• Paulo Pimentel (governador do Paraná) autoriza a pavimentação da estrada Londrina-Porto Charles Nalfal. Assis passa a ser eixo rodoviário entre os dois Estados. ²⁹⁶
07/10/70	• O Deputado Abílio Nogueira Duarte enviou indicação ao governador do Estado pleiteando a construção de Armazéns da CEAGESP em Maracá e Florínea. ²⁹⁷

²⁸⁶ Voz da Terra, 08/01/69, p.1

²⁸⁷ Voz da Terra, 28/01/69, p.1

²⁸⁸ Voz da Terra, 05/02/68, p.1

²⁸⁹ Voz da Terra, 09/02/69, p.3

²⁹⁰ Voz da Terra, 22/02/69, p.1

²⁹¹ Voz da Terra, 14/03/69, p.4

²⁹² Voz da Terra, 08/05/69, p.1

²⁹³ Voz da Terra, 24/05/69, p.1

²⁹⁴ Voz da Terra, 06/08/69, p.1

²⁹⁵ Voz da Terra, 07/08/69, p.3

²⁹⁶ Voz da Terra, 16/09/70, p.1

28/10/70	• O prefeito de Assis e o presidente da CEAGESP , Dr David Maluf, assinaram a escritura na qual Assis doa uma área de 6.424 metros quadrados para a construção de um silo com capacidade para sete mil e quinhentas toneladas. ²⁹⁸
29/01/71	• Começa a Construção dos Silos da CEAGESP em Assis. ²⁹⁹
12/03/71	• Estado de São Paulo começa campanha para maior controle de entrada e saída de frutas por causa do Cancro Cítrico. ³⁰⁰
26/03/71	• CEAGESP de Assis recebe balança ferroviária. ³⁰¹
19/10/71	• Festa da cana-de-açúcar faz sucesso em Palmital. ³⁰²
09/09/72	• Propaganda da CEAGESP: “Quem depende do Sol e da Chuva merece bons tempos agora!” ³⁰³
05/10/72	• Chuva prejudica as estradas de todo o país. Na região a estrada Assis-Marília esta em precárias condições, além da Assis-Cândido Mota. ³⁰⁴
28/09/72	• A criação da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A), com a união das ferrovias paulistas, acarreta problemas às famílias dos funcionários em razão das demissões. ³⁰⁵
26/10/72	• Governador Laudo Natel, autoriza a construção da chamada rodovia do trigo, que vai da Raposo Tavares km 484 até o município de Pedrinhas Paulista, para o escoamento da produção da região. ³⁰⁶
06/12/72	• Palmital reivindica silos graneiros para armazenar sua produção agrícola. ³⁰⁷
09/12/72	• Inaugurada por Maluf a estrada Ourinhos-Assis. ³⁰⁸
28/12/72	• Iniciou o projeto de construção da Ponte Melo Peixoto, sobre o rio Paranapanema que liga São Paulo ao Paraná. ³⁰⁹
13/02/73	• Prefeito de Cândido Mota vai a São Paulo pedir o início da rodovia do trigo. ³¹⁰
18/09/74	• Associação Comercial e Industrial de Assis começa a fazer planos para a criação de uma feira agropecuária na região. ³¹¹
21/09/74	• Cooperativas da região pedem providências para a resolução do problema de escoamento e estocagem de trigo. A superprodução é muito superior que a capacidade de armazenagem e distribuição. ³¹²

²⁹⁷ Voz da Terra, 07/10/70, p.1

²⁹⁸ Voz da Terra, 28/10/70, p.1

²⁹⁹ Voz da Terra, 29/01/71, p.1

³⁰⁰ Voz da Terra, 12/03/71, p.4

³⁰¹ Voz da Terra, 26/03/71, p.1

³⁰² Voz da Terra, 19/10/71, p.4

³⁰³ Voz da Terra, 09/09/72, p.1

³⁰⁴ Voz da Terra, 05/10/72, p.1

³⁰⁵ Voz da Terra, 28/09/72, p.2

³⁰⁶ Voz da Terra, 26/10/72, p.2

³⁰⁷ Voz da Terra, 06/12/72, p.3

³⁰⁸ Voz da Terra, 09/12/72, p.1

³⁰⁹ Voz da Terra, 28/12/72, p.1

³¹⁰ Voz da Terra, 13/02/73. p.4

³¹¹ Voz da Terra, 18/09/74. p.1

³¹² Voz da Terra, 21/09/74. p.1

5. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

12/08/69	• VT publica cartilha sobre cultivo de milho. ³¹³
07/10/70	• O Deputado Abílio Nogueira Duarte enviou indicação ao governador do Estado pleiteando a construção de Armazéns da CEAGESP em Maracaí e Florínea. ³¹⁴
28/10/70	• O prefeito de Assis e o presidente da CEAGESP, Dr David Maluf, assinaram a escritura na qual Assis faz doação de uma área de 6.424 metros quadrados para a construção de um silo com capacidade para sete mil e quinhentas toneladas. ³¹⁵
23/10/71	• Aberto novo acesso entre Tarumã e Assis. ³¹⁶
30/10/71	• Estado pretende unificar estradas de ferro de São Paulo. ³¹⁷
06/12/72	• Palmital reivindica silos graneiros para armazenar sua produção agrícola. ³¹⁸
16/01/73	• Prefeitura de Cândido Mota doa área de 4.300 m ² para a implantação de uma indústria de beneficiamento de madeira. ³¹⁹
21/09/74	• Cooperativas da região pedem providências para a resolução do problema de escoamento e estocagem de trigo. A superprodução é muito superior que a capacidade de armazenagem e distribuição. ³²⁰

6. MEIO AMBIENTE

26/02/69	• VT publica denúncia de contaminação de rio: “Estão acabando os peixes do rio Sussui”. Porém o texto não explicita que tipo de contaminação. ³²¹
10/03/69	• VT traz um relato de caça a onça: “Mestre Cupertino, Dr Geraldo Leite, Mane Orniex e o Bequinho dentista, programaram dias a traz uma caçada de onça na fazenda Alcídia...”. Os caçadores fracassaram na empreitada. ³²²
04/06/69	• “Governo estuda meios para evitar poluição dos rios”. “O Centro Tecnológico de Saneamento Básico – CETESB, iniciou uma série de seminários sobre a poluição dos cursos d’água que são utilizados como escoadouro de resíduos industriais. Tais seminários têm a finalidade de centralizar os trabalhos de saneamento, financiar as indústrias e o tratamento de resíduos na adubação e também planificar uma nova orientação técnica. O CETESB já realizou

³¹³ Voz da Terra, 12/08/69, p.4

³¹⁴ Voz da Terra, 07/10/70, p.1

³¹⁵ Voz da Terra, 28/10/70, p.1

³¹⁶ Voz da Terra, 23/10/71, p.1

³¹⁷ Voz da Terra, 30/10/71, p.3

³¹⁸ Voz da Terra, 06/12/72, p.3

³¹⁹ Voz da Terra, 16/01/73, p.3

³²⁰ Voz da Terra, 21/09/74, p.1

³²¹ Voz da Terra, 26/02/69, p.1

³²² Voz da Terra, 10/03/69, p.3

	seminários sobre resíduos da industrialização da cana-de-açúcar. Debateu-se o problema criado com a poluição dos rios das regiões de Piracicaba, Jundiaí, Tietê e Porto Feliz. A solução prática foi a utilização dos resíduos para adubar os solos. Nesse setor, o Centro está colhendo os dados referentes ao grau de poluição, quantidade de resíduos, classificação das indústrias, cursos d'água. Em seguida virá a etapa do processamento técnico e motivação dos interessados. O CETESB prepara-se, também, para entrar no setor da poluição provocada pelas indústrias de papel e papelão, curtumes e tecelagens. O governador Abreu Sodré determinou a execução do trabalho com auxílio técnico do exterior, que assessorarão a equipe paulista e ajudarão na formação de mais especialistas. ³²³
10/06/69	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeito de Assis, Tufi Jubran, anuncia a arborização das vias públicas não comerciais da cidade: “No ‘comecinho’ de seu governo, pensou em semear duas mil mudas, formando um horto florestal próprio do município. Depois de ano e meio faria o transplante das árvores para as ruas da cidade. Entretanto, visando apressar a arborização de nossa urbe resolve o prefeito iniciar essa obra imediatamente, optando pela outra forma, adquirindo as mudas já crescidas, na fase do transplante (...). a medida vem ainda melhorar sensivelmente o clima da cidade nas estações quentes. O que se precisa determinar com maior urgência é a arborização de mais vias públicas que dão acesso a escolas localizadas nas vilas (...). O assunto em pauta vem sendo debatido pela imprensa local. É considerado de transcendental importância à vida da cidade. Merece o prefeito o aplauso maciço da população.” • Secretário de serviços e obras públicas do Estado de São Paulo, Eduardo Yassuda, apresentou ao presidente da República um programa para o controle da poluição das águas no estado de S.P. secretário comenta a “magnitude” e a complexidade dos fatores econômicos e sociais envolvidos no assunto.³²⁴
21/06/69	• Prefeitura começa campanha para a arborização da cidade de Assis. E pede para os moradores colaborarem protegendo as árvores. ³²⁵
19/09/69	• Prefeito de Assis pede para a população economizar água. ³²⁶
20/09/69	• Prefeito de Assis pede empréstimo ao BNH para resolver o problema da água. ³²⁷
16/10/69	• Legislativo de Assis aprova o empréstimo de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros, junto ao BNH para o projeto de ampliação do serviço de água e esgoto. ³²⁸
06/11/69	• Prefeitura de Assis recebe 200 mudas para arborizar a cidade. ³²⁹
20/11/69	• Divulgação da técnica de aerofotografia para revelar recursos naturais. ³³⁰
16/07/70	• Moradores da Vila Adileta, em Assis, sofrem com a falta de água. ³³¹
25/07/70	• Prefeito de Cândido Mota confirma a construção de reservatório de água no

³²³ Voz da Terra, 04/06/69, p.2

³²⁴ Voz da Terra, 10/06/69, pp. 2, 4.

³²⁵ Voz da Terra, 21/06/69, p.1

³²⁶ Voz da Terra, 19/09/69, p.1

³²⁷ Voz da Terra, 20/09/69, p.2

³²⁸ Voz da Terra, 16/10/69, p.1

³²⁹ Voz da Terra, 06/11/69, p.1

³³⁰ Voz da Terra, 20/11/69, p.1

³³¹ Voz da Terra, 16/07/70, p.1

	Distrito de Frutal do Campo. ³³²
29/07/70	• Denúncia de mortandade de peixes. “Milhares de peixes estão morrendo das margens do rio Pari-Veado. O motivo é o lançamento de resíduos de fábricas. A nota no jornal diz: “medidas das mais drásticas deverão ser tomadas no sentido de preservar o rio do extermínio total de seus peixes. (...) Muito mais grave ainda, é o fato que dentro de algum tempo, isto poderá gerar uma epidemia qualquer, talvez difícil de ser sanada, enquanto que seria tão fácil deixar de lançar os resíduos. Pessoas que estiveram no local foram unânimes em afirmar o quanto é lamentável esta desnecessária destruição. (...) seus malefícios poderão não se restringir aos peixes somente, como também se estender às pessoas da região, o que torna o mal muito maior”. ³³³
29/08/70	• VT publica propaganda de inseticida: “não deixe que os ácaros comam o seu lucro, proteja sua lavoura com TEDION V-18. (...) Aprovado e recomendado pelo Instituto Biológico de São Paulo. (...) Baixa toxicidade para o homem e animais domésticos. ³³⁴
30/09/70	• Projeto da água vai para o Legislativo. Na pauta estava a construção de mais dois reservatórios, extensão de redes sub-adutoras, extensão de redes distribuidoras, remanejamento da rede distribuidora. ³³⁵
09/01/70	• Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB), autorizou na semana passada a concorrência pública para fornecimento de 960.000,00 cruzeiros para dar continuidade ao serviço de expansão da rede de água em Assis. ³³⁶
15/10/70	• Vereadores arenistas fazem projeto da água ser derrubado no Legislativo. ³³⁷
27/10/70	• Prefeito de Assis manda, novamente, projeto da água para apreciação do Legislativo. ³³⁸
29/10/70	• Câmara de Assis rejeita, novamente, projeto da água. ³³⁹
07/11/70	• Prefeito de Cândido Mota inaugura rede de água em Frutal do Campo. ³⁴⁰
03/12/70	• Vereadores arenistas de Assis rejeitam, novamente, o projeto da água. ³⁴¹
09/12/70	• Realizou-se em São Paulo a 3ª Conferência Latino-Americana no Controle a Poluição do Ar. Uma nota no jornal diz: “Os estudos foram detalhados e complexos: é preciso que todos saibam que a poluição é capaz de coisas incríveis contra a saúde humana. (...) Resta saber o que vai ser feito, na prática, para o combate da poluição na cidade de São Paulo e nas muitas cidades do Interior que também estão popularizando este mal.” ³⁴²
30/12/70	• Novamente o projeto da água foi rejeitado pela Câmara de Assis. ³⁴³
08/01/71	• Um programa de financiamento para a plantação de 25 milhões de árvores é

³³² Voz da Terra, 25/07/70, p.2

³³³ Voz da Terra, 29/07/70, p.4

³³⁴ Voz da Terra, 29/08/70, p.1

³³⁵ Voz da Terra, 30/09/70, p.1

³³⁶ Voz da Terra, 13/10/70, p.1

³³⁷ Voz da Terra, 15/10/70, p.1

³³⁸ Voz da Terra, 27/10/70, p.1

³³⁹ Voz da Terra, 29/10/70, p.1

³⁴⁰ Voz da Terra, 07/11/70, p.2

³⁴¹ Voz da Terra, 03/12/70, p.1

³⁴² Voz da Terra, 09/12/70, p.4

³⁴³ Voz da Terra, 30/12/70, p.1

	lançado pelo governo do Estado (governador Laudo Natel). ³⁴⁴
14/01/71	• VT critica a Câmara Municipal de Assis por ter rejeitado o pedido do prefeito para angariar, junto ao governo do Estado, verbas para um projeto para a resolução do problema de falta de água na cidade. ³⁴⁵
26/01/71	• Prefeito de Assis (Tufi Jubran), tenta novamente a aprovação para o financiamento de 152 milhões para investimento no abastecimento de água. ³⁴⁶
12/03/71	• VT afirma que, novamente, a Câmara de Assis apreciará o pedido para financiamento do projeto da água. ³⁴⁷
18/03/71	• A Câmara Municipal de Assis aprova com unanimidade o projeto da água. ³⁴⁸
25/05/71	• Inicia-se a construção da rede de água no Patrimônio de Santo Antônio. ³⁴⁹
22/07/71	• Foi homologado o empréstimo para o projeto da água. ³⁵⁰
03/09/71	• Prefeito de Assis lança a campanha de arborização da cidade. ³⁵¹
10/09/71	• Câmara de Assis se reúne para discutir o projeto da água. ³⁵²
28/09/71	• Projeto da água novamente não foi apreciado pela Câmara. ³⁵³
30/09/71	• Prefeito efetiva decisão, sanciona o Projeto da água. ³⁵⁴
05/11/71	• Prefeito faz a promessa de que resolução do problema da água se fará até outubro de 72. ³⁵⁵
26/09/72	• SAAE amplia rede de água do bairro Porto Almeida. O novo reservatório tem capacidade para doze mil litros. ³⁵⁶
11/01/73	• Governador inaugura a nova rede de distribuição de água em Assis. ³⁵⁷
16/01/73	• Prefeitura de Cândido Mota doa área de 4.300 m ² para a implantação de uma indústria de beneficiamento de madeira. ³⁵⁸
18/08/74	• Constata-se que cerca de 90% dos produtores de soja e trigo da região utilizam pulverização aérea para aplicar veneno nas plantações. Apenas os pequenos produtores ainda não utilizam essa técnica. Na região há cerca de 30 aviões em operação, todos importados. ³⁵⁹
10/10/74	• Deputado Santilli Sobrinho pede ao governo do Estado, uma verba de três milhões para solucionar o problema da voçoroca que ameaça a Vila Tênis Clube e a Vila Operária. ³⁶⁰
15/10/74	• Câmara de Assis vota o projeto da erosão da Vila Operária e Vila Tênis Clube. ³⁶¹

³⁴⁴ Voz da Terra, 08/01/71, p.2

³⁴⁵ Voz da Terra, 14/01/71, p.1

³⁴⁶ Voz da Terra, 26/01/71, p.3

³⁴⁷ Voz da Terra, 12/03/71, p.1

³⁴⁸ Voz da Terra, 18/03/71, p.1

³⁴⁹ Voz da Terra, 25/05/71, p.1

³⁵⁰ Voz da Terra, 22/07/71, p.1

³⁵¹ Voz da Terra, 03/09/71, p.1

³⁵² Voz da Terra, 10/09/71, p.1

³⁵³ Voz da Terra, 28/09/71, p.1

³⁵⁴ Voz da Terra, 30/09/71, p.1

³⁵⁵ Voz da Terra, 05/11/71, p.1

³⁵⁶ Voz da Terra, 26/09/72, p.2

³⁵⁷ Voz da Terra, 11/01/73, p.1

³⁵⁸ Voz da Terra, 16/01/73, p.3

³⁵⁹ Voz da Terra, 18/08/74, p.1

³⁶⁰ Voz da Terra, 10/10/74, p.1

ANEXO B

ENTREVISTA COM SÉRGIO MELONI, 59 ANOS, DIRETOR DE COLÉGIO, REALIZADA POR DENILSON CARIGNATTO EM CÂNDIDO MOTA, 11 DE MARÇO DE 2009

Sérgio Meloni é proprietário de terras na zona rural da cidade de Cândido Mota, pertencente à microrregião de Assis. Além de proprietário, o entrevistado também é diretor de um colégio particular da mesma cidade.

ENTREVISTA

DENILSON: Seu Sérgio, o senhor nasceu em Cândido Mota?

SÉRGIO: Não, nasci em Olímpia.

DENILSON: Em que ano o senhor nasceu?

SÉRGIO: Cinquenta

DENILSON: O senhor veio para Cândido Mota...

SÉRGIO: Com dois anos de idade.

DENILSON: O senhor chegou a viver na zona rural?

SÉRGIO: Até 1982

DENILSON: Então, de cinquenta e dois à oitenta e dois.

³⁶¹ Voz da Terra, 15/10/74. p.1

DENILSON: Para o senhor que é uma pessoa esclarecida e que viveu na zona rural, qual seria o papel da agricultura para a região, a microrregião de Assis?

SÉRGIO: O papel da agricultura foi... (pausa para pensar). Eu vou falar mais da região de Cândido Mota: ela foi bastante importante porque trouxe o progresso, e, essa região iniciou com a agricultura de café. E, a cafeicultura era mais social, ela distribuiu mais, ela gera mais emprego. Isso eu vejo com bastante clareza.

DENILSON: Na década de sessenta o café já era o gênero mais produzido aqui?

SÉRGIO: Era.

DENILSON: E continuou sendo?

SÉRGIO: Não!

DENILSON: Como é que foi essa mudança? Para qual gênero? E quando ocorreu?

SÉRGIO: O grande êxodo rural iniciou-se na década de sessenta para setenta. Motivo: (pausa porque entrou uma secretária na sala interrompendo o entrevistado) a cafeicultura começou a precisar de adubação. Até antes não se adubava, não tinha agrotóxico, não precisava passar veneno. Então, até sessenta e pouco era sistema meeiro onde o dono da terra distribuía uma quantia de café e de terra para os outros empregados. Não eram assalariados, eram meeiros. Aí começou a industrialização forte em São Paulo, grande ABC, precisou de muita mão-de-obra o que influiu também. E, leis trabalhistas também começaram a ser bastante exploradas e pessoas que moravam na zona rural procuravam advogado e acabavam tirando certo proveito financeiro do patrão. Isso também influiu.

DENILSON: E a mudança do café para outro (o entrevistado interrompe a pergunta e já começa a responder. A pergunta seria: “e a mudança do café para outro gênero agrícola, como aconteceu?”)

SÉRGIO: A mudança do café para outro... porque a mão-de-obra começou a ficar escassa e a soja começou a ser o “el dorado” da região: fácil de plantar, fácil de colher, de seis em seis meses se tinha um “orçamento” aí, a chamada temporária. No início era só soja, depois começaram a fazer a safrinha: perceberam que se tirassem a soja e plantassem logo em seguida o milho, dava pra também colher uma outra safra em cima, então de seis em seis meses você tinha outra lavoura temporária com um orçamento.

DENILSON: E, o revezamento era soja e milho ou soja e trigo?

SÉRGIO: Soja e trigo, perdão! Eu vivi isso. Eu vivi muito isso! (aqui o entrevistado altera a voz se mostrando bastante empolgado com as lembranças das mudanças) Quando eu mesmo... mudamos nosso sítio que era todo cafezal, onde tínhamos várias famílias, onde tínhamos... não era uma quantia muito grande de terra, onde tinham vários empregados também naquele esquema. Esses empregados foram para São Paulo, foram para o ABC e nós erradicamos todo o café e colocamos soja e trigo, soja e trigo.

DENILSON: Na década de sessenta, o senhor lembra de haver aqui na região incentivos por parte do governo, ou dos governos, municipal, estadual, federal, com subsídios, empréstimo rural ou alguma coisa desse gênero?

SÉRGIO: Tinha, tinha sim... federal, federal.

DENILSON: Mais do que antes do final da década de sessenta.

SÉRGIO: Não, em sessenta não existia, nós ainda nem conhecíamos... nunca entramos em banco, não tínhamos financiamento, não tínhamos acesso. Não sei se era o próprio sistema de zona rural do bairro que tinha a economia própria, mas não tinha acesso a banco não. Foi na época da soja que começou o incentivo.

DENILSON: Dá para datar, colocar mais ou menos um ano que o senhor lembra ter começado a existir isso? Não precisa ser preciso.

SÉRGIO: Sessenta e oito, setenta, por aí. Mas eu era um pouco novo e quem tomava conta... eu não tinha pai... era meu tio que vinha à cidade, por isso eu não sei precisar muito, mas eu lembro que era nessa época.

DENILSON: Então existiu a substituição do café pela soja e pelo trigo, mas o senhor lembra também, não necessariamente na propriedade do senhor, mas de outras propriedades, substituição de mata nativa por esses gêneros agrícolas? O senhor lembra de grandes derrubadas?

SÉRGIO: Lembro, lembro.

DENILSON: Como teria acontecido isso?

SÉRGIO: Lembro... aqui faço até uma ressalva... porque que foi nessa época de cinquenta e sessenta que começou a Bossa Nova e nós não sabíamos o que estava acontecendo no Rio de Janeiro, mas nós gostávamos de ouvir falar em Bossa Nova e nós falávamos “roça nova” (risos). Então nós achávamos normal derrubar e fazer “roça nova”. Havia algo acontecendo no nosso país que eu não compreendia porque eu não tinha acesso à educação, eu não tinha estudo, mas eu sentia que algo estava acontecendo, e esse trocadilho nós fazíamos: “roça nova”. Então derrubamos o mato com maior... assim... tranquilidade. Isso eu vi.

DENILSON: Muita (fui interrompido antes de perguntar). Ia perguntar se muitas matas foram derrubadas nessa época.

SÉRGIO: Não tinha tantas matas assim. O café já tinha derrubado muitas. Mas toda propriedade deixava um pedacinho de mata. E depois dessa época da soja a corrida foi muito grande.

DENILSON: O senhor lembra da infância do senhor existir rios, córregos que passaram a não existir mais depois desse aumento da produção? Ou mesmo animais que eram mais comuns de se encontrar e acabaram desaparecendo?

SÉRGIO: Lembro.

DENILSON: Tem exemplos?

SÉRGIO: A “água da sumida” está extinta. A nascente dela está agora arborizada, mas não conta muito. Eu conheço o lugar, vou lá quase sempre. Houve agora a recuperação, foi feita a mata ciliar, mas a água não brota mais.

DENILSON: Que fazenda que é, que localidade?

SÉRGIO: Como eu explico pra você...? a fazenda do Quinzinho, (muita hesitação para falar e confusão para explicar) mas eu não sei como eu... mas é o bairro... bairro “Água da Pinguela”, o bairro é “Água do Formigão” onde nasce a sumida. Se não tivesse chovendo a gente poderia ir até lá “in loco”, é pertinho daqui.

DENILSON: Animais também, o senhor lembra de ter (fui novamente interrompido e ia perguntar se ele lembra dos animais que desapareceram)

SÉRGIO: Lembro, lembro.

DENILSON: Que tipo de animais que o senhor lembra da infância e depois o senhor dizia: “nossa... desapareceu”?

SÉRGIO: Já não tinha tanto não. Naquela época da cafeicultura o pessoal tinha o costume, de final de semana, de caçar. Então era tamanduá, jaguatirica... outros bichinhos não me recordo agora. Mas o bairro inclusive não se chamava “Água da Pinguela” chamava-se “Água das Antas”. Quando eu iniciei a escola era “escola rural do bairro das antas”.

DENILSON: Provavelmente porque tinha muita anta.

SÉRGIO: Provavelmente... provavelmente.

DENILSON: Agora mudando um pouquinho o foco: existem diferenças entre a maneira de preparar a terra para a plantação hoje e lá na década de sessenta, antes de mil novecentos e sessenta e oito, qual é a diferença básica?

SÉRGIO: Hoje nós fazemos o plantio direto. Hoje você não remexe muito a terra. Naquela época quando nós começamos plantar, em setenta foi copiado o modelo da Europa. A Europa vira a terra, mexe a terra porque lá o clima é frio, então na época do inverno a terra fica toda congelada e quando vai plantar eles precisam... e nós pegamos o modelo da Europa. Então não há necessidade, hoje nós percebemos que nós estamos gastando apenas combustível virando essa terra. Então hoje você tira uma lavoura e coloca outra, e, não dá mais erosão.

DENILSON: E em relação à insumos que se utilizava naquela época e gora? Ou não utilizavam? Por exemplo: para correção de acidez, ou mesmo fertilizantes, ou depois defensivos que se utilizava naquela época, antes de sessenta e oito, e agora, existem muitas diferenças?

SÉRGIO: Existem... hoje há uma preocupação maior com o meio ambiente e eu posso citar que em sessenta e pouco usamos o “BHC”. O “BHC” é um famoso inseticida que lá nos Estados Unidos, acredito eu, já tinham proibido e acabaram trazendo para cá. Eu trabalhei com isso. O “BHC” era um produto para matar broca era normal você ver todos os proprietários usarem aquilo.

DENILSON: Hoje, para o senhor, qual é o maior problema ambiental da região?

Aqui o entrevistado tem dificuldade para dar uma resposta e eu tentei facilitar dando exemplos de ambientes que possam ser afetados com problemas ambientais.

DENILSON: Como problema ambiental a gente pode considerar terra, água, ar. Que venha a mente do senhor quando se fala em problemas ambientais. O maior número aqui na região seria...

SÉRGIO: Essa monocultura, a queimada da cana que você encontra na nossa região aqui. Pela manhã você encontra o quintal todo salpicado de fuligem. E essa monocultura faz com que tenha poucos corredores, pouco reflorestamento, mesmo que tenha essa lei aí que é muito morosa. Então quando pega um vento levanta uma nuvem vermelha que vem lá de Pedrinhas ou de Florínea e vem sujando tudo. E se tivesse árvore, se tivesse um reflorestamento legal o vento não traria toda essa coisa.

DENILSON: Quando foi a primeira vez que o senhor ouviu falar em sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável?

Nesse momento a entrevista foi interrompida pela secretária que bateu na porta e entrou. Depois de resolvido o problema entre Sergio Meloni e sua secretária eu retomei a pergunta.

DENILSON: Sustentabilidade, quando foi a primeira vez que o senhor ouviu falar? Se o senhor não lembra, não tem problema.

SÉRGIO: Com mais ênfase faz três ou quatro anos.

DENILSON: Na adolescência ou na infância nem pensar?

SÉRGIO: Não. O conhecimento nosso era muito pouco. A roda de amigos que nós freqüentávamos não tinha esse tipo de assunto, não tinha essas palavras.

DENILSON: O senhor conhece alguma família que tenha vendido a pequena propriedade para um grande ou vice e versa: um grande que tenha comprado as terras de uma família com pequena propriedade?

SÉRGIO: Sim, sim.

DENILSON: Isso aconteceu muito aqui?

SÉRGIO: Muito, muito.

DENILSON: Quando isso teve um começo?

SÉRGIO: Quando entrou a monocultura a soja. Isso começou nos setenta, setenta e pouco.

DENILSON: O senhor, então, consegue notar uma grande atividade dessas compras? E essas famílias acabavam fazendo o êxodo rural?

SÉRGIO: Ou foram pra São Paulo, geralmente para o ABC, ou vieram aqui para a cidade, compraram uma casinha, os pais ficavam nessa casinha e os filhos eram empregados.

DENILSON: Na zona rural?

SÉRGIO: Não, geralmente na cidade. Tanto é que vieram pessoas de fora. Posso falar do meu bairro (bairro rural, ou seja a região rural que se localizava suas terras): nós éramos um bairro de italianos, os italianos foram embora e quem está trabalhando lá hoje, geralmente, são os nordestinos. Quem vendeu seu pedaço ou veio para cidade, Cândido Mota ou Assis. Tem muita gente na Vila Xavier (bairro de Assis) ou foram para São Paulo e quem substituiu essa mão-de-obra lá foram os nordestinos.

DENILSON: E, enquanto isso os grandes acabaram ficando cada vez maiores?

SÉRGIO: Isso.

DENILSON: Então houve uma concentração de renda na zona rural?

SÉRGIO: Isso. Tantas escolinhas que eu cito onde eu estudei, quantos bairros que eu conheço que tinham escola, hoje não tem mais nada. Hoje o trator passou por cima de tudo, literalmente falando.

DENILSON: Acredito que a mão-de-obra humana tenha sido substituída pela máquina?

SÉRGIO: Também... porque quem tem propriedade pequena, posso até citar o meu caso: não compensa você plantar soja, tem que ter toda uma estrutura grandiosa para plantar: trator, plantadeira, colheitadeira. E pra você ter tudo isso financiado você tem que ter garantias e se você não tiver não consegue. E você depende das pessoas de fora para colher e plantar: eles fazem primeiro a propriedade deles e você fica por ultimo esperando para plantar ou colher. Conseqüentemente se perde o tempo porque a lavoura e a natureza não esperam e você é sempre o ultimo a plantar e colher. Então automaticamente você acaba vendendo.

DENILSON: E o senhor acredita que essas condições que os grandes tiveram cada vez mais para plantar a soja, para ter o equipamento – o senhor falou que precisa ser grande para plantar a soja porque senão não há retorno – essas condições dos grande para plantar a soja e depois comprar as terras dos pequenos vieram com os incentivos do governo? O governo teve participação nisso quando passou a fazer crédito rural e outros incentivos lá da década de sessenta?

SÉRGIO: Tem, tem... (para um pouco e fica pensativo) tinha o... você não poderia desligar um pouquinho o gravador?

Nesse momento desliguei o gravador. Foi quando o entrevistado me contou sobre algo que não queria que fosse gravado nem divulgado. Decidi respeitar sua vontade.

Depois dessa fala tornei a ligar o gravador e a fazer perguntas.

DENILSON: Quais são os maiores produtores agrícolas da região?

SÉRGIO: Família Vasques.

DENILSON: Tem nome de uma pessoa responsável pela família Vasques?

SÉRGIO: Tem o Emílio.

SÉRGIO: Tem Mânfió também. Mas eu deixaria isso pra você falar com o Laércio que já foi secretário da agricultura e ele vai ter uma visão até melhor que a minha. Porque eu fiquei um pouco na lavoura e um poço na cidade.

DENILSON: Seu Sergio, obrigado pela entrevista. Eu agradeço imensamente e acredito que vai ajudar demais.

ANEXO C

ENTREVISTA COM IRMA BALDO DIAS, 55 ANOS, PROFESSORA APOSENTADA, REALIZADA POR DENILSON CARIGNATTO EM CÂNDIDO MOTA, 15 DE MAIO DE 2009

Irma Baldo Dias é proprietária de um colégio particular no município de Cândido Mota. Viveu na zona rural até 1968 passando a morar na cidade a partir desse ano, porém sempre manteve, grande contato com o campo por meio dos seus familiares que continuaram a produzir na zona rural.

ENTREVISTA

DENILSON: Irma, onde e quando você nasceu?

IRMA: Eu nasci em Cândido Mota, bairro “Água da Laje” em nove do nove de mil novecentos e cinquenta e quatro (09/09/1954) e estou no município uma vida inteira.

DENILSON: Nasceu em cinquenta e quatro e viveu na zona rural até...

IRMA: Os treze anos, 1968. em fevereiro de 1968 eu vim para a cidade. Mas a cidade parecia um sítio também. Se hoje a cidade ainda é pequena, imagine naquela época?

DENILSON: Não só para a cidade de Cândido Mota, mas na região, pra você o que representa a agricultura?

IRMA: A agricultura é a “mola propulsora” da região. Nos até temos algumas agroindústrias, mas mínimas e tudo está amarrado à agricultura aqui. E infelizmente a agricultura sem a industrialização com a agroindústria. Então nós estamos muito

deficitários. Só agricultura, então a gente vê que em qualquer estiagem ou chuva em excesso afeta todos os seguimentos da região, e não existe ninguém que possa falar: eu não vivo da agricultura e uma estiagem não me afeta ávida. Todo mundo tem uma... uma... indiretamente ela atinge todo mundo diretamente. Você não fica ileso a nada, qualquer problema com a agricultura

Atinge todos os seguimentos da nossa sociedade. Somos muito dependentes da agricultura.

DENILSON: E sempre foi assim?

IRMA: Olha, a minha vida foi muito ligada a isso porque o meu pai tinha uma agroindústria que era uma fábrica de farinha de mandioca e sempre foi assim, o meu pai tinha um conceito de viver: um ano alá dá outro ano ela toma. Então muito sazonal o preço. O Brasil nunca teve uma política de sustentação pra ninguém, né? Então complicava muito, mas sempre foi ligado à agricultura.

Meu pai nunca foi dependente da pecuária, sempre esteve ligado à agricultura. Então, na época, até sessenta e oito, pouco se falava em adubação, não existia adubação na época, então “terra fraca” era “terra fraca” e não produzia e a terra com mais nutrientes produzia diferente. E eu sempre, desde menina, eu tenho esse parâmetro porque a “Água da Laje” era considerada “terra fraca”, era onde os meus avós e meus tios do lado paterno moravam e onde eu nasci. E do lado da minha mãe eles eram da “Água do Macuco” que era terra fértil comparando com a terra onde nós morávamos, e o *comparatismo* era muito forte e terra “lá” valia mais do que terra “aqui”. Então nesse período de sessenta a sessenta e oito era muito evidente: se fosse comprar uma terra o pessoal escolhia terras férteis e então pagava mais na terra fértil do que na terra que *eles consideravam* terra fraca.

Hoje com a adubação você não percebe mais essa diferença... (Denilson: “que começou em”...) foi na faixa de sessenta e oito, por aí, foi nessa faixa que começou. Porque eu lembro que o meu pai tinha muita dificuldade porque plantava mandioca, fazia rotação de cultura onde plantava um ano já não plantava mais a mesma coisa porque a terra não dava, se esgotava, e eu cresci ouvindo essas referências, mas não eram muito técnicas, porém eram o que vinham da experiência de cada um que na maneira de cada um tinha uma técnica.

DENILSON: E quais foram os motivos de vocês terem vindo para cidade (Cândido Mota)?

IRMA: Meu pai era sócio de um irmão e quando eles vieram para a nossa região aqui, eles vieram em 1941, mas eles eram em quatro irmãos sócios imigrantes italianos. O meu avô veio (para o Brasil) menino, comprou um sítio aonde eles vieram para fazer substituição de mão-de-obra escrava que ficava em Araras (município do interior de São Paulo). Aí meu avô se casou, teve alguns filhos, nove filhos, em Funchal, perto de Araras. Então eles vieram para cá (Cândido Mota) em quarenta e um, e uma das irmãs mais velhas já tinha vindo pra cá com a família do marido, viemos depois o meu avô e meus quatro tios que fizeram uma divisão de sociedade em torno de sessenta (1960) e depois, em sessenta e seis ou sessenta e sete, eles fizeram a divisão da sociedade porque meu tio tinha filhos adultos e era aquela divisão familiar: o meu tio tinha quatro ou cinco filhos adultos, uma filha casada então tinha o genro junto (ou seja, o tio tinha quatro filhos e um genro que trabalhavam na lavoura com ele) e meu pai tinha duas filhas mais velhas e depois meu irmão que tinha, na época, em torno de treze a quatorze anos. Então o que ele fez (o tio)? Ele acabou dividindo

a sociedade por força de os meus primos quererem trabalhar individualmente, aquela história de economia familiar: “na minha família tem tantos trabalhando, na sua tem menos” (dizia o tio). Aí eles fizeram a divisão da propriedade e a casa onde nós morávamos ficou na parte do meu tio e com isso nos tivemos que desocupar a residência e para construir no próprio sítio ficava mais difícil, dispendioso, então, em torno de agosto ou setembro de sessenta e sete meu pai comprou essa propriedade que nós estamos aqui (hoje, um pequeno colégio particular no centro do município de Cândido Mota), levou seis meses reformando e em fevereiro nós mudamos para cá, então em sessenta e oito ele veio para cá. No final hoje é a escola e continua no mesmo lugar aqui. O que motivou foi isso, não foi outro motivo, foi em função da divisão da sociedade, e como os meus primos consideraram que o meu pai ia ficar com a parte só de agricultura porque ele não tinha filhos em quantidade como eles tinham, eles deram a opção para o meu pai e na hora de escolher, em vez do meu pai escolher mais terras e ficar onde nós morávamos, ele escolheu menos terra e a indústria (de beneficiamento de mandioca) que estava na outra parte. Então ele fez essa escolha e acabou mudando para cá, porque ele tinha que cuidar da parte comercial da indústria, abriu um escritório, aqui onde é a recepção (da atual escola) era o escritório dele.

E com os filhos em idade escolar, aí é que começou a haver uma valorização da educação, os filhos irem para a escola, fazer até a oitava série, que não era a oitava, era o ginásial. Então começou a haver uma mudança de perfil, porque até então só a quarta série tava bom já estava estudado, estava alfabetizado. Essa necessidade também fez com que a gente viesse para cá, porque éramos oito filhos também (acho que esses oito nasceram após a mudança para a cidade, uma vez que a entrevistada havia dito anteriormente que eram apenas duas filhas e um menino de reze anos até sessenta e oito).

DENILSON: Antes de 1968, qual era o gênero agrícola mais cultivado na região?

IRMA: Em sessenta e oito foi a época em que começou a entrar trigo e soja na nossa região. Até tinha uma propriedade vizinha a nossa que um pessoal de Pedrinhas (outro município pertencente a microrregião de Assis), italianos que vieram e começaram a introduzir a soja e o trigo. Até então tinha um pouco de milho para consumo, se plantava arroz, mandioca que meu pai tinha mais mandioca. Tinha um pouquinho de gado, de batata, a reserva florestal: existia aquela mata virgem, que o pessoal chamava de “capão de mato” que era “mata fechada”

DENILSON: E essas “reservas” esses “capão de mato” com a introdução da soja e do trigo foram (nesse momento eu fui interrompido pela entrevistada que completou a frase dizendo “eliminados, eliminados”!) e continuou a contar:

IRMA: eu tive uma surpresa e posso relatar como pessoa interessada no negócio. Um dia eu sai, isso faz uns quinze anos, eu voltei, eu quis retornar (ao lugar onde ela morou na infância até sessenta e oito) porque depois que o meu pai vendeu esse sítio, a “Laje” onde nós morávamos e comprou em Echaporã, e eu não voltei mais lá, até um dia eu perguntei para o meu pai se ele não tinha mais vontade de retornar, ele falou que não, que não tem que se apegar a bens materiais, o que foi, foi, você tem que ver o teu futuro, não penso em readquirir aquilo que eu já tive, passou, é uma das coisas que ele sempre diz: não fique muito preso às coisas senão você vai pagar caro demais. Então eu falei assim: deixa eu dar

uma olhada, ver como é que está. E, eu tive uma surpresa muito grande: Mata Ciliar tinha se eliminado todas e era só soja... (nesse momento a entrevista foi interrompida por uma secretária trazendo um aparelho telefônico dizendo que ela tinha que atender a uma ligação).

Depois de terminado o trabalho de atender ao telefonema a entrevistada continuou.

IRMA: Então: quando eu fiz isso (visitar a “Água da Laje”) eu trabalhava na prefeitura, eu quis ver como é que estava aonde eu nasci e a surpresa foi muito grande porque você não via uma árvore, não havia mais cercas. No meu tempo de criança, até sessenta e oito, perto da nossa propriedade existia uma família, Favareto, que plantava café e no meio do cafezal tinha mangueiras, mamoeiros, explorava-se muitas frutas e havia muita fartura, pomares mexeriquinhas, você encontrava muito disso nas propriedades. Com o advento da soja e do trigo que vieram após sessenta e oito. Depois eu fiquei alguns anos se ir na zona rural. E teve um dia também que a minha mãe – ela teve um filho que nasceu natimorto e em vez de enterra-lo no cemitério enterraram no sítio que ra do meu avô – e minha mãe sempre falou naquela região como tendo uma terra muito fértil que tinha um barreiro também. Minha mãe sempre citava o barreiro que formou a olaria do meu tio, e eu fui lá e fiquei desolada porque ele (o barreiro) fazia um “bacião” (espécie de lago) que estava completamente desmatado havia só um aguapé no meio onde não dava para entrar com máquina, porque no restante tudo soja e trigo – na época era soja e trigo e depois passou para soja e milho – o milho começou em noventa e cinco que passou a ser soja e milho com o milho safrinha, mas noventa e cinco que começou soja e milho, mas era soja e trigo antes. Mas, tinha muita mandioca, arroz, tinha uma diversificação maior em termos de subsistência, você encontrava pessoas que plantavam o arroz para consumo. Eu vi muita gente batendo o arroz, porque era muita mão-de-obra, não trabalhava com máquina que entraram depois. O milho, se plantava e quebrava, não havia máquinas para colher. Quando tinha muito miho colocavam num paiol e todo ano eles plantavam. Depois um pessoal tinha uma máquina que era alugada por um dia na qual eles passavam as espigas e debulhava, era um dia para debulhar, era diferente. Depois passou a ser as máquinas com plataforma. Quando eu fui (visitar as antigas terras do pai), eu tinha as imagens ainda com mata, de repente eu vi tudo limpo e não havia mais uma árvore no meio.

DENILSON: Esse “de repente” foram quantos anos?

IRMA: Em torno de oitenta e oito, por aí, foi depois dessa época, até essa época tinha ainda muita mata.

DENILSON: “Até essa época tinha muita mata”! Que época?

IRMA: Até, mais ou menos setenta, setenta e cinco que foi o período em que eu ia muito para o sítio. Naquela época qual era o lazer do domingo? Tinha muitos campos de futebol nos bairros rurais e todos eles tinham muita gente ou então os campos eram, mais ou menos, ligados à uma capela, então as festas de igrejas tinham um espaço grande e a gente ia muito até setenta e cinco, oitenta ainda tinha muitas matas, você encontrava muitos lugares de matas preservadas, mas depois de oitenta quando a soja “pegou” muito forte o

pessoal deixou de plantar mandioca, as fábricas entraram quase em colapso, tiveram que buscar mandioca longe porque aqui já não se plantava mais, era soja e trigo e depois começou a entrar o milho.

Obs.: nesse momento acabou a bateria do gravador e eu precisei interromper a entrevista para trocá-la. E enquanto isso a entrevistada já começava a retomar o seu depoimento, quando recomecei a gravar ela já estava dando continuidade à sua fala.

IRMA: ...fazer diferenciações, então..., nessa fase que eu retornei, de alguns anos, você olha e não tinha cerca só se deixava o marco de divisão de propriedade, mas você já não conseguia mais identificar qual era a propriedade rural e começou a haver muitas agregações, agregaram muitas propriedades pequenas, aquelas famílias grandes que moravam nas propriedades, todas foram embora e isso coincidiu, mais ou menos, com essa fase de sessenta e oito, setenta que as famílias começaram a ir para São Paulo (capital) num êxodo rural muito grande.

DENILSON: Famílias grandes e de pequenas propriedades?

IRMA: Famílias grandes e de pequenas propriedades.

DENILSON: Que os grandes compravam?

IRMA: Que os grandes compravam. Não é que o grande comprou, o pequeno é que vendeu. Porque hoje se fala assim: “o grande que comprou”. Não, o pequeno é que quis vender porque eram famílias grandes. Isso aconteceu com a família Seconi (Ceconi, Ceconni ou ainda Seconni, não sei grafar o nome correto da família citada pela entrevistada), com a família Favareto (ou Favaretto) que eram famílias muito próximas da gente. E o pessoal foi todo para São Paulo. Foi um “boom” da industrialização de São Paulo. Essas pessoas foram todas para lá e venderam a pequena propriedade e aqueles que ainda ficaram na região mudaram para a cidade (Candido Mota). Aí veio uma coisa que contribuiu muito para esse êxodo rural, as leis trabalhistas rurais, esse foi um grande fator de mudança na sociedade em termos das pessoas que moravam na zona rural. Então, se morava uma família ela empregava mais duas ou três famílias, começaram a sentir dificuldade porque? Alguns advogados começaram a visitar essas famílias, dizer que fazia muitos anos que elas moravam lá, que elas tinham muitos direitos. Então, colônias inteiras foram eliminadas. Uma vez eu ouvi o testemunho de um dos Vasques que tinha uma colônia grande e que ele passou com o trator por cima de todas as casas porque ele não agüentava mais indenizar e ele não ia mais dar emprego, preferia soja e trigo que ele não tinha trabalho. Porque com o café ele precisava de mão-de-obra e a mão-de-obra tava ficando difícil com a relação empregado-empregador então ele eliminou. E isso foi em noventa e dois, um parente meu tava na cooperativa e eu perguntei para ele: “nossa, mas mandioca voltou a dar dinheiro”. Ele falou assim: “dá dinheiro, mas eu não vou plantar mais por que eu levei um grupo pra arrancar mandioca e o “cara” vem e ‘dá de dedo na tua cara’, e ele veio e me ameaçou. Pode gerar emprego e dar muito dinheiro, mas eu prefiro o que me dê menos, mas me dê tranquilidade, porque eu não quero mais lidar com gente”. Já isso em noventa e dois. Era uma coisa que já começava a se delinear. A política boa é quando você vê que o resultado global gera coisas boas. Hoje nos temos alguns outros problemas, que é a queima da cana,

importante ambientalmente, mas o que ta sendo feito pra fazer uma colocação com todo esse pessoal é a minha preocupação. Então hoje você olha no jornal e só vê dificuldade. E você vê que lá trás já teve alguma coisa nesse sentido. Então, eu sai do sítio em sessenta e oito e mudei para cá (Candido Mota), mas, na verdade, meu pai permaneceu com o sítio até setenta e cinco, setenta e quatro ele vendeu onde nós morávamos. Então nessa faixa não houve grandes mudanças, você ouvia, as vezes, quando morava no sítio: “ah! Tem algum fogo muito grande no Paraná”. Se falava muito da mata no Paraná. Nessa época o Paraná era só mata. Eu me lembro de criança, o meu pai tinha ido para o Paraná e era só mato lá conhecer Cascavel ou Campo Mourão, mas eles iam daí até lá só mato. Meu pai tinha fábrica de farinha de mandioca, então entregava farinha no Paraná e lá não tinha estrada e as vezes ele encalhava, demorava para retornar porque todas as estradas eram de terra e a pouco tempo asfaltou a maioria dessas estradas.